



**PERA SABEREM PRONUNCIAR O QUE ACHAREM ESCRITO:
LER QUIMBUNDO, LÍNGUA ESTRANGEIRA, NO SÉCULO XVII**

Maria Carlota Amaral Paixão Rosa
Departamento de Linguística e Filologia

Tese Acadêmica apresentada à Direção da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à promoção docente à Classe E, com a denominação Professor Titular de Magistério Superior.
Área: Linguística

Faculdade de Letras
Rio de Janeiro, 1º semestre de 2015

Rosa, Maria Carlota Amaral Paixão.

Pera saberem pronunciar o que acharem escrito: ler quimbundo, língua estrangeira, no século XVII / Maria Carlota Amaral Paixão Rosa. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

xv, 173f.: il.; 30cm.

Tese (Progressão docente para a Classe E, denominada Professor Titular) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2015.
1. Historiografia da Linguística 2. Linguística Missionária 3. Leitura 4. Kimbundu I. Rosa, Maria Carlota Amaral Paixão. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. III. Título.

**PERA SABEREM PRONUNCIAR O QUE ACHAREM ESCRITO:
LER QUIMBUNDO, LÍNGUA ESTRANGEIRA, NO SÉCULO XVII**

Maria Carlota Amaral Paixão Rosa

Tese Acadêmica apresentada à Direção da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na área Linguística, como parte dos requisitos necessários à promoção docente à Classe E, com a denominação Professor Titular de Magistério Superior.

Examinada por:

Maria Luiza BRAGA
Professor Titular - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Cristina Fernandes Salles ALTMAN
Professor Titular, MS-VI – Universidade de São Paulo

Maria Angélica Furtado da CUNHA
Professor Titular - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Leonor SCLIAR-CABRAL
Professor Emérito – Universidade Federal de Santa Catarina

Célia Marques TELLES
Professor Titular – Universidade Federal da Bahia

Miriam LEMLE
Suplente – Professor Emérito - Universidade Federal do Rio de Janeiro

José Olímpio de MAGALHÃES
Suplente - Professor Titular - Universidade Federal de Minas Gerais

Thaís Cristóforo Alves da SILVA
Suplente - Professor Titular – Universidade Federal de Minas Gerais

Rio de Janeiro, 4 de março de 2015

Dedicatória

Estou há 42 anos na UFRJ, 35 deles como professora do Departamento de Linguística e Filologia. Isso significa que minha vida profissional está ligada à UFRJ. Significa também que através da UFRJ conheci muita gente: alunos para quem dei aula, alunos que orientei, alunos que deixaram de ser alunos, mas permaneceram próximos, professores do Departamento e do meu Programa de Pós-Graduação, Linguística, professores dos outros departamentos e programas, professores de outras universidades, de outros países, com gente que não era professor ou, se era, nada tinha a ver com Linguística, com funcionários da UFRJ, com terceirizados, com familiares de muitos deles...

Esses conjuntos não são perenes. De muita gente o tempo se encarregou de deixar apenas lembranças: levou do convívio do Departamento, por exemplo, Alzira Verthein Tavares de Macedo, Antonio Hauila, Belchior Cornelio da Silva, Jürgen Heye, Lúcia de San Tiago Dantas Barbosa Quental, Luiz Marques de Souza, Marci Doria Passos, Maria Angela Botelho Pereira, Mario Eduardo Toscano Martelotta.

Minha formação acadêmico-profissional resultou desse contacto que a UFRJ me proporcionou, mas tenho uma dívida de gratidão especial com os seguintes professores: Humberto Peixoto Menezes, que me incentivou a prosseguir na Linguística terminada a graduação; Margarida Maria de Paula Basílio, que me impediu de abandonar o mestrado; Maria Cecília de Magalhães Mollica, não somente por assumir minha orientação de doutorado depois de meu primeiro orientador ter morrido e o segundo, enfartado, mas também pelo incentivo constante que me vem dando; Maria Cristina Fernandes Salles Altman, que me cooptou definitivamente para a Historiografia da Linguística; Yonne de Freitas Leite, que me fez ver que eu estava no caminho errado; Eneida do Rêgo Monteiro Bomfim, por um episódio particular nas nossas vidas e marcante na minha; Maria Helena Mira Mateus, pelo exemplo de vida, de alegria e de atuação profissional, esta sempre maior que os interesses de sua própria pesquisa. Por fim, o saudoso Prof. Celso Cunha, meu primeiro orientador no doutorado, que, ao

decidir que eu tinha de ir para Portugal para fazer a tese de doutorado, mudou minha vida mais do que eu poderia imaginar à época.

Ter podido trabalhar com os Professores Alina Villalva, Diana Maul de Carvalho, Lucia Helena Salis, Maria Aurora Consuelo Alfaro Lagorio, Mariângela Menezes, Celso Vieira Novaes, Dante Martins Teixeira, Edwaldo Cafezeiro, Henrique Fortuna Cairus, José Ribamar Bessa Freire, Nelson Albuquerque de Souza e Silva e Sebastião Josué Votre foi muito importante e não somente pelas discussões sempre acaloradas — por *e-mail*, *skype* ou ao vivo, mas com leveza, mesmo quando o tema era sério — mas porque todos eles concretizam conceitos como ética e preocupação social e são uma aula constante de cidadania.

De todo esse grande conjunto, enquanto professora pude e posso acompanhar o entusiasmo de alguns alunos, em especial daqueles que oriento — e que não desistem —, o que acaba também por me incentivar. Alguns desses alunos rotulei de “incansáveis”: Kátia Nazareth de Moura Abreu (agora minha colega da UERJ) e as promissoras Stelamary Domingos, Catarina Lobo Gonçalves, Claudia Santos da Silva e Mariana Fernandes Fonseca.

Há muitas interseções dos vários conjuntos aqui arrolados com o conjunto de grandes amigos, os de décadas e os mais novinhos. Enfim: esse monte de gente tem parte em eu gostar muito do meu trabalho. E me faz lembrar de uma música antiga, dos meus tempos de colégio¹ :

*Guarde sempre na lembrança que esta estrada não é sua
Sua vista pouco alcança, mas a terra continua
Segue em frente, violeiro, que eu lhe dou a garantia
De que alguém passou primeiro na procura da alegria
Pois quem anda noite e dia sempre encontra um companheiro*

A todos esses companheiros, em especial aos do meu Departamento, dedico o presente trabalho. E também à Júlia, que me fez ver que aprender a ler é difícil e que a escola pode ser o maior obstáculo nesse processo.

¹Sidney Miller (1945-1980). [A estrada eo violeiro](#). 1967.

SUMÁRIO

[Prefácio](#)
[Convenções empregadas](#)
[Lista de figuras](#)
[Abreviaturas](#)
[Resumo](#)
[Abstract](#)

NOTAS PRELIMINARES

Quimbundo ou kimbundu?
Língua estrangeira e segunda língua

I. INTRODUÇÃO

- 1.1 [O objeto](#)
- 1.2 [Justificativas](#)
- 1.3 [Organização do trabalho](#)

II. SOBRE LEITURA E CONCEITOS RELACIONADOS

- 2. **ALGUMA UNIVERSALIDADE?**
 - 2.1 [Atividade inata ou adquirida?](#)
 - 2.2 [Um centro visual para as letras: Déjerine e Bloomfield](#)
- 3. **DE QUE LEITURA E DE QUE LETRADO FALAMOS?**
 - 3.1 [O mecanismo da leitura](#)
 - 3.2 [Leitura sem escrita?](#)
 - 3.3 [Aprender a ler, mas não a escrever](#)
 - 3.4 [Afinal, que significam *alfabetizado* e *letrado*?](#)
 - 3.5 [A leitura em silêncio](#)
 - 3.6 [Santo Ambrósio, Santo Agostinho e a leitura silenciosa](#)
 - 3.7 [Reinterpretando a reação de Santo Agostinho](#)
 - 3.8 [E a Arte?](#)

III: O QUE ACHARAM E O QUE DEIXARAM ESCRITO

- 4. **OS PRIMEIROS REGISTROS**
 - 4.1 [As anotações de cronistas e viajantes](#)
 - 4.2 [A redução à arte](#)
 - 4.3 [A redução inaciana do quimbundo à escrita](#)
- 5. **O QUIMBUNDO IMPRESSO NA ARTE**
 - 5.1 [As vogais](#)
 - 5.2 [As consoantes](#)
 - 5.3 [Os diacríticos](#)
 - 5.4 [A sílaba](#)

IV: REVENDO O QUIMBUNDO DE DIAS

6. O ALFABETO LATINO: UMA LEITURA (QUASE) UNIVERSAL

- 6.1 [A letra e suas partes na tradição greco-latina](#)
- 6.2 [As dificuldades em se pronunciar o que se achasse escrito](#)
- 6.3 [As Advertências](#)
 - 6.3.1 [Pacconio & Couto \(1642\)](#)
 - 6.3.2 [Dias \(1697\)](#)

7. ESPAÇOS E PALAVRAS

- 7.1 [Os espaços ajudam, mas depende ...](#)
- 7.2 [Os espaços na exemplificação em quimbundo](#)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

9. REFERÊNCIAS

[ANEXO](#) – *Arte da língua de Angola*

Prefácio

Esta tese foi escrita em paralelo com as atividades de ensino (na graduação e na pós-graduação) e de representação na congregação após o início da intensa discussão de critérios e perfis para as classes da nova carreira de magistério superior federal², iniciada em meados de setembro de 2014 na Faculdade de Letras. Uma vez que a UFRJ não previu um período de transição entre a velha e a nova ordem, as dúvidas levaram à angústia sobre quanto tempo se tinha, afinal, para aprontar todo o material necessário para solicitar a progressão à nova Classe E. Esse grande desgaste na preparação do trabalho individual foi em parte contrabalançado por uma riquíssima experiência coletiva que reverteu em discussões sobre a atividade docente em si na Faculdade de Letras.

Durante o breve período que tive para o desenvolvimento desta tese recebi comentários e informações de colegas. Agradeço por me dispensarem parte de seu tempo: Jorge Prata (Universidade Salgado de Oliveira), Henrique Cairus (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Gonçalo Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro -UTAD), José Morais (Universidade Livre de Bruxelas), Jânia Ramos (Universidade Federal de Minas Gerais), Katia Teonia Costa de Azevedo (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O Prof. Alessandro Boechat de Medeiros, Chefe do Departamento de Linguística e Filologia neste período, e Ubirajara Carvalheira Costa, Chefe da Seção de Atividades Gerenciais da Faculdade de Letras, suavizaram toda a novidade burocrática instaurada em 18 setembro de 2014 na UFRJ. Graças a eles este processo foi menos difícil.

² Em decorrência da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, com redação alterada pela Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, e das Portarias nº 554, de 20 de junho de 2013, e nº 982, de 03 de outubro de 2013, do Ministro de Estado da Educação. A adaptação a essas regras na UFRJ se deu pela Resolução Consuni nº 8, publicada no BUFRJ nº 38, de 18/09/2014, alterada pela Resolução nº 11/2014, publicada no BUFRJ nº 46-Extraordinário, de 18/11/2014.

Por fim agradeço a todos os membros da banca, titulares e suplentes, o terem aceitado mais um compromisso que, neste caso, lhes levaria parte das férias.

Convenções empregadas

< >	forma escrita, quando em alfabeto latino
≡	indica a correspondência grafema-fonema ou vice-versa
//	indica o fonema
[]	correção incluída na edição da <i>Arte</i>

Como a Resolução nº 8 de 2014 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro prevê, em seu Art. 45, § 2º a possibilidade de entrega de versão eletrônica da tese, foram inseridos *hiperlinks* quando a obra foi encontrada na internet em acesso livre e *links* internos ao documento no *Sumário*.

Lista de figuras

- Fig. 1 [A Angola atual e a Angola no século XVII.](#)
- Fig 2 [Angola no século XVII.](#)
- Fig. 3 [Línguas nigero-congolesas.](#)
- Fig. 4 [As zonas de classificação de Guthrie para as línguas bantas.](#)
- Fig. 5 [Escrita espontânea do Sr. C. antes da manifestação do problema](#)
- Fig. 6 [Escrita espontânea do Sr. C. três meses após o AVC.](#)
- Fig. 7 [Cópia, cerca de um mes após o AVC.](#)
- Fig. 8 [Cópia, cerca de um mes após o AVC.](#)
- Fig. 9 [Escrita espontânea após o segundo AVC.](#)
- Fig. 10 [Face lateral esquerda do cérebro \(extraído de Wikimedia\) e a do Sr. C.](#)
- Fig 11 [Hemisfério esquerdo – corte sagital \(extraído de Wikimedia\) e a do Sr. C.](#)
- Fig 12 [Face ventral do cérebro - A Área da Forma Visual da Palavra \(VWFA\)](#)
- Fig. 13 [A Área da Forma Visual da Palavra \(VWFA\), entre a área ativada por objetos e por rostos](#)
- Fig. 14 [Modelo para a leitura proposto em \(Dehaene, 2009: 63\).](#)
- Fig.15 [Cartaz num portão da rua Getúlio \(Todos os Santos, Rio de Janeiro\)](#)
- Fig. 16 [‘Cego’](#)
- Fig.17 [Lendo *Naruto*](#)
- Fig. 18 [Pictograma indicativo de “cego”.](#)
- Fig. 19 [‘Louco’, ‘doido’, ‘maluco’](#)
- Fig. 20 [Albert Einstein e a famosa careta.](#)
- Fig. 21 [‘Burro’ ou ‘cachorro’?](#)
- Fig. 22a [Hieróglifos egípcios para ‘elefante’.](#)
- Fig. 22b [Transliteração dos símbolos que indicam a interação com a fonologia do egípcio](#)
- Fig. 23 [Contagem de traços por carácter](#)
- Fig. 24 [Configurações com até três traços](#)

- Fig. 25 [Tipos de sistemas de escrita](#)
- Fig. 26 [Contínuo transparência-opacidade dos sistemas de escrita](#)
- Fig. 27 [Formulário “lista de família” do censo de 1872.](#)
- Fig. 28 [A folha de impressão do 8º comum.](#)
- Fig. 29 [Ditongos /au/ e /ai/ no irlandês](#)
- Fig. 30 - [Regras de correspondência para consoantes iniciais no irlandês](#)

Abreviaturas empregadas

quimb.	quimbundo
VWFA	área da forma visual da palavra

Resumo

Para o trabalho missionário em Angola e também no Brasil, a Companhia de Jesus precisou produzir materiais em quimbundo. A primeira proposta conhecida consolidou-se no *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé*, catecismo dos padres Francesco Pacconio e Antônio do Couto (Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1642); 55 anos mais tarde, o jesuíta Pedro Dias, na *Arte da língua de Angola* (Lisboa: Miguel Deslandes, 1697) traçou semelhanças entre a escrita do quimbundo, a do latim e a do português nas páginas iniciais de sua gramática. Para os leitores potenciais a que esta obra se dirigia — missionários da Companhia no início do aprendizado do quimbundo — propunha-se uma escrita para uma língua estrangeira que partia da experiência com o sistema de escrita da primeira língua, o do português.

Mas que nível de leitura se esperava desse leitor potencial? Esta é a questão que este trabalho focaliza. Defende-se aqui que a finalidade dos materiais escritos em quimbundo pelos missionários jesuítas para outros membros da mesma ordem não era, primordial ou necessariamente, a compreensão (que podia ser extraída das traduções), mas a vocalização.

O *corpus* é composto pelos exemplos em quimbundo na *Arte da língua de Angola*. As evidências foram buscadas na documentação conhecida e em estudos experimentais sobre a leitura.

Palavras chaves:

1. Historiografia da Linguística 2. Linguística Missionária 3. Leitura 4. Kimbundu 5. Século XVII 6. Companhia de Jesus

Abstract

The Society of Jesus had to supply its missionaries in Angola and Brazil with materials in Kimbundu. The earliest known book in Kimbundu (and Portuguese) is *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé*, a catechism written by the Jesuit Fathers Francesco Pacconio and Antonio do Couto (Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1642). Fifty five years later the *Arte da lingua de Angola* was published. This book was a Kimbundu grammar written in Portuguese by Father Pedro Dias (Lisbon: Miguel Deslandes, 1697). In its first pages Dias' grammar established the similarity between spelling words out in Kimbundu and Latin, and some divergence too. Both books were intended for Jesuit missionaries while beginners in the learning of the African language. This work focuses on reading the Kimbundu examples in the *Arte da lingua de Angola*. I try to support the hypothesis of a kind of reading sound-oriented, with the meaning being extracted from the part written in Portuguese. Experimental studies on reading and historical documents are the source for the evidences.

Keywords:

1. Historiography of Linguistics 2. Missionary Linguistics 3. Reading 4. Kimbundu 5. 17th Century 6. Society of Jesus.

NOTAS PRELIMINARES

QUIMBUNDO OU KIMBUNDU?

Como referir a *língua de Angola* neste trabalho? Em trabalho anterior (Rosa, 2013: 13-15) focalizei a mesma questão, concordando com Fiorin & Petter (2008: 10-11)³ e também Alencastro (2009: 24; 2000: 66n), no tocante à grafia de glossônimos: esses autores defendem que não se adote a *Convenção para a grafia de nomes tribais*, estabelecida entre “a maioria dos participantes da 1ª. Reunião Brasileira de Antropologia” (Convenção, p. 150).

Essa *Convenção*, datada de 14 de novembro de 1953, visou à “*grafia dos nomes tribais em textos portugueses*”, permitindo a cada um dos que a adotasse, se lhe parecesse conveniente, “*estender essas Normas à grafia de nomes tribais, de qualquer parte do mundo*” (Convenção, p. 152). O objetivo da *Convenção*, declarado em seu primeiro artigo, dizia respeito a uma realidade de meados do século XX, mas já bem distante da atual: “1. Atender à questão prática da pobreza das nossas tipografias em linotipos e monotipos” (Convenção, p. 150). Nos artigos 20 e 22, os que assinaram a *Convenção* propunham que se usasse de letra maiúscula para os nomes tribais, “*facultando-se o uso de minúscula no seu emprego adjetival*” e proibindo o uso da “*flexão portuguesa de número ou gênero, quer no uso substantival, quer no adjetival*” (Convenção, p. 152).
(Rosa, 2013: 14)

Naquele trabalho assumi a mesma decisão defendida por Fiorin & Petter e, diferentemente da prática que se generalizou entre linguistas após a reunião de 1953, grafiei *quimbundo*, *banto* (e não *Kimbundu*, *Bantu*), porque denominações linguísticas, não étnicas, bem como flexionei adjetivos relacionados em gênero e número (*bantos*,

³ A excelente argumentação de Fiorin & Petter pode ser consultada *online* em <http://www.editoracontexto.com.br/autores/jose-luiz-fiorin/africa-no-brasil.html>

banta...), adotando ainda, quanto a lugares e povos, a grafia oficial na língua portuguesa: *ambundo, Dongo* em lugar de *Mbundu* e *Ndongo*.

Mantém-se aqui a mesma decisão de Rosa (2013).



LÍNGUA ESTRANGEIRA E SEGUNDA LÍNGUA

O quimbundo é aqui referido como *língua estrangeira* e como *segunda língua*. No primeiro caso pressupõe-se um jesuíta que não tem no quimbundo sua língua nativa e que está num ambiente em que o quimbundo não é a língua dominante. *Segunda língua* refere a situação em que o jesuíta é o estrangeiro, numa comunidade em que é ele o falante de outra língua.

1 Introdução

1.1 O objeto

Focaliza-se aqui uma obra impressa em Lisboa em 1697: a [Arte da língua de Angola](#), do jesuíta Pedro Dias (1621?-1700). É uma descrição gramatical sobre o quimbundo — a então denominada *língua de Angola*, mas língua de uma Angola ainda bem longe dos contornos daquela que conhecemos nos mapas atuais. A obra está escrita em português com a exemplificação em quimbundo.

Estamos às voltas, portanto, com uma descrição gramatical missionária, mas não com toda ela. O objetivo do trabalho é discutir os aspectos que dificultariam a leitura da parte escrita em quimbundo pelo leitor a que se destinava primariamente: um missionário jesuíta de Seiscentos, não nativo daquela região⁴, ligado à Assistência de Portugal⁵ — portanto, um adulto que já dominava a leitura e a escrita em pelo menos duas línguas — o português, fosse ou não sua língua nativa⁶, e o latim — mas que não dominava a língua que começava a estudar, esta, por conseguinte, uma língua estrangeira — no vocabulário da época, “*peregrina*”. Assim sendo, não seriam muitos os leitores que esse material tinha em vista⁷.

⁴ A partir de 1622 o colégio jesuíta de Luanda formaria a maior parte do clero nativo (Azevedo, 2000: I, 55). A autorização para a formação de clero autóctone surgira com o breve do Papa Leão X de 12 de junho de 1518 (Azevedo, 2000: I, 22).

⁵ [Faria \(2012\)](#): “*A respeito da organização da Companhia de Jesus, tinha como unidade administrativa a Província, conduzida pelo Superior ou Provincial. Cada grupo de Províncias forma uma Assistência*”. À época da supressão da Ordem, no século XVIII, contavam-se cinco Assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha e França. Na Assistência de Portugal contavam-se as províncias de Portugal, Goa, Malabar, Japão e Brasil e as vice-províncias da China e do Maranhão (SUITE DU RECUEIL, s.d.). A missão de Angola estava subordinada à Província de Portugal.

⁶ A Assistência de Portugal tornara-se um agente da Coroa portuguesa e procurava consolidar a posse das terras descobertas face a uma nova configuração de forças, não mais apenas ibéricas.

⁷ Em [Brásio \(1988: XV: 371\)](#) encontra-se um pequeno censo relativo ao número de jesuítas em Angola nas décadas finais do século XVI: “*Des o año de 1560 [...] até o anno passado de 1593, entraraõ neste Reino 26 da Companhia [...]. Tornaraõ tres pera o Reino, faleceraõ onze, saõ uiuos oje nesta Rezidencia doze, algũs estaõ sempre em Maçangano, outros muitas uezes no arrayal e os mais nesta uilla de S. Paulo*”. No tocante ao Brasil, quando da expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII, a Província do Brasil da Assistência de Portugal contava com 445 jesuítas; a Vice-Província do Maranhão, com 145 (SUITE DU RECUEIL, s.d.: 13-15). Certamente nem todos haviam aprendido quimbundo, mas ele seria necessário aos jesuítas no Brasil para comunicação com os escravizados que os jesuítas de Angola

O público específico incluía jesuítas da Assistência de Portugal em missão em Angola, mas também em regiões do Brasil que recebiam tumbeiros — nas palavras de [Serafim Leite \(1949: 200\)](#), “*fundou-se nos colégios o apostolado do mar à chegada dos navios de África*”. Partir de um sistema de escrita conhecido facilitaria a leitura para o missionário, estrangeiro na língua da pregação. Em outras palavras: *ad usum domus*.

A opção pelo alfabeto latino se deu mesmo onde já havia uma comunidade com uma tradição escrita. É, por exemplo, a decisão do Padre João Rodrigues (1558?-1634?), na Província do Japão da Assistência de Portugal, em relação ao japonês:

No escrever esta lingua ã nossa letra seguimos principalmente a orthographia latina, & a Portuguesa, assi por ter apronũciação de lapão semelhança cõ a Portuguesa em algũas syllabas como sam, Cha, chi, cho, chu, nha, nho, nhu, &c Como tãbem por ɳ ã lapão os Padres & Irmãos entre si usam da lingoa & orthographia Portuguesa.
([Rodrigues, 1604: 55v](#))

É o que também demonstra a observação do Padre Tomás Estêvão (ou Thomas Stephens, 1547- 1619), também da Assistência de Portugal, mas na Província de Goa, na *Arte da lingoa canarim*. Ao descrever o concâni, Estêvão informa que “*Aquelles que nestas partes estudaõ a lingoa da terra naõ a escreuẽ cõmũmente senaõ na nossa letra*”. Justifica em seguida por que não se utilizara da escrita já existente e romanizara a escrita :

cousa sabida he. que todas as lingoas de Europa se escreuem com 24 letras pouco mais ou menos. Mas nestas terras, como os caracteres naõ saõ letras, senaõ syllabas que resultaõ das combinaçoẽs das vogais & consoantes do nosso Alphabeto. De modo que por 24 elementos, que nos temos, teraõ elles pouco menos de sete centos. Por onde se ouue por escuzado trazellos neste tratado, por rezaõ da multidaõ delles. E tambem porque os que sabem nossa letra mais facilmente escreuem. & leem por ella do que costumaõ os escriuaõs da terra polla sua. Todo o negocio consiste em saber quaes saõ as nossas letras que podem responder as desta terra, satisfazendo com ellas a orthografia, & aos accentos, & pronunciaçoã. Porque os Indios tem encerradas em

enviavam como pagamento nas trocas com os jesuítas no Brasil, que, por sua vez, pagavam a eles em açúcar (*vide* [Brásio, 1988: XV, 337](#)).

seus caracteres muitas letras, *que* nos não temos em nossa Europa. E pera as declarar *com* nossas letras somos forçados de nos a judarmos de accents, & letras dobradas, & aspirações, & com as regras que ao diante se veráõ.
(Estêvão, 1640: fol. A-Av).

A opção pelo alfabeto latino podia ainda conter outro ingrediente: a ignorância acerca do mundo que começava a ser descoberto pelos europeus⁸. O jesuíta Francisco Xavier (1506-1552), por exemplo, deixou registrada sua perplexidade sobre a escrita japonesa:

Eles escrevem de um modo muito diferente de nós, de cima para baixo. Perguntei a Paulo⁹ por que não escreviam à nossa maneira, ele me retrucou por que não escrevíamos nós à maneira deles. E me deu como razão que assim como o homem tem a cabeça no ar e os pés em baixo, quando escreve, o homem deve (fazê-lo) de cima abaixo.
(Carta a Inácio de Loyola, 14 de janeiro de 1549 - *Apud* Lacouture, 1991: 144)

A maior facilidade para escrever e ler o alfabeto latino encontrava obstáculos na representação de sons inexistentes em português ou no latim. E por vezes a aflição gerada pela incerteza com os dados aflorava no texto:

Pollo ꞗ esta dito se pode saber em geral, quaes são as nossas letras, cõ cuja combinaçaõ formamos os caracteres destas terras; mas quaes haõde ser as ꞗ entraõ em tal, & tal palaura, nisto esta a dificuldade como por Exemplo. Quero escreuer ddollo, olho, ou dhonn<ũ> Arco, quẽ me dira ꞗ ddollo se hade escreuer cõ dous, dd, & dous. ll? ou dhonnũ cõ hũ .d. & aspiração, & dous. nn? Os naturaes que sabẽ asua letra, & tambẽ a nossa, & sabẽ juntamẽte quaes são aquellas letras nossas que respondẽ as suas, em ouuindo hũa palaura logo sabẽ cõ que letras nossas se hade escreuer. Mas nos por rezaõ da differença que ha no pronunciar as consoantes, que nos não temos, não perçebemos taõ facilmente as letras, ꞗ em taes palauras entraõ. Por onde o melhor

⁸ Embora não pareça se enquadrar nessa hipótese João Rodrigues, alcunhado “O Intérprete” ou “Tçuzu” – vide [Barron & Maruyama \(1993\)](#).

⁹ Anjirô ou, mais tarde, Paulo de Santa Fé, uma das fontes de informação de Francisco Xavier em sua viagem ao Japão. Lacouture (1991: 151) assim resume sua biografia: “*fugitivo perseguido por assassinato, se refugiara num barco português pronto para zarpar rumo às Índias, em 1547, e que acabaria também pirata degolado por piratas nas costas da China*”.

Remedio que nos temos (naõ tendo amaõ aquem perguntemos) he
consultar os vocabularios, & outros liuros bem escritos
(Estêvão, 1640: fol. 3v)

O trecho traz à memória a observação de Coulmas de que as línguas costumam ter mais fonemas que o número de letras do alfabeto (Coulmas, 1999: 380).

Ao ler a obra de Dias, muito da dificuldade com os exemplos em quimbundo parece dever-se à ortografia, que, nessa parte da obra, não faz uso consistente de espaços em branco nem de maiúsculas. É difícil, face a tanta variação, perceber os limites da palavra. Assim, parte-se aqui da seguinte hipótese:

Hipótese:

A ortografia para o quimbundo dificulta a leitura dessa parte da obra de Dias.

Juntam-se neste trabalho, por conseguinte, dois temas que tradicionalmente a Linguística menosprezou. Primeiramente, a [Arte da língua de Angola](#) é uma das obras gramaticais que compõem a especialidade que, no âmbito da Historiografia da Linguística, começou a ser chamada Linguística Missionária a partir dos trabalhos do linguista norueguês Even Hovdhaugen na década de 1990 (Zwartjes, 2011: 2). Tradicionalmente os estudos missionários foram considerados uma Linguística menor. Um exemplo dessa visão está presente no volume de história da Linguística do sueco Bertil Malmberg (1913-1994), ao tratar do contacto dos europeus com as línguas americanas no século XVI:

[a] gramática da língua indígena seguia, segundo eles [esses gramáticos-MCR], o modelo do latim (do espanhol e do português). Procuravam-se todos os tipos de correspondências com categorias bem conhecidas de nossas línguas, a fim de concretizar os mesmos paradigmas, sem que o gramático se desse conta da ausência dessas categorias, nem da presença de outras, na língua a descrever.
(Malmberg, 1991:181 – trad. MCR)

Ou no comentário de Câmara Jr. acerca das descrições do tupi:

o Tupi que as primeiras exposições dos europeus nos fornecem, não é exatamente aquele que os indígenas exatamente falavam: é uma sistematização simplificada, feita para se proceder à propaganda

religiosa dentro do ambiente indígena. [...] a disciplinização da língua Tupi, encetada pelos missionários, obedeceu ao objetivo de aperfeiçoar a língua indígena; o que quer dizer que o missionário linguista foi catequético tanto quanto o missionário religioso. [...] Era evidentemente um objetivo que tendia a prejudicar a observação sincera e serena dos fatos linguísticos.
Camara Jr. (1977: 101-102)

A situação vem mudando nas últimas duas décadas, mas ainda não o bastante. Mesmo o grosso volume de Otto Zwartjes sobre gramáticas missionárias portuguesas escritas ao longo de cerca de três séculos, que descreveram línguas de três continentes, por exemplo, embora recentemente publicado, em 2011, ainda não pôde prescindir da quase totalidade das páginas de um capítulo para justificar o objeto de estudo.

Em segundo, durante muito tempo a escrita — e também a leitura — não foi objeto da Linguística. Era o que dizia Leonard Bloomfield no início do século XX: “*Writing is not language, but merely a way of recording language by visible marks*” (Bloomfield, 1933:21), levando, então, “*muitos linguistas*” a considerar “*todas as formas da escrita inteiramente exteriores ao domínio da linguística, delimitando o âmbito da disciplina apenas à consideração da linguagem falada*” (Gleason Jr., 1961: 431). Também esta situação vem mudando, em especial a partir do momento em que se passou a ver a integração entre a Linguística, a Psicologia e a Biologia (Chomsky, 1977: 53; Chomsky, 2000: 1), embora ainda seja possível encontrar afirmações como “*writing is a transformation of language, a technology applied to language, not language itself*” (Gnanadesikan, 2009: 4).

Adota-se aqui uma visão diferente da tradicional quanto a esse aspecto:

A escrita não é uma forma de linguagem à parte. Ela foi criada para representar de modo duradouro a linguagem oral, para que a linguagem sobreviva à ausência e à morte. Saber ler é, portanto, ser capaz de recuperar no material escrito o episódio de fala (palavra, frase, discurso) ou de pensamento verbal, isto é, de fala interna, que ele representa.
(Morais, 2013a: 38)

Ambas as atitudes excludentes, tanto em relação às descrições missionárias quanto à escrita, não causavam estranheza no início do século XX. Agora ambos os temas ganharam interesse. No que se segue se procura demonstrar que focalizar uma descrição linguística que por mais de um século foi única para uma língua, que faz parte da história linguística do Brasil, que contém uma proposta de sistema de escrita para uma língua estrangeira para seu autor, bem como as condições em que esse sistema foi aprendido são razões de estudo intrinsecamente relevantes.

Originariamente o quimbundo (ou alternativamente *Dongo, Kimbundo, Kindongo, Loanda Mbundu, Loande, Luanda, Lunda, Mbundu, N'bundo, Nbandu, Ndongu, North Mbundu* – [Lewis, Simons & Fennig \(eds.\), 2014](#)) era a língua dos ambundos (ou Mbundu), o grupo étnico que constituiu vários reinos, dentre eles o reino do Dongo (ou Ndongu) - *vide Figuras 1 e 2*. O Dongo foi inicialmente um reino vassalo na esfera hegemônica do reino do Congo. Com o tempo se fortaleceria em relação ao Congo, especialmente em decorrência do comércio clandestino de escravos com São Tomé, que se instalara em 1526 (Vansina, 1991: 659-660). A hegemonia do Congo na região teria fim com a derrota para os jagas e a conseqüente fuga da corte para uma ilha no rio Zaire e a instituição de uma Angola-colônia-portuguesa, já então no último quartel do século XVI (Vansina, 1991: 660). A denominação *Angola* (do quimb. *ngola* – pl. *angola*) foi tomada do nome para o símbolo forjado em ferro que simbolizava a autoridade e a sacralidade do rei entre alguns dos subgrupos ambundos (Njoku, 1997: 16; 22-23).



Fig. 1 – Os limites da Angola atual e, na elipse, a região da Angola do século XVII.



Fig 2 - Detalhe da região assinalada na Fig. 1.

O quimbundo é uma língua africana, classificada na grande família nigero-congolesa. O diagrama em Parkvall (2000: 35), apresentado na *Figura 3* a seguir, ilustra a filiação dessa língua.

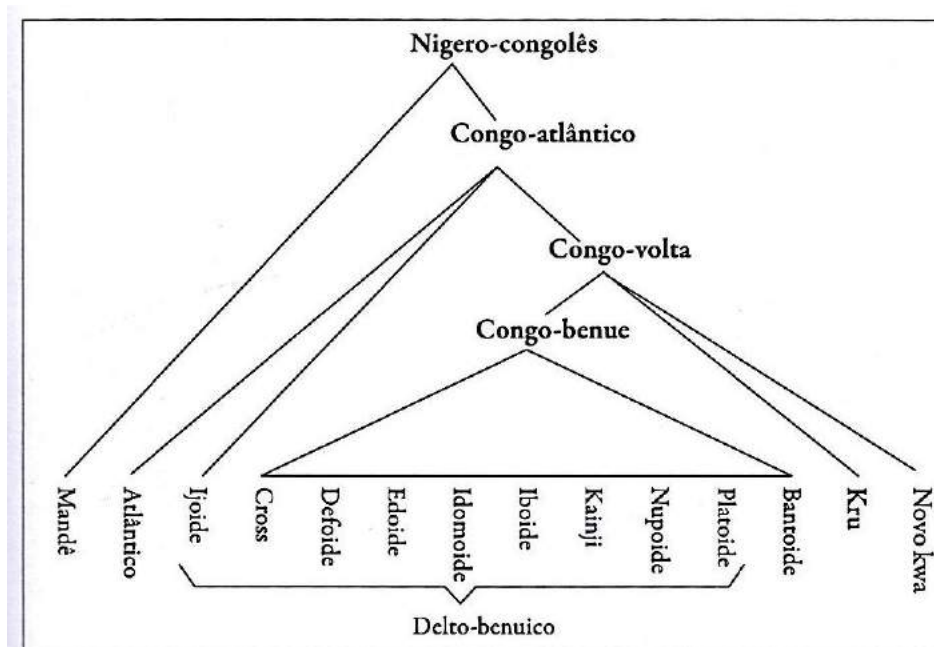


Fig 3 – As línguas nigero-congolesas - extraído de Parkvall (2000: 35)

Além das línguas não classificadas, o ramo *bantóide* vem sendo subdividido em *bantóide do norte* e *bantóide do sul*. Dentre os vários sub-ramos do bantóide do sul, o quimbundo se classifica dentre as línguas do *banto estrito* (ing. *Narrow Bantu*).

Tomando por base a classificação de Malcom Guthrie (1903-1972) para as línguas bantas (Maho, 2003: 647), que combina letras e números, *quimbundo* dá nome ao grupo H20 — o *Grupo Quimbundo* (ver *Figura 4*) — e à língua nesse grupo, codificada como H21 ([Lewis, Simons & Fennig \(eds.\), 2014](#)).

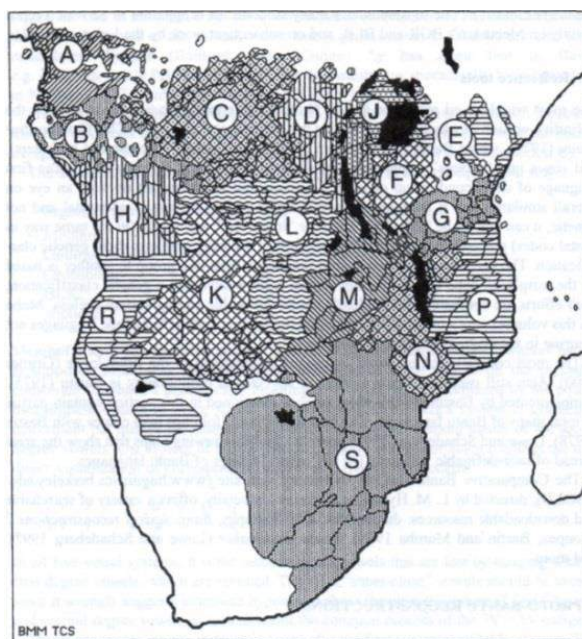


Fig 4 - As zonas da classificação de Guthrie para as línguas bantas – extraído de Schadenberg (2003: 145)

O quimbundo é uma língua tonal, como a expressiva maioria das línguas bantas (Nurse & Philippson, 2003: 8). Distingue dois tons de superfície, H (alto) e L (baixo). É uma língua aglutinante, com um complexo quadro de prefixos nominais e verbais.

Atualmente o quimbundo é a segunda língua nacional de Angola em número de falantes ([Info-Angola, 2008-2014](#)), estimados em cerca de 4 milhões¹⁰.

Segundo [Vansina \(2001: 272-273\)](#), a variedade do quimbundo registrada no catecismo de Pacconio & Couto (1642) foi a da corte do Dongo. Essa variedade foi expandida para outras áreas, como Matamba, Caçanje e abaixo do rio Cuanza ([Vansina, 2001: 273](#)). A existência de mercados escravistas no interior, como em Caçanje, facilitaria o uso do quimbundo como *lingua franca*, embora a obra de Pedro Dias não pareça descrever uma língua franca (Rosa, 2013).

A missão jesuíta em Angola teve início ainda no século XVI, logo após a concessão de Angola, em 1571, como capitania hereditária a Paulo Dias Novais (ca. 1510-1589). Os jesuítas receberam dele terras e dízimos¹¹; em contrapartida a ação missionária inaciana colaborou na ocupação do território (*vide* Alencastro, 2000: 24).

Aos poucos Angola se revelaria estratégica para os interesses comerciais da Coroa portuguesa, mas também da própria Companhia¹². E assim, em meados do século

¹⁰ Há discordância quanto a essa informação no site [Ethnologue](#) (Lewis, Simons & Fennig, eds., 2014). Jean-Pierre Chavagne, na aba “Feedback” na página *Kimundu*, remete à sua tese de doutorado. Sem reunir outros dados, Chavagne apresenta um trecho de uma entrevista do escritor angolano José Eduardo Agualusa (1960-) publicada em “Entrevista : José Eduardo Agualusa, Em três continentes”, *Jornal de Letras*, 01/05/2002, p. 7, transcrita a seguir: “Ao contrário de todas as antigas colônias portuguesas, em Angola o português tinha já uma expressão significativa à data da independência: para pelo menos 5% da população era a língua materna. E penso que é o único caso de uma língua europeia que se enraizou em África como língua materna. E hoje, segundo os últimos dados, no mínimo 42% da população falam português como língua materna, sendo que mais de 90% a dominam como segunda língua”.

O último censo ocorreu em 1970 e os números são estimativas: “Umbundu 37%, Kimbundu 25%, and Kikongo 13%. Other groups include Chokwe, Lunda, Ganguela, Nhaneca-Humbe, Ambo, Herero, and Xindunga. In addition, mixed racial (European and African) people amount to about 2%, with a small (1%) population of whites, mainly ethnic Portuguese. Portuguese make up the largest non-Angolan population, with at least 30,000 (though many native-born Angolans can claim Portuguese nationality under Portuguese law). Portuguese is both the official and predominant language” ([U.S. Department of State](#)). Dados numéricos devem ser divulgados em 2015, uma vez que, entre 16 e 31 de maio de 2014, o governo angolano promoveu o Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH), cujos primeiros números foram anunciados em 16 de outubro de 2014 (*vide* periódico angolano *O País*, de 17 de outubro de 2014, “[Censo-2014: Há mais mulheres do que homens](#)”. Afora isso, o [Plataforma 9](#) noticiou, em 10 de novembro de 2014, a elaboração de um atlas linguístico de Angola.

¹¹ [Brásio \(1988: XV: 268\)](#): Carta de doação de Paulo Dias de Novais aos padres da Companhia (18-10-1581); também [Brásio \(1988: XV: 333-340\)](#), “Fundação de um colégio em Angola dos padres da Companhia (15-6-1593)” e [Brásio \(1988: XV: 368-373\)](#), “Informação do Reino de Angola e das suas minas de prata e sal (século XVI)”.

¹² Ver, por exemplo, carta do Padre Luís Brandão ao Padre Alonso de Sandoval, datada de 21 de agosto de 1611 em Luanda. Em [Brásio \(1988: XV, 442-443\)](#).

XVII — pouco tempo depois da concessão da capitania, portanto — Luanda, a capital desse reino, já se tornara o maior porto negreiro do Atlântico (Alencastro, 2000: 288).

A dependência do Brasil de mão-de-obra escrava vinda de Angola foi crescente, e Thornton (2010: 48-50) caracteriza o tráfico oriundo de Luanda a partir de 1615 como “onda angolana”¹³, o “que contribuiu para que o Brasil tivesse uma população africana notavelmente homogênea”. A importância econômica de Angola para o Brasil e para a própria Companhia levaria os jesuítas do Colégio do Rio de Janeiro a se envolverem ativamente nas ações que terminaram com o envio, a partir desta mesma cidade, de uma expedição que retomaria Angola aos holandeses em 1648, na defesa dos interesses da Coroa portuguesa (Alencastro, 2000: 24), mas também da Companhia.

A Angola da [Arte](#) era domínio português; a Companhia de Jesus foi um agente do Padroado Português¹⁴; a missionação jesuítica em Angola e no Brasil estava subordinada à Assistência de Portugal. Assim, o material linguístico produzido tinha como pano de fundo a língua portuguesa, mesmo durante a União Ibérica (1580-1640) ou depois dela — tentativa de manter o poder português sobre os territórios africanos, como previra a bula pontifícia *Romanus Pontifex*, de 1455 ([Gonçalves, s.d.](#))¹⁵.

¹³ Thornton (2010: 49): “No período posterior a 1615, mais de 80% dos escravos que chegavam à América espanhola eram procedentes dos portos de Luanda e, em alguns anos, tal número chegou a 100%”.

¹⁴ Parece ter sido essa a visão acerca da ligação entre Fé e Império no mundo ibérico mesmo para um homem comum. No episódio dos *Mártires de Nagasaki*, em que 26 missionários cristãos foram crucificados a mando do *daimyo* Toyotomi Hideyoshi (1536?-1598), o elemento desencadeador da sentença teria sido o depoimento do capitão do navio Santa Fé de que Portugal e Espanha primeiro enviavam “a predicar misioneros y después llega la armada vencedora”. Para mais detalhes, ver [Barron & Maruyama \(1993: 2\)](#). Ver ainda a carta de Antônio do Couto ao rei D. João IV de Portugal, datada de 28 de julho de 1649, em trata de missionários não portugueses em Angola ([Brásio, 1965: X, 366](#)).

¹⁵Veja-se este pequeno trecho em Azevedo (2004:12) acerca do cabo de guerra entre jesuítas ligados à Assistência da Espanha e à Assistência de Portugal em território americano: “Mas os inicianos [...] Tinham que se confrontar com os jesuítas espanhóis. Ainda que, da mesma Companhia, defendiam interesses diferentes. Os jesuítas lusos defendiam os interesses portugueses que se concentravam especialmente na conquista definitiva das terras ao norte do rio da Prata. Por sua vez os jesuítas espanhóis, liderando os índios missioneiros e apoiando os castelhanos, ajudavam a expulsar os portugueses das terras que consideravam como espanholas”.

No tocante à África, [Santos \(1998: 51\)](#) relata que “em 14 de Outubro de 1651, o missionário jesuíta, P. Antônio do Couto, dava conta ao monarca lusitano da situação que se vivia em São Salvador, e salientava que alguns missionários, sobretudo os italianos e os espanhóis, tinham entendimento com a corte de Madrid, a cujo rei prestavam obediência. Pedia que mandasse missionários portugueses para o Congo e para Angola, de qualquer congregação, mas portugueses. Não se atrevia, dizia ele, a pedir que se preferissem os jesuítas, para que se não visse na insistência uma obsessão congregacionista, uma vez que ele pertencia à Companhia de Jesus”.

A iniciativa da obra missionária no século anterior [século XVI – MCR] havia pertencido aos reis de Espanha e de Portugal e às grandes ordens religiosas, como a dos Jesuítas, Dominicanos e Franciscanos. Ficara assim sujeita ao poder régio dos monarcas ibéricos, que detinham o Padroado Real e por sua vez proporcionavam proteção aos missionários que seguiam viagem em suas embarcações, recebendo além disso algum auxílio financeiro. Ao mesmo tempo, entretanto, esse sistema impunha limites, de forma que a propagação da Fé Cristã inseria-se numa política colonial.

Se os Papas do Renascimento foram em sua maior parte indiferentes às missões ultramarinas, os seus sucessores seiscentistas não o foram. Estavam estes conscientes dos enormes privilégios concedidos aos monarcas ibéricos, alguns deles conflitantes com o poder papal, mas também se viam impossibilitados de agir na América, onde a ação do Padroado foi ampliada e exercida de fato. Entretanto, na Ásia e na África as posições portuguesas estavam fragilizadas depois de perdido o monopólio marítimo para os ingleses e holandeses, o que possibilitou ao Papado, a partir do século XVII, reduzir e restringir as pretensões do Padroado naqueles continentes

([Souza e Mello, 2007: 48](#))

Mas as restrições de poder promovidas pela Santa Sé não tiveram efeitos imediatos, como demonstra a licença concedida pelo rei de Portugal em 20 de dezembro de 1667 aos padres capuchinhos para missionarem em Angola sob algumas condições, embora já criada a Propaganda Fide (que data de 1622), que procurava retirar o poder do rei em assuntos da Igreja:

Hey por bem de Ihe conceder a licença que pede, com declaração, que não sejam os tais Religiosos vassallos delRey de Castella, e que venhão de Roma com Carta do Cardeal Protector em direitura a este Reino, para com beneplácito meu se poderem então embarcar ao dito Reino de Angolla, onde se appresentarão ao Governador delle

(In [Brásio, 1982: XIII, 66](#))

Nesse cenário, onde entrava o quimbundo? A Companhia de Jesus usou o quimbundo para o fim específico da pregação e de comunicação com os nativos. As línguas indígenas não desfrutavam, porém, do mesmo *status* de que gozavam as línguas

europeias. Eram línguas “bárbaras e peregrinas”¹⁶. Em outros termos: eram línguas minoritárias. Aprender-las fazia sentido apenas na medida em que se tinha um objetivo bem específico, que, no caso, era a salvação das almas. Esse foi, por exemplo, o depoimento do Pe. Luiz Vicencio Mamiani acerca do kiriri no prólogo de sua [Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri](#) (Lisboa, Miguel Deslandes, 1699):

Difficultosa empreza pareceo a S. Ieronymo em hum sugeito crecido na idade aprender novas linguas com as regras, & apices com que aprende hum minino da escola, como confessa em semelhante proposito na prefação sobre os Evangelhos: *Periculosa praesũptio est senis mutare linguam, & canescentem ad initia trahere parvulorum*¹⁷. Mas esta difficultade foy generosamente vencida do nosso glorioso Patriarca S. Ignacio, que de idade de trinta & tres annos começou o estudo da lingua Latina entre mininos, para se fazer instrumento da gloria de Deos na conversão das almas, & com o seu exemplo persuadio a todos os seus Filhos, & em particular aos que morão entre Gentios, & Barbaros, para que não julguem estudo indigno dos annos aprender de novo linguas barbaras, quando são necessarias para a conversão das almas.

Conhecendo pois a necessidade que tem a Nação dos Kiriris nesta Provincia do Brasil de sogetos que tenhaõ noticia da sua lingua para tratar de suas almas, não julguey tempo perdido, nem occupação escusada, antes muito necessaria, formar hũa Arte com suas regras, & preceitos para se aprender mais facilmente.
(Mamiani, 1699: ij-iiij).

Ou ainda, dentre as licenças para a edição de 1686 do [Cathecismo Brasilico](#), a de Fr. Manuel de Santo Atanásio, O.F.M, (1624-1692), Qualificador do Santo Ofício, que lastima não ser jovem para aprender a língua, a fim de converter o gentio:

Como o idioma para mim he pregrino, me pareceo que só podia fazer juizo nas duas lingoas, Portugueza, & Latina, de que tambem consta. [...] desejey acharme nos annos da adolescencia, para aprender, & alistarme nesta Santa Conquista da conversão, & salvação do Gentio
(In [Araújo & Leão, 1686: \[*vi\]](#))

¹⁶ “... esto principalmente conuendra para aprender las lenguas barbaras y peregrinas, à los varones Apostolicos que se emplean en sembrar la fê en las Regiones de los Infieles” [Bathe] (1611: fol.25).

¹⁷ Presunção perigosa é a do velho mudar a língua, e, encanecendo, voltar aos primórdios da infância (Trad. Henrique Cairus).

E também, cerca de um século mais tarde, o depoimento de um outro missionário, o capuchinho Bernardo Maria de Canecattim (1749–1834), que apontaria como razões para o estudo do quimbundo no prólogo da [Collecção de Observações Grammaticaes sobre a Lingua Bunda, ou Angolense](#) não apenas a salvação das almas, mas também os interesses do Estado:

A Lingua comum de um Paiz, em que deve annunciar-se o Evangelho ao povo, que o habita, he manifestamente de absoluta necessidade ao exercício, e progresso do Christianismo entre aquelle povo. Mas se além disto se ha-de fazer uso da mesma lingua no manejo dos negocios politicos, na administração da justiça, e até nas deliberações, e emprezas militares, então o conhecimento deste Idioma vem a ser de summa utilidade ao Estado.

Todos estes motivos concorrem na lingua Bunda, demonstrando, que ella não só he útil, mas até necessaria; porque nesta lingua se ha-de precisamente communicar a Doutrina Evangelica aos habitantes do vastissimo Paiz em que ella se falla, assim como tambem deve intervir no seu governo civil, e militar, mostrando a razão, e a experiencia, que o uso dos Interpretes (Pretos brutos, e venaes) he insufficiente para satisfazer a estes importantissimos objectos.

([Canecattim, 1805: I](#))

A [Arte da língua de Angola](#), a gramática mais antiga conhecida sobre o quimbundo, foi escrita no Brasil por um jesuíta de que se afirma “*jamais haver pisado terras africanas*” ([Reginaldo, 2005: 36 n81](#)). E o registro mais antigo em quimbundo que chegou aos dias atuais, o [Gentio de Angola](#), obra póstuma do jesuíta Francesco Pacconio, revista pelo jesuíta Antônio do Couto, publicada em 1642, tem prólogo endereçado “*aos amantissimos padres da nossa Companhia de Iesu em Angola, & Brasil*” [p. 6].

Segundo [Vansina \(2001\)](#), não deveria causar espanto o fato de uma gramática do quimbundo ser escrita no Brasil:

slaves exported from Luanda, whatever their origins, learned some Kimbundu and were baptized in this language before their

embarkation. In this way the language came to be spoken in Brazil, in communities of fugitive slaves [...]. Hence it is not surprising that in 1693 it was possible to find experts of Kimbundu at Bahia
([Vansina, 2001: 273-274](#))

Se nas primeiras levas embarcadas no porto de São Paulo de Luanda chegadas ao Brasil no início do século XVI os escravizados falantes de quimbundo eram minoria, sua proporção começa a aumentar nas décadas de 80 e 90 desse século (Miller, 2008: 56-57). Segundo [Thornton \(2003: 273n3\)](#), quicongo e quimbundo devem ter sido as únicas línguas faladas pelos escravos que vinham da África Central Ocidental em meados do século XVII.

Focaliza-se aqui o quimbundo impresso no final do século XVII. O Brasil ainda teria de esperar 111 anos para a autorização de casas impressoras, razão pela qual as impressões se faziam em Portugal.

No final do século XVII os textos impressos em Portugal em português estavam muito próximos de um texto moderno: não mais apresentavam abreviaturas para sequências de letras¹⁸, nem para nomes sagrados; os separadores, *i.e.*, o espaçamento entre palavras, tinha uso consistente¹⁹; também era consistente a capitalização e o uso de diacríticos; a pontuação passara a contar com os sinais hoje em uso, abandonadas as comas e os caldeirões.

Há, porém, uma diferença em relação aos textos modernos: o português na época ainda não tinha uma norma ortográfica. Nos impressos, a padronização ortográfica existente ainda parece depender predominantemente da orientação seguida em cada casa impressora, mas também da época da impressão (*vide* [Rosa 1994](#)). No caso da obra de Dias, a oficina com direito para impressão da obra foi a do impressor régio Miguel Deslandes²⁰. Caso se coteje o uso ortográfico na [Arte](#) com o uso no [Gentio de Angola](#), impresso 55 anos antes por outra oficina também estabelecida em Lisboa, a

¹⁸ Há alguns <´q> apenas para a sequência <que> na [Arte](#).

¹⁹ Mas ver [p.46 da Arte](#): “Tresantontem este veaqui Pedro”.

²⁰ O impressor Miguel Deslandes (?-1703) publicou a [Arte](#) de Dias em Lisboa, em 1697. Nascido na França, Deslandes tornou-se português naturalizado pelo rei D. Pedro II (1648-1706), em documento datado de 14 de novembro de 1684 (Deslandes, 1888: 249). Três anos mais tarde, em 6 de outubro de 1687 (Deslandes, 1888: 248-250), tornar-se-ia impressor régio, sucedendo Antônio Craesbeck de Mello (?-1687?).

de Domingos Lopes Rosa²¹, se verá que: (a) se ambos representavam a conjunção aditiva e pela ligatura para o *et* latino, &; (b) se ambos apresentavam variantes posicionais para o grafema <s> ; (c) o tratamento aplicado às *letras ramistas* não era o mesmo. Em Dias o uso é moderno, distinguindo <i>, vogal, de <j>, sempre consoante; e <u>, vogal, de <v>, sempre consoante; em Pacconio & Couto (1642), por seu turno, <i> e <j> de uma parte e <u> e <v> de outra são variações posicionais do mesmo grafema, o que confere ao texto de Pacconio & Couto um ar mais antigo. Nenhum deles incorporara ainda o ímpeto etimologizante que floresceria poucos anos depois, já no século XVIII, após a publicação da obra de Madureira Feijó (*vide* Gonçalves, 2003: 40ss). O uso de maiúsculas, pontuação e separadores é consistente. Mas na parte em português.

Uma vez que as tradições gráficas dos impressores Miguel Deslandes e Domingos Lopes Rosa (que imprimiu o [Gentio de Angola](#)) são diferentes, neste trabalho focalizaremos apenas a [Arte](#).

1.2 Justificativas

A hipótese atrás apresentada leva a focalizar uma perspectiva da descrição missionária que não é usual. Esta é, provavelmente, a maior contribuição do presente trabalho; no entanto, para poder fazer afirmações sobre seu autor, sobre seus leitores potenciais e sobre a leitura foi necessário proceder a uma pesquisa histórica.

Vários problemas foram surgindo ao longo da pesquisa. Na atualidade, um sistema de escrita de segunda língua funciona também como sistema de escrita nativo para uma comunidade, mas não é esse o caso aqui em foco. O que levanta a questão: estamos diante de um sistema de escrita de segunda língua ou de um único sistema de escrita?

²¹ Domingos Lopes Rosa foi livreiro e impressor em Lisboa. Deslandes (1888: 224) coloca sua atividade entre 1639 e 1641, com base em dois alvarás de impressão. A *Wikipedia* coloca sua atividade entre 1641 e 1659, remetendo a informação para Anastácio (2007: 123). Foi processado pela Inquisição por impressão de carta sem licença do Santo Ofício em “*auto-da-fé de 13/04/1647, suspenso por um ano do exercício de seu ofício de impressor, condenado a 20 cruzados para despesas dos papéis impressos queimados, pagamento de custas*” ([ANTT. Processo de Domingos Lopes Rosa](#)).

Uma vez que inexistia a possibilidade de se testar empiricamente a hipótese atrás apresentada, buscaram-se as evidências na documentação existente e em propostas recentes sobre a biologia da leitura.

O *corpus* impôs à pesquisa vários limites: a ordem religiosa focalizada é a Companhia de Jesus; o período, o século XVII, a língua, o quimbundo. Trata-se aqui, portanto, de *literacia*²², isto é, das habilidades de leitura e escrita com autonomia (ver Morais, 2013a), restrita a um pequeno grupo: o de escritores eclesiais em trabalho missionário e seus leitores, os companheiros de missão.

O estudo aqui apresentado pode vir a contribuir para outras áreas que não a Linguística Missionária, mas o interesse no tema advém do contacto com artes de gramática e catecismos jesuíticos dos séculos XVI e XVII. Esse contacto teve origem na tentativa de entender um pouco melhor como seria no século XVII um mapa linguístico do que atualmente chamamos Brasil. Mas se é assim, então o que Angola teria a ver com isto, se é um outro país e, tomado o Brasil por referência, tão longínquo?

Uma resposta que se projeta da documentação consultada é que, naquele período — e talvez em qualquer momento anterior a 13 de maio de 1891, que assinala a fogueira que faria arder documentos sobre a escravidão no Centro do Rio de Janeiro a mando de Rui Barbosa (1849-1923), então Ministro da Fazenda ([Grinberg, 2011](#)) — Angola não parecia tão distante do Brasil.

A documentação conhecida na atualidade — muito dela graças ao esforço do Padre António Brásio (1906-1985) nos muitos e volumosos tomos da [Monumenta Missionaria Africana](#) — conjuga evidências do que levou Alencastro (2000) a caracterizar Brasil e Angola como um espaço econômico aterritorial, resultante da integração gerada pelo capitalismo comercial. Para Alencastro (2000: 9), Brasil e Angola formavam um “*arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola*”, as duas partes “*unidas pelo oceano*”. Esse espaço tem como figura emblemática Salvador Correa de Sá (1602-1688), governador do Rio de Janeiro. Da

²² *Literacia* é empréstimo relativamente recente no português brasileiro (mas não no de Portugal), oriundo do inglês *literacy*. A opção pelo uso de *literacia*: (a) evita as questões ideológicas envolvidas em *letramento*, outro empréstimo com a mesma origem, criado por Mary Kato em 1986 (Soares, 1998: 32; também p. 18); e (b) é de emprego mais amplo que *alfabetização*, que pressupõe um sistema de escrita alfabético. Seguimos, portanto, Morais (2013a: 4n1).

retomada de Angola, em 1648, até 1730 os brasileiros monopolizariam o comércio de Angola (Vansina, 1992: 667). Essa conjuntura permite entender a importância no Brasil de uma língua não *brasiliense*²³.

1.3 Organização do trabalho

Para fundamentar a discussão, apresenta-se primeiramente o que entender neste trabalho por *leitura* e por termos de uso frequente, como *letrado* e *alfabetizado*. Quase sempre considerada em seus aspectos culturais e assim, variáveis, aqui se assume que embora sendo uma atividade cultural, a leitura tem uma base física que lhe impõe limites à variação entre culturas. Tendo por base o que não varia, as hipóteses sobre a leitura numa época já distante podem apontar caminhos para a pesquisa. Segue-se a documentação tomada por base e a ortografia empregada.

A edição diplomática do texto integral²⁴ constitui o *Anexo*, destacadas em negrito as sequências em quimbundo.

²³ Alencastro (2000:28n) emprega a distinção entre *brasílico*, relativo à “*sociedade colonial da América portuguesa dos séculos XVI, XVII e da primeira metade do século XVIII*”, *brasiliense*, para referência aos índios, e *brasileiro*, que designava principalmente os cortadores de pau-brasil. [Bluteau \(II, 186\)](#) usa *Brasiliensis, -is* como tradução para *brasil*, “*homem natural do Brasil*”.

²⁴ Uma edição semidiplomática foi publicada anteriormente: [Rosa \(2011\)](#).

Parte I

SOBRE LEITURA E CONCEITOS RELACIONADOS

2 Alguma universalidade?

Pode-se aprender a ler em qualquer época da vida, embora haja necessidade de aprendizado formal. É possível datar o primeiro surgimento da escrita (por conseguinte, da leitura) em época relativamente recente (ca. 3000 a.C.), se levada em conta a datação para o surgimento da espécie; é possível demonstrar que a escrita surge de forma independente em três regiões distintas — Mesopotâmia, China e América Central; pode-se traçar a difusão geográfica de sistemas que tomaram diferentes unidades por base, com diferentes escritas (como em Diringer, 1962). A leitura envolve, por conseguinte, aspectos determinados não biológica, mas culturalmente.

Simple assim? A pergunta fica no ar se a compreensão da leitura tiver por base a simplicidade dicotômica que opõe experiência a inatismo em termos mutuamente excludentes. É que a dicotomia mais atrapalha que explica (*vide* Pinel, 2003: 48-77). É o que se verá a seguir.

2.1. Atividade inata ou adquirida?

É de Lenneberg (1964) um artigo clássico que contrapunha à escrita o caminhar, esta última uma atividade humana para a qual *“temos boas razões de julgar biologicamente dada”*. Nesse cotejo, que visava a estabelecer o quanto a linguagem teria de geneticamente determinado, Lenneberg estabelecia critérios *“para distinguir, no homem, comportamento biologicamente determinado de comportamento culturalmente determinado”* (Lenneberg, 1964: 61). No tocante à escrita, Lenneberg ressaltaria o quanto ela é diferente da linguagem: *“[o] contacto da criança com documentos escritos ou com papel e lápis não resulta usualmente na aquisição automática do traço”*, porque, diferentemente da linguagem, para a escrita *“podemos pressupor ser o resultado de aquisição cultural e conseqüentemente de intencionalidade”* (Lenneberg, 1964: 61). Em outras palavras: contrapunha-se genética a experiência, ou inato a adquirido, ou fatores genéticos a aprendizagem.

Em meio a esse artigo, porém, surgia uma questão incômoda (Lenneberg, 1964: 76-77), a *incapacidade específica de leitura*²⁵ — incômoda numa proposta de classificação como “aquisição cultural”, excludente em relação ao outro termo da dicotomia:

Há uma condição clínica familiar aos neuropsiquiatras conhecida na literatura médica norte-americana como *incapacidade específica de leitura*. Consiste de uma acentuada dificuldade congênita para aprender a escrever. O exercício intensivo pode às vezes corrigir esse déficit, mas há casos descritos [...] em que a escrita nunca chegou a ser adquirida, apesar de um QI normal, segundo testes costumeiros. Eu mesmo examinei oito casos desses (vistos num laboratório neurológico) a fim de verificar se esses pacientes tinham aprendido algum tipo mais simples de representação gráfica. Resultou que nenhum deles teve a menor dificuldade em compreender símbolos tais como flechas apontando em determinadas direções, e representações esquemáticas de estrelas, corações ou cruzes; também não houve nenhuma dificuldade na interpretação de seqüências simples de ações representadas por três desenhos muito esquemáticos de figuras humanas:



Cada um destes desenhos era compreendido tanto se apresentado isoladamente como conjugado aos demais.

Presumivelmente, os pacientes têm dificuldades com alguns aspectos da ortografia inglesa, mas não com o reconhecimento de padrões visuais ou a interpretação de símbolos gráficos. Não se trata, portanto, de uma condição geral de dificuldade de leitura, mas apenas de uma dificuldade com certos processos associativos até agora não identificados, presentes em nosso tipo de sistema de escrita. Seria interessante sabermos se outros países têm a mesma incidência e os mesmos tipos de “incapacidade específica de leitura!” encontrada na Inglaterra e Estados Unidos.

(Lenneberg, 1964: 76-77)

²⁵ Santos & Navas (2002: 30), ao apresentarem um histórico dos distúrbios de leitura e escrita demonstram que muita nomenclatura foi proposta (não necessariamente nomeando o mesmo problema): *cegueira congênita para a palavra, dislexia, dislexia específica de desenvolvimento, dificuldade específica de leitura, distúrbio específico de leitura, dificuldades do desenvolvimento da leitura*, e as mais amplas: *leitores fracos, distúrbios de leitura, distúrbio do aprendizado da linguagem*.

Lenneberg considerou *leitura* tanto o processo de extração de informação a partir de um texto escrito como a extração de informação das figuras esquemáticas atrás reproduzidas. As dificuldades extraordinárias desses indivíduos com a leitura resultariam de “*certos processos [...] não identificados*” presentes no sistema de escrita do inglês.

A dicotomia estabelecia uma explicação simples: uma aquisição se é cultural não é inata; logo é adquirida. Mas ... e se domínios culturais (como a leitura) pudessem ser localizados no córtex, com limitações à variação, impostas pela organização do cérebro? Parece um paradoxo, mas para o qual surgiram evidências, que apontavam para a possibilidade de se reproduzir a ativação de áreas corticais face a determinadas atividades reconhecidamente culturais. Caso da leitura.

2.2 Um centro visual para as letras: Déjerine e Bloomfield

Em 1892 Joseph Jules Déjerine (1849-1917) apresentou à Société de Biologie, Paris, uma [*mémoire*](#) sobre o caso do paciente Sr. C., de 68 anos, que ele diagnosticara com *cegueira verbal*. Era a primeira²⁶ atestação de evidências que permitiriam a postulação de uma área cerebral especializada para a leitura.

Em 19 de outubro de 1887 o Sr. C. começa a ter dormências frequentes na perna direita, ataques curtos que vão se repetir nos dias subsequentes. Em 23 de outubro aumenta a sensação de moleza na perna e também no braço direito. No dia seguinte, de repente, não podia mais ler, embora pudesse escrever e reconhecer objetos e pessoas como antes. Achou que precisava de óculos e, 15 dias depois, procurou o Dr. Landolt, que o encaminhou a Déjerine ainda em novembro. Efetivamente tinha um problema visual: na metade direita do campo visual tudo lhe parecia mais escuro e em preto e branco ou cinza. Mas o problema visual não explicava os sintomas.

²⁶ Havia ainda estudos do mesmo período sobre problemas congênitos Para um breve histórico dos estudos sobre distúrbios de leitura, Santos & Navas (2002).

Afinal, podia ler algarismos (e fazer cálculos). O Sr. C. tinha a escrita preservada: podia escrever espontaneamente ou escrever um ditado; mantinha preservada a memória motora do formato de letras e assim podia “ler” letras de olhos fechados, isto é, se pudesse traçar no ar seu contorno ou se as desenhassem na sua palma da mão; não tinha problemas na fala; mantinha reconhecimento visual normal de objetos, rostos ... A riqueza de detalhes do histórico médico transmite a dimensão do drama do paciente:

En lui donnant le journal *Le Matin* qu’il lit souvent, le malade dit: “C’est le *Matin*, je le reconnais à sa forme”. Mais il ne peut lire aucune des lettres du titre ... Si on lui donne le journal *l’Intransigeant* à lire, journal dont il ne connaît pas le format, M. C..., au bout de cinq minutes d’efforts, dit: “C’est *l’International* ou *l’Estafette*”. Après une leçon d’épellation d’un quart d’heure, il arrive enfin à lire ce titre, *mais pour se rappeler les lettres, il est obligé de dessiner leur forme du geste en quittant des yeux le journal...* Tandis que la lecture est impossible, le malade copie son nom correctement; il écrit sous dictée, tout ce qu’ont veu sans faute et couramment. Mais vient-on à l’interrompre dans une phrase qu’il écrit sous dictée, il s’embrouille et ne sait plus où reprendre ses lettres; de même, s’il fait une faute, il ne peut la retrouver. Autrefois il écrivait plus vite et mieux, maintenant *les caractères sont plus gros, tracés avec une certaine hésitation, car, dit-il, “il n’a plus le contrôle des yeux”*. En effet, loin de le guider, la vue de ce qu’il écrit semble plutôt le troubler, si bien qu’il préfère écrire les yeux fermés, attendu, dit-il, *“qu’en regardant ce qu’il écrit, il s’embrouille”*. Lorsqu’au début de sa maladie, il avait essayé d’écrire, les lettres se recouvraient et étaient quelquefois les unes sur les autres. Ainsi, il avait écrit Oscar, son prénom, en plaçant le c sur l’s. ([Dejérine, 1892: 66](#) – ênfase no original)

Dejérine ilustra sua *mémoire* com a evolução do estado do paciente refletido na escrita: um exemplo anterior ao acidente encefálico (*Figura 5*) e a evolução até as últimas tentativas pouco antes de falecer (*Figuras 6 a 9*).

un testament Olographe est valable
 sur papier libre comme si il étoit fait
 sur papier timbré, seulement on paie ~~un~~
 au gouvernement une amende de 62.⁵⁰^{fr}
 parce que la loi veut que ces sortes d'actes
 soient sur un papier timbré.

SPÉCIMEN 1. — Écriture spontanée antérieure au début de la cécité verbale (1880).

Fig.5 - Dejerine (1892: 68) – Escrita espontânea do Sr. C. antes da manifestação do problema.

Le 21^{er} août 1883, à la
 Salpêtrière chez M^r Charcot
 qui m'a examiné longuement et
 m'a montré à des élèves en disant
 que j'étais atteint de cécité verbale

SPÉCIMEN 4. — Écriture spontanée (janvier 1883).

Fig. 6 - Dejerine (1892: 69) – Escrita espontânea do Sr. C. três meses após o AVC.

La ville de Paris si j'habite
 depuis très longtemps est une fort
 belle ville

La ville de Paris
 est très belle

SPÉCIMEN 8. — Écriture d'après copie de manuscrit (22 novembre 1887).

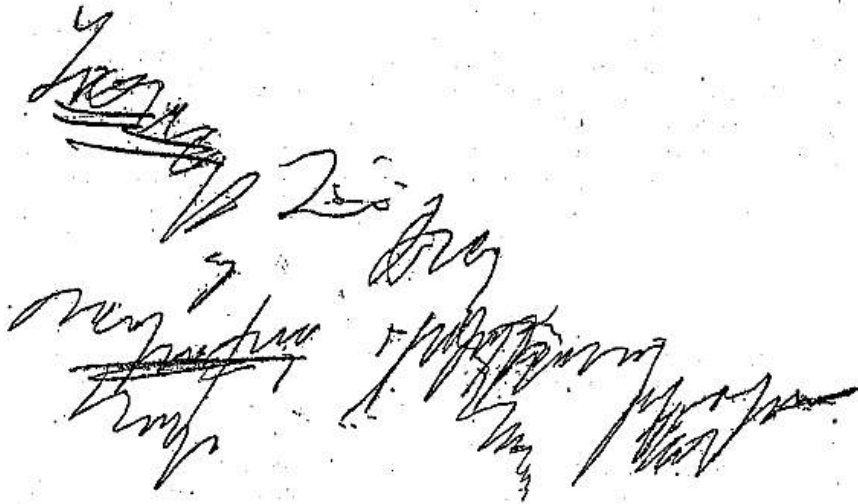
Fig. 7 - Dejerine (1892: 71) – Cópia, cerca de um mes após o AVC.

Die Stadt Jaris wo
ich wohne ist eine
grosse und schoene
Stadt

Die Stadt

SPÉCIMEN 9. — Écriture d'après copie de manuscrit (22 novembre 1887).

Fig. 8 - Dejerine (1892: 71) – Cópia, cerca de um mes após o AVC.

The image shows a collection of dark, overlapping ink strokes on a light background. These strokes are completely illegible and do not form any recognizable letters or words, representing a total loss of writing ability.

SPÉCIMEN 14. — Agraphie totale. Essai d'écriture les derniers jours de la vie (8 janvier 1892). On ne reconnaît dans cette tentative d'écriture aucune lettre. Le malade avait connaissance du peu de résultat de ses tentatives d'écriture et s'impatientait, ainsi que le montrent les traits vigoureusement tracés qui soulignent la première tentative d'écriture.

Fig. 9 - Dejerine (1892: 77) – Escrita espontânea após o segundo AVC.

O Sr. C. sofreria um segundo acidente em 5 de janeiro de 1892. Seu estado se agravaria nos 10 dias subsequentes. Morreria em 16 de janeiro de 1892. E a família permitiria a autópsia.

Dejerine apresentou em sua [mémoire](#) a localização da lesão mais antiga de seu paciente. Localizou-a no hemisfério esquerdo (o mesmo para cuja importância em relação à linguagem Pierre Paul Broca (1824 – 1880) e Karl Wernicke (1848 – 1905) já haviam chamado à atenção), na parte mais posterior e inferior: a lesão mais antiga “ocupava o lobo occipital e mais particularmente as circunvoluções do pólo occipital, as

da base da cunha como aquelas dos lóbulos lingual e fusiforme” (Dejérine, 1892: 84 – trad. MCR). O hemisfério direito se mantivera intacto.

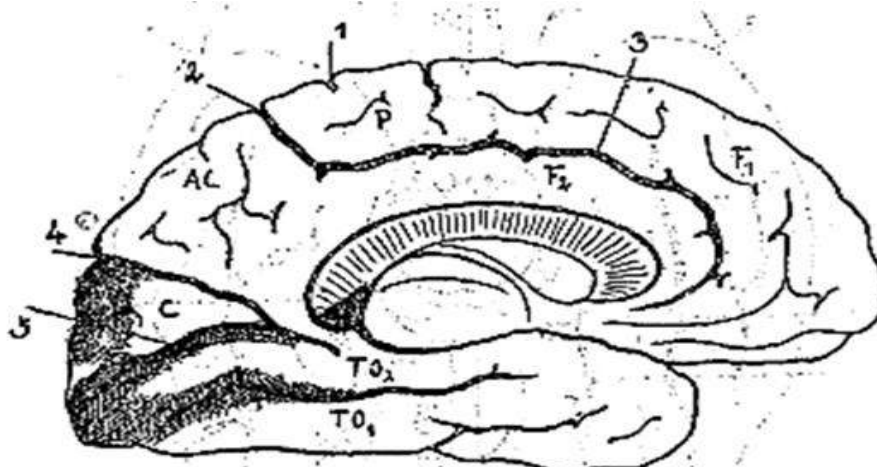
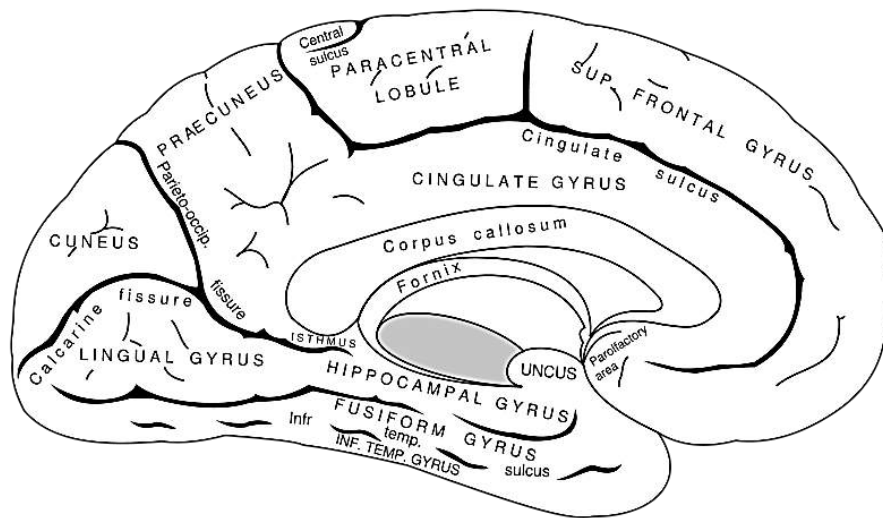


FIG. 3. — Hémisphère gauche. Face interne. Plaque jaune ancienne de la base du cuneus, de la partie postérieure du lobe lingual (TO²) et du lobe fusiforme (TO¹), ainsi que du sillon temporo-occipital interne. Lésion du bourrelet du corps calleux.

Fig 10 - Esquema do hemisfério esquerdo – corte sagital (extraído de [Wikimedia](#)) e o do Sr. C.

Para explicar como um homem letrado, que não era cego, tornara-se incapaz de ler, embora pudesse ver as letras (como demonstram as Figuras 6 e 7) — daí a denominação *cegueira verbal*, mais tarde *alexia sem agrafia* ou *alexia pura*) — e permanecia capaz de escrever, Déjérine propôs a existência de um “centro visual das letras”, que localizou no giro angular (fr. *pli courbe*).

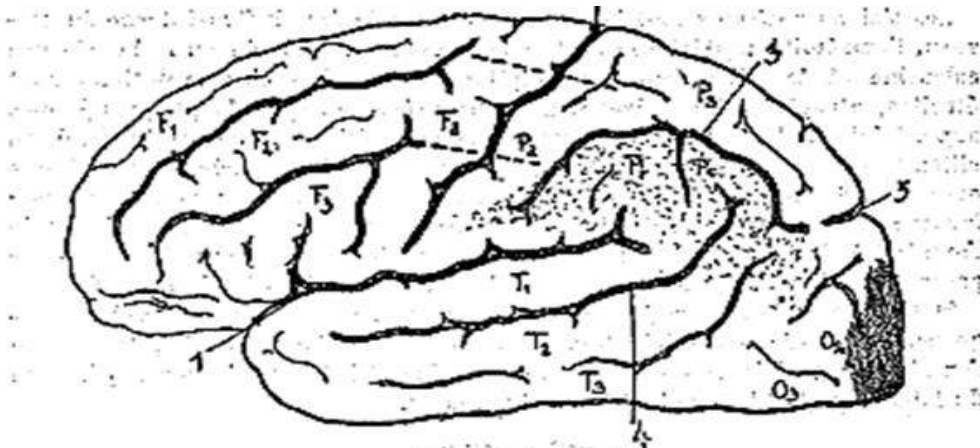
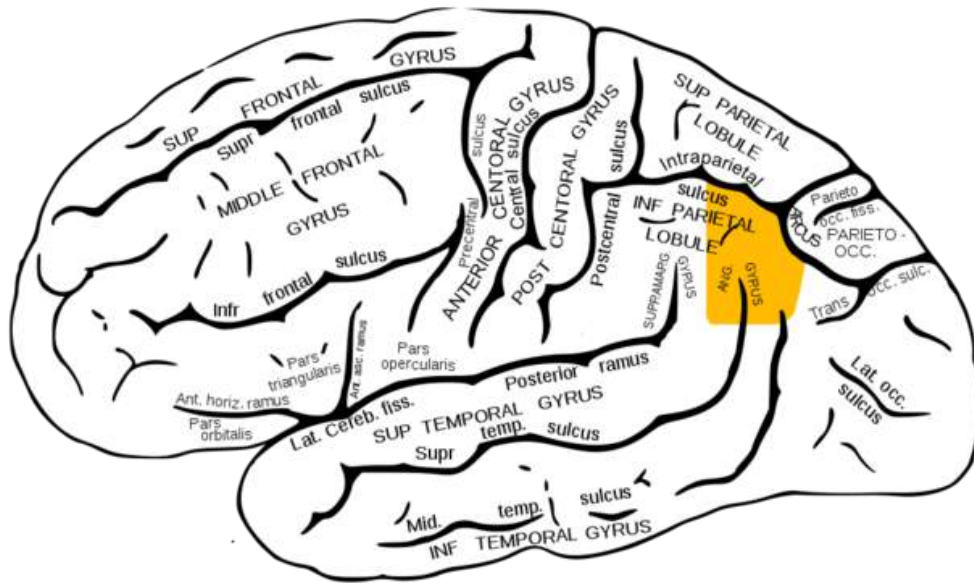


FIG. 3. — Hémisphère gauche. Face externe. Les hachures du lobe occipital représentent la plaque jaune ancienne; le pointillé du pli courbe et du lobe pariétal inférieur la lésion récente.

Fig. 11 - Face lateral esquerda do cérebro (extraído de [Wikimedia](#)) e a do Sr. C.

Para Déjerine, no Sr. C. essa área estava intacta quando da lesão mais antiga e fora desconectada das áreas que lhe enviariam o *input* visual, no lobo occipital. Por isso ele não podia ler, embora conseguisse escrever um ditado, por exemplo.

En regardant donc un objet avec un seul oeil ou avec les deux yeux, nous le voyons avec nos deux hémisphères ; il en est de même des lettres; nous les voyons avec nos deux lobes occipitaux, mais nous les voyons avec l'aide de ces centres visuels communs, en tant que dessins quelconques, comme nous voyons les lettres d'une langue qui nous

est étrangère (comme je vois, par exemple, les caractères russes ou hébreux). Pour que nous reconnaissons une lettre, pour que l'assemblage de certaines lettres déterminées, réveille l'idée du mot, il faut que ces centres corticaux de la vision commune entrent en connexion avec la zone du langage ; or cette zone n'est représentée que dans l'hémisphère gauche — au moins chez les droitiers — et la pathologie montre que le centre de mémoire visuelle des lettres siège au niveau du pli courbe.
(Déjerine, 1892 : 87 – ênfase no original)

A Linguística descartaria a possibilidade de um centro visual para as letras com base na oposição entre sócio-cultural e biológico. Assim, no clássico *Language*, uma das obras fundadoras da Linguística, Leonard Bloomfield (1887-1949) rechaçava a *mémoire* de Déjerine:

The error of seeking correlations between anatomically defined parts of the nervous system and socially defined activities appears clearly when we see some physiologists looking for a "visual word-center" which is to control reading and writing: one might as well look for a specific brain-center for telegraphy or automobile-driving or the use of any modern invention.
(Bloomfield, 1933: 36-37)

A escrita é uma tecnologia, e Bloomfield a equiparava a qualquer das outras muitas que se tornavam populares no início do século XX, sem atentar para o fato de que um sistema de escrita tem por base uma língua. Com isso Bloomfield afastava a possibilidade de a Linguística vir a se interessar pelo tema.

A hipótese de um *centro visual da palavra* ganharia fôlego novamente com os trabalhos de Laurent Cohen, Stanislas Dehaene e outros no início da primeira década do século XXI, embora corrigindo a localização proposta por Déjerine. Reconheciam que a região mais posterior do hemisfério esquerdo (*vide Figuras 10 e 11*) está envolvida na visão em geral, não apenas na leitura. O centro visual não estaria no giro angular, como propôs Déjerine, mas no sulco occipitotemporal ventral esquerdo, que ambos denominaram a *Área da Forma Visual da Palavra* (ing. *Visual Word Form Area*, ou, abreviadamente, *VWFA*).

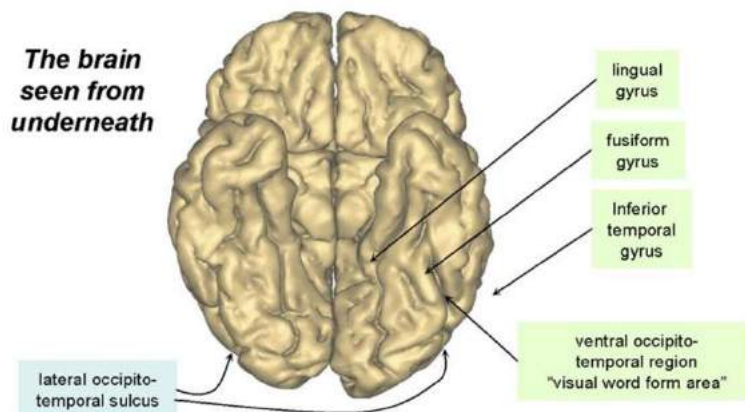


Fig. 12 - Face ventral do cérebro - A Área da Forma Visual da Palavra (VWFA) – Extraído de [Dehaene \(2009:xii\)](#)

Nos leitores hábeis seria ativado por qualquer sistema de escrita, mesmo não alfabético, com direção esquerda-direita ou não, ([Dehaene & Cohen, 2007: 386](#); Dehaene & Cohen, 2011: 256), pondo fim “ao mito de que o sistema de escrita do chinês é processado apenas pelo hemisfério direito” (Scliar-Cabral, 2010: 419-420 – trad. MCR).

Ambos os autores propuseram a *hipótese da reciclagem neuronal*: aprender a ler causaria uma mudança funcional nessa área, que passaria a responder menos, nos letrados, a rostos e objetos.

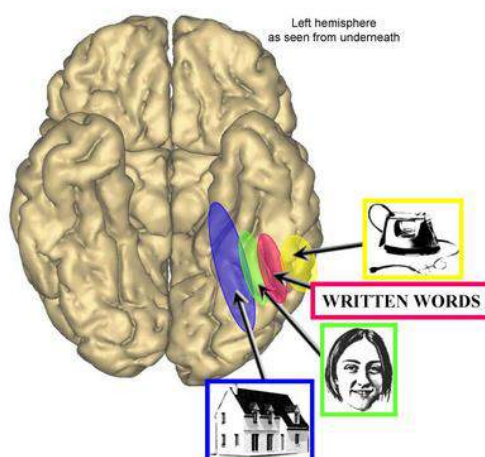


Fig. 13 A Área da Forma Visual da Palavra (VWFA), entre a área ativada por objetos e por rostos – Extraído de [Dehaene \(2009:xii\)](#)

Remarkably, with increasing literacy we [...] observed a small but significant decrease in responses to faces at the VWFA. Activation to faces was displaced to the right hemispheric fusiform gyrus, where it increased with literacy. Similarly, Cantlon et al. [...] found that performance in identifying digits or letters was correlated with a decrease in responses to faces in the left lateral fusiform gyrus. Both observations support the existence of competition for cortical space between the nascent VWFA and the pre-existing neural coding of other categories, particularly faces. Faces and written words activate very close or even overlapping sectors of the ventral visual cortex [...], probably because of the demands they both place on high-resolution foveal processing [...].
([Dehaene & Cohen, 2011: 259](#))

A informação seria transmitida então para os lobos temporal e frontal, para ser compreendida e significada, como esquematizado na *Figura 14*, extraída de Dehaene (2009: 63).

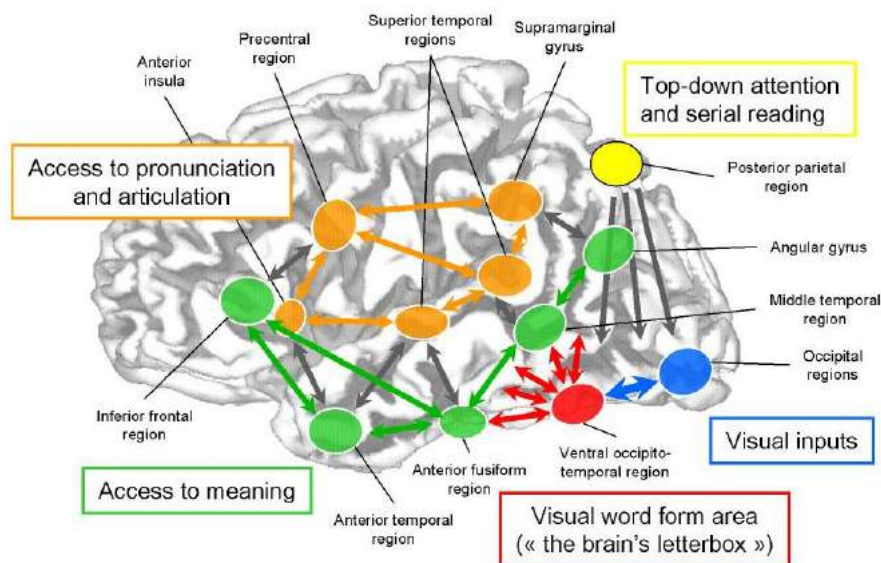


Fig. 14 – Modelo para a leitura proposto em (Dehaene, 2009: 63).

Ler envolve seqüências de caracteres. Isso tem implicações para o que se considera *alfabetizado* e *letrado*.

3 De que *leitura* e de que *letrado* falamos?

Os inicianos a quem a [Arte](#) se destinava sabiam ler. Eram letrados? Embora “saber ler” e “letrado” sejam formas frequentes e pareçam não envolver qualquer problema de compreensão, nas seções que se seguem demonstramos que seus significados são alvo de disputa. Na atualidade as divergências são geradas pelo embasamento mais sociológico ou mais biológico de visões educacionais. Quando, porém, se volta muitos séculos, as práticas de ensino-aprendizagem geram muitas perguntas — e muitas respostas, muitas vezes díspares.

3.1. O mecanismo da leitura

Que acontece quando um leitor hábil lê, levando em conta material impresso numa escrita alfabética em caracteres latinos, com palavras delimitadas por espaços em branco?

Primeiramente o estímulo físico tem de chegar ao olho e transformar-se num código elétrico para ser processado pelo cérebro. A partir de então,

the visual projections are crossed: words presented to the left side of the screen are projected to the right half of each eye retina from where the information is sent to the right hemisphere. The reverse is true if words are presented to the right side of the screen. [...] Suddenly, the output converges to the left occipitotemporal ventral region, no matter if the stimuli were presented at the right or at the left side of the screen. This is possible because the connection between the two hemispheres is mediated by the corpus callosum
(Scliar-Cabral, 2010: 418)

Funcionando bem a parte física, o bom desempenho na atividade terá por base a interação entre a decodificação do *input* linguístico visual e o acesso à informação fonológica (Buchweitz et alii, 2009: 111).

Durante a leitura, os olhos se movem porque é necessário trazer o texto para o campo da fóvea, a parte central da retina que permite ver as letras com a resolução necessária à leitura (Dehaene, 2009: 13). Esse movimento não se dá num percurso contínuo sobre o suporte, seja papel ou qualquer outro, letra a letra, mas aos saltos, ou *sacadas*, interrompidas quando se para esse movimento. São as *fixações*. A informação é extraída do texto durante as *fixações*, que duram cerca de 200 a 250 ms (Rayner, Juhasz & Pollatsek, 2005: 98). As palavras gramaticais curtas são puladas, mas as palavras de conteúdo, como nome e verbo, são fixadas pelo menos uma vez (Morais, 1994: 118). Na leitura da esquerda para a direita, caso dos sistemas de escrita que tomam o alfabeto latino como escrita, a fixação mais à esquerda "costuma ser de 5 a 7 espaços a partir da primeira letra da linha" (Rayner, Juhasz & Pollatsek, 2005: 98). Uma parte das fixações, de 10 a 15% delas (Rayner, Juhasz & Pollatsek, 2005: 98), retorna o olhar para palavras já processadas. São as *regressões*.

As fixações são, portanto, seguidas e antecedidas por movimentos rápidos, os *movimentos sacádicos* ou *sacadas*, que duram de 20 a 40 ms (Rayner, Juhasz & Pollatsek, 2005: 98), durante os quais não há visão. A amplitude média das sacadas está entre 7 a 8 espaços (Rayner, Juhasz & Pollatsek, 2005: 98).

Um dos fatores que geram as variações na duração é a dificuldade que o texto apresenta para o leitor.

Quanto mais difícil for um texto, mais elevada é a duração das fixações, mais diminui a amplitude das sacadas e mais elevado é o número de regressões.
(Morais, 1994 : 117)

A fixação média de cerca de 200ms para a ficção leve aumenta para 260ms para um texto científico. Do mesmo modo, o comprimento da sacada diminui de 9,2 letras para 6,8 e as regressões aumentam em até 18%. Assim, a velocidade média de leitura também depende do tipo de texto: na ficção leve são cerca de 365 palavras/min; 321 palavras/min na leitura de um jornal; e cai para 235 palavras/min caso se trate de um texto científico (Morais, 1994: 119). A velocidade também depende de o texto estar na

língua materna ou em língua estrangeira. A leitura em língua estrangeira é mais vagarosa do que na língua nativa (Cook & Bassetti, 2005: 2).

3.2 Leitura sem escrita?

Embora seja muitas vezes repetida a referência ao Papa Gregório Magno (540?-604), para quem a imagem era o livro daqueles que não sabiam ler, que permitiria aos iletrados ler em paredes o que não podiam ler nos livros²⁷, a hipótese de uma VWFA retira esses episódios do campo da leitura. No entanto, o estudo do uso do livro no passado conferiu uma importância à ilustração desconhecida no presente.

Clanchy (2013: 192ss) retoma a afirmação do Papa Gregório para focalizar uma obra medieval, o [saltério de luxo que pertenceu a Christina de Markyate](#) (1096?-1155?). Esse saltério é exuberante em ilustrações: não apenas capitais decoradas, mas ilustrações de página inteira, que narram a vida de Cristo. Clanchy (2013: 193) propõe que Christina “lia” (aspas no original) não apenas o texto, mas também as imagens, ao meditar sobre elas, porque os usuários medievais do livro “*compreendiam muito bem que a ilustração e a escrita estão conectadas*” (Clanchy, 2013: 197 – trad. MCR). Clanchy (2013: 196) argumenta que *leitura*, naquele contexto, não encontra equivalente exato na leitura moderna. Na Inglaterra dos séculos XII e XIII quem lia precisava ler na língua materna, inglês, e em francês e latim; mas necessitava também de ler “*o livro de imagens, isto é, compreender pelo esforço da meditação as formas e sinais da revelação divina*” (Clanchy, 2013: 196 – trad MCR). É fácil perceber que aquele mecanismo descrito resumidamente atrás, em 3.1, é apenas uma parte do que está sendo considerado *leitura* nesse contexto, que inclui a meditação, *i.e.*, o aprofundamento da compreensão, não apenas da parte textual, mas também das imagens. Os materiais para a leitura e também para a escrita não eram comuns nas casas e os poucos livros existentes (de que o saltério era um exemplo) serviam durante décadas como material de leitura para seus donos, o que envolvia diferentes estratégias de leitura:

²⁷ Uma carta em que São Gregório explicava o uso de imagens, em francês e latim está no [Saltério de Santo Albano](#), que teria pertencido a Christina de Markyate.

hearing the text read aloud while looking at the lettering and images on the pages; repeating the text aloud with one or more companions, until it was learned by heart; construing the grammar and vocabulary of the languages of the text silently in private; translating or transposing the text, aloud or silently, into Latin, French or English; examining the pictures and their captions, together with the illuminated letters, as a preparation for reading the imagery. The ultimate stage of reading was contemplation, when the reader 'saw with his heart', like St John the author of the Apocalypse, the truth of hidden things. (Clanchy, 2013: 196)

Muitos séculos mais tarde, na América portuguesa de Seiscentos, a afirmação sobre poucos materiais para a leitura aplicava-se ainda ao quotidiano: a análise de cerca de 450 inventários paulistas datados do período compreendido entre 1578 e 1700 constatou que apenas 15 continham livros, somando, no total, 55 títulos (Villalta, 1997: 361, citando Alcântara Machado). Curiosamente não há cartilhas entre os títulos, o que pode indicar que as primeiras letras eram ensinadas em casa com os materiais existentes ou com *cartas do alfabeto*, preparadas pelos mestres (*vide* Silva, 1997: 26), como aquelas prescritas pelo bispo de Olinda D. José da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821).

Embora ainda na atualidade seja comum encontrar *ler* e *leitura* aplicados a imagens sem qualquer texto — ou mesmo o uso de *texto* como o resultado da atividade de quem ainda não aprendeu qualquer correspondência entre grafemas e unidades linguísticas²⁸ —, não é essa a visão aqui adotada.

Neste trabalho *leitura* é uma habilidade que o indivíduo desenvolve; pressupõe um sistema de escrita e uma língua codificada nesse sistema; seu processamento inclui a ativação de uma área específica do cérebro. Extrair informação de imagens não é leitura no sentido em que aqui se emprega esse termo, como se procura demonstrar a

²⁸ Como nos [Parâmetros Curriculares Nacionais](#) (1a. a 4a. séries) – *Língua Portuguesa*, volume 2, p. 48-49: “é preciso que, tão logo o aluno chegue à escola, seja solicitado a produzir seus próprios textos, mesmo que não saiba grafá-los, a escrever como lhe for possível, mesmo que não o faça convencionalmente” (ênfase adicionada).

seguir, usando para exemplo um cartaz que está afixado numa rua do subúrbio de Todos os Santos, no Rio de Janeiro, reproduzido na *Figura 15* a seguir²⁹.



Fig. 15 - Cartaz num portão da Rua Getúlio (Todos os Santos, Rio de Janeiro).

Para entender o aviso é preciso decifrar cada desenho e interpretar cada imagem não como um nome, mas como um adjetivo. Esta informação, no entanto, deriva da posição sintática que cada imagem ocuparia nos pontinhos da parte linguística do informe (*Se você não é ...*), não da imagem em si. No tocante ao primeiro desenho da sequência no portão, destacado na *Figura 16* a seguir,



Fig. 16 – ‘Cego’

a interpretação esperada é ‘cego’ — e falar em “primeiro desenho” resulta de uma questão cultural ligada ao nosso sistema de escrita, que começa a se manifestar ainda em idade pré-escolar: se a parte linguística estivesse em hebraico, por exemplo, cuja leitura se faz da direita para a esquerda, o “primeiro” e o “terceiro” desenhos estariam em posições invertidas em relação à nossa indicação (Fagard & Dahmen, 2003; Shaki, Fischer & Göbel, 2012). Porque a codificação de nosso sistema de escrita se faz da

²⁹ A primeira vez que vi o portão, durante um engarrafamento de trânsito, considerei o cartaz uma ameaça tão estranha que o interpretei em voz alta: “*Se você não é gay, careta para você, aqui tem cachorro. Não estacione aqui*”. Todos os que estavam comigo discordaram: “*Se você não é cego, doido ou burro, não estacione aqui*”.

esquerda para a direita, a introdução de mangás no Brasil teve a necessidade de indicar a sequência espacial da página, como exemplificado na *Figura 17*:



Fig. 17 - *Naruto*, 36: 71-70)

Voltando ao desenho do rapaz de chapéu, a interpretação como 'cego' depende de se reconhecer nos óculos escuros o traço identificador de cegos pela sociedade brasileira — e não a bengala, como no pictograma na *Figura 18*, influenciado pelos ISOTYPES³⁰ da International Picture Language. Caso contrário poderia ser apenas um rapaz *fashion*, com óculos, chapéu e uma gola diferente.



Fig.18- Pictograma indicativo de 'cego'

Para interpretar a segunda imagem do cartaz no portão como 'louco', 'doido',



Fig. 19 – 'Louco', 'doido', 'maluco'

³⁰ Sigla para *International System of Typographic Picture Education*, originalmente desenvolvidos por Otto Neurath (1882-1945) e Gerd Arntz (1900-1988).

é preciso conhecer uma dada foto de Albert Einstein, reproduzida na *Figura 20*, associá-la àquele desenho e ainda associar a genialidade de Einstein à loucura. A imagem da *Figura 19* não pode ser associada a qualquer outra careta, de criança ou adulto.



Fig. 20 – Albert Einstein e a famosa careta.

Quanto à terceira imagem,



Fig 21 – ‘Burro’ ou ‘cachorro’?

se não fosse a informação linguística não poderia ser interpretada como um cachorro de orelhas pontudas?

Em resumo: aquela representação por desenhos não é um sistema de escrita. Chegar ao significado da parte pictórica da mensagem no portão depende não de uma língua comum, mas do compartilhamento de convenções — por exemplo, aquilo que a sociedade reconhece como um sinal distintivo de um cego, ou a ideia de que quem estuda muito acaba por perder o juízo. Não há ligação de cada imagem com elementos linguísticos, a não ser de modo indireto e vago.

Não é o que se passa, por exemplo, com as imagens da escrita hieroglífica do Egito antigo. O exemplo na *Figura 22a* a seguir, que significa ‘elefante’ (Rossini, 1989: 26), não está no mesmo caso, como demonstrado na *Figura 22b*.

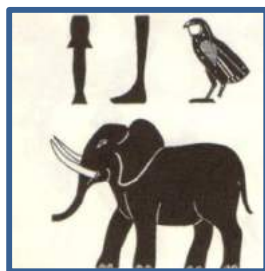


Fig. 22a – ‘Elefante’



Fig. 22b - Transliteração dos símbolos que indicam a interação com a fonologia da língua

A informação escrita com aqueles sinais necessita do conhecimento da língua que registraram, porque o significado está capturado numa estrutura linguística. Um sistema de escrita registra uma língua; não registra apenas significado oralizável em diferentes estruturas linguísticas e em vocabulário de diferentes línguas, nem é dependente de referências culturais transmitidas de uma geração a outra (Coulmas, 2003: 18-36). Cabe notar que nenhum sistema de escrita representa apenas o significado. Um sistema de escrita que capturasse diretamente o significado seria independente de qualquer língua, uma escrita universal, a ser compreendida por qualquer indivíduo, não importando sua língua³¹. Um sistema de escrita codifica, portanto, uma língua que em algum momento foi falada (Perfetti, 2003: 3). Segue-se que *leitura* (e tem-se em mente o leitor hábil) implica o reconhecimento de caracteres que têm uma relação sistemática com a unidade básica do sistema de escrita e o conhecimento da língua representada.

Um sistema de escrita é um conjunto “*de sinais - visuais ou táteis - usados para representar unidades de uma língua de um modo sistemático, com o propósito de registrar mensagens, que podem ser recuperadas por qualquer um que conheça a língua em questão e as regras que a codificam num sistema de escrita*” (Coulmas, 1999: 560). Num sentido mais restrito confunde-se com *ortografia* e aplica-se à representação de uma língua determinada.

Os sistemas de escrita podem ser expressos por diferentes formas gráficas, ou *escritas* (Coulmas, 2003:35). O grego e o português são escritos em sistemas alfabéticos, mas a escrita de ambos difere. Nos termos de Cook & Bassetti (2005: 4), uma *escrita* é “*a implementação física de um sistema de escrita*”.

Embora coexistam “[n]umerosos e diversos sistema de escrita bem sucedidos” (Lenneberg, 1964: 61), todos compartilham traços comuns, que “*refletem como a informação visual está codificada em nosso córtex*” (Dehaene, 2009:17). Evidência para essa universalidade foi apontada por Mark Changizi e colegas (2005, 2006). Com base em 115 sistemas de escrita de diferentes regiões e épocas, com diferentes números de elementos, esses pesquisadores demonstraram que os sistemas de escrita,

³¹ Foi esse um ideal perseguido por Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), por exemplo.

independentemente do número de caracteres (de 10 a 200), têm predominantemente 3 traços por carácter, mais ou menos 1, como demonstrado com o alfabeto latino na *Figura 23*.

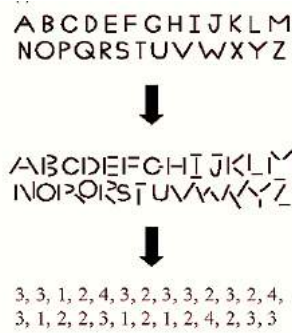


Fig. 23 – Contagem de traços por carácter - Changizi & Shimojo (2005: 272)

Changizi e colegas (2006) demonstraram também que a configuração que os traços tomam nos diferentes sistemas de escrita não varia sem limites, o que lhes permitiu propor classes topológicas para as configurações de traços. Se há dois traços, por exemplo, há três classes básicas de configurações, como ilustrado na *Figura 24*: L, T e X.

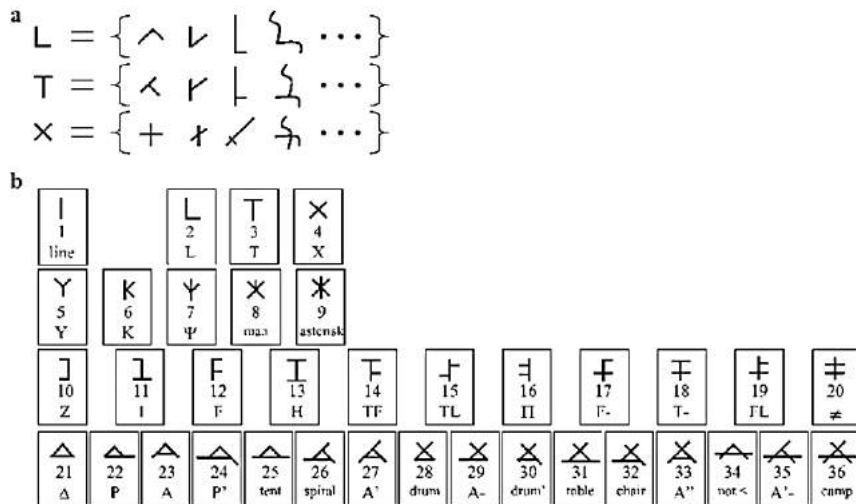


Fig. 24 –Configurações com até 3 traços (extraído de Changizi et alii, 2006: E118)

O formato ou tipo de configuração dos sinais visuais são selecionados para otimização do reconhecimento visual, não da execução motora. Em outras palavras: a prioridade é a leitura, não a escrita (Changizi *et alii*, 2006: E119).

Por *ortografia* Coulmas (2003: 35) designa um conjunto de regras para representação escrita de uma língua padrão segundo normas prescritivas. No caso dos sistemas que empregam o alfabeto latino, tais normas dizem respeito não apenas aos conjuntos de vogais e de consoantes a serem empregados na grafia das palavras, a questões relativas ao emprego de maiúsculas e de sinais diacríticos, ao emprego do hífen, mas também ao sistema de pontuação. O alfabeto latino é uma escrita, mas com diferentes ortografias: a(s) do português, segundo se considere a vigência do Acordo Ortográfico de 1990³² ou não, as do inglês ... Neste trabalho, na medida em que não existia padronização para o quimbundo, *ortografia* será compreendida no sentido em que é definida por [Hosken \(2003:1\)](#); “*the ways that people write text in a particular language*”.

Emprega-se aqui *grafema* como a unidade básica de uma escrita, seja ou não alfabética (Sproat, 2000: 25), ou a menor unidade linguística dessa escrita: um fonema, como no português, uma consoante, como no árabe, um morfema monossilábico, como no chinês. Reserva-se a denominação *letra* para os caracteres de uma escrita alfabética (Coulmas, 1999: 292). Na ortografia do português um grafema é uma ou duas letras que representam um fonema (Scliar-Cabral, 2003: 27). *Carrossel*, por exemplo, tem nove letras e sete grafemas. É o grafema a unidade levada em conta na tipologia dos sistemas de escrita. Assim, os sistemas de escrita podem ser classificados em razão do tipo de unidade predominantemente (vide *Figura 25*): a) aqueles cuja unidade linguística representada é basicamente uma unidade com significado, o morfema ou a palavra; e b) aqueles que privilegiam a representação de uma unidade fonológica, tanto consoantes como vogais (*sistemas alfabéticos*), apenas as consoantes (*sistemas*

³² O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 visou a unificar a ortografia dos países de língua oficial portuguesa, a saber, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No Brasil o período de coexistência da nova e da velha ortografia duraria de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012 ([Decreto no 6.583, de 29 de setembro de 2008](#)). Três dias antes de findar o prazo, em 28 de dezembro de 2012, o [Diário Oficial da União, seção 1, p.9](#) publicava novo Decreto, de número 7875, assinado na véspera, 27, que adiava a implementação do Acordo para 31 de dezembro de 2015.

consonantais) ou ainda sílabas ou moras (*sistemas silábicos*)³³. A classificação, reproduzida na *Figura 25*, é didática: o hanzi é, ao mesmo tempo, a representação de uma unidade de significado que se expressa por uma sílaba (*vide Bassetti, 2009: 758*).

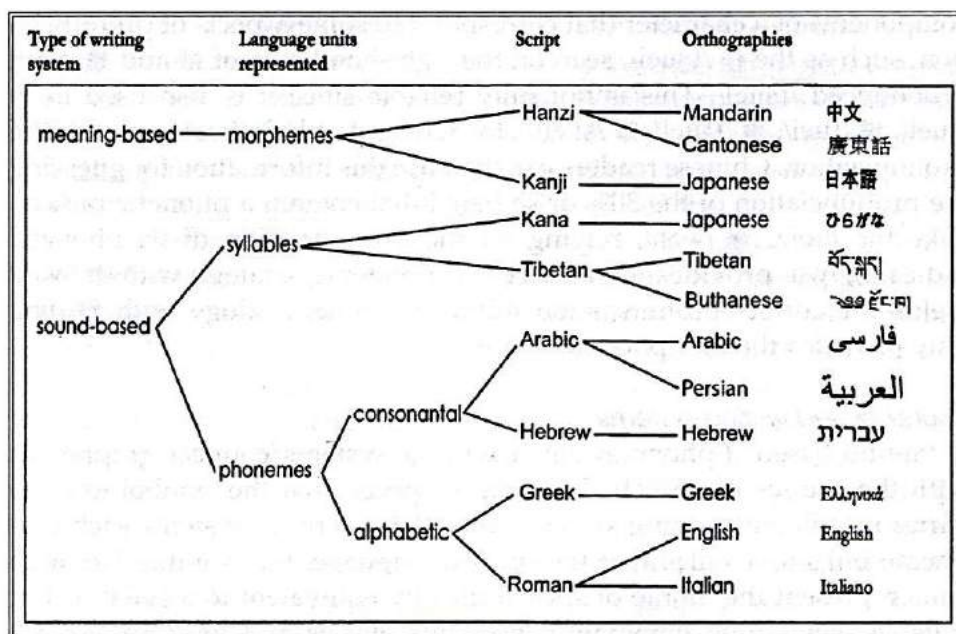


Fig. 25 – Tipos de sistemas - extraído de Cook & Bassetti (2005: 5)

Os sistemas de escrita variam quanto à regularidade das correspondências entre grafema e forma fonológica. Isso leva a classificá-los num contínuo de transparência-opacidade. Diz-se de um sistema que é *fonologicamente transparente* quando essas relações são quase sempre³⁴ de um para um (Cook & Bassetti, 2005: 7), quando “há sempre ou quase sempre uma regra que permite saber como escrever uma palavra e

³³ Há diversas classificações e talvez a mais famosa seja a de Gelb (1952) em logossilábicos, silábicos e alfabéticos. No entanto, como apontado por diversos autores, dentre eles Sproat (2000: 128), Gelb coloca o alfabeto como o estágio final de perfeição, como neste trecho (Gelb, 1952: 258-259): “Otro aspecto que debe ser destacado en esta reconstrucción de las diferentes fases de la escritura, es el principio de la evolución “en una sola dirección”. [...] En lingüística, por ejemplo, conocemos la tendencia de las lenguas a evolucionar de etapas aislantes a otras aglutinantes y de éstas a otras flexivas. [...] Lo que esto principio significa en la historia de la escritura es que al alcanzar su definitivo desarrollo, la escritura, cualquiera que sean sus precedentes, debe pasar por las fases de logografía, silabografía y alfabetografía, precisamente en este orden y no otro. Por lo tanto, ninguna escritura puede comenzar con una etapa silábica o alfabética, a no ser que la tome prestada, directa o indirectamente, de un sistema que haya pasado por todas las etapas previas”. A mesma visão em Diringer (1962). Para uma revisão das tipologias propostas por diferentes autores, ver [Joyce & Borgwaldt \(2013: 1-11\)](#).

³⁴ Diz-se “quase sempre” porque, como notam Cook & Bassetti (2005:8), nenhum sistema de escrita é 100% transparente ou 100% opaco.

como pronunciá-la a partir de sua forma escrita” (Morais, 2013a: 84); diz-se que é *fonologicamente opaco* quando há muita irregularidade nessa correspondência³⁵; nos termos de Morais (2013a:83), “[n]ão é fácil “ver” a pronúncia na escrita ou a escrita na pronúncia quando não há regras simples – ou não as há em muitos casos – para converter uma na outra”. A questão da transparência tem pelo menos uma implicação: é mais fácil aprender um sistema mais transparente. Crianças italianas e alemãs aprendem a ler e a escrever mais depressa do que as inglesas (Cook & Bassetti, 2005: 17). Afora isso, a leitura de sistemas com mais opacidade é mais sensível à frequência das palavras, uma vez que o recurso à rota fonológica onde há muita irregularidade leva a leituras erradas; também a leitura de sistemas com mais opacidade requer mais consciência morfológica, que Cook & Bassetti (2005: 16) consideram desnecessária nos sistemas mais transparentes.

A Figura 26, a seguir, procura fazer uma apresentação didática do contínuo de transparência fonológica com diferentes tipos de sistemas.

	type of writing system	phonological unit	examples	transparency level
<p style="text-align: center;">more transparent</p> <p style="text-align: center;">↑</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">less transparent</p>	alphabetic	phoneme	Finnish, Italian English, French	more less
	syllabic	syllable/mora	Japanese kana Tibetan	more less
	consonantal	consonant	Arabic, Hebrew	
	morphemic	1 syllable 1	Chinese hanzi Japanese kanji	more less

Fig. 26 – Contínuo transparência-opacidade dos sistemas de escrita – extraído de Cook & Bassetti (2005: 9)

A classificação quanto à transparência também se aplica aos sistemas de escrita que tomam por base unidades com significado, por essa razão incluídos na *Figura 26*: a pronúncia de um *hanzi* chinês como 文, por exemplo, tem uma leitura em chinês

³⁵ Na literatura, a caracterização *transparente-opaco* pode ser expressa alternativamente em termos de profundidade: a *transparente* equivaleria *raso* (ing. *shallow*) e a *opaco*, *profundo* (ing. *deep*).

mandarim, /wén/. Em japonês pode ser lido de vários modos: como /mon/, /bun/ na *leitura On, i.e.*, a leitura que dá ao carácter a pronúncia que tinha na China quando introduzido no Japão; como /fumi/, /aya/, /kazaru/³⁶ na *leitura Kun, i.e.*, a leitura do carácter desenvolvida no Japão. Numa aula de japonês na internet é possível encontrar o seguinte comentário:

How do you know when to use On-reading and Kun-reading?

A. Unfortunately there is no simple way to explain when to use On-reading or Kun-reading. You need to memorize the pronunciation on an individual basis, one word at a time. However, here are some facts that are worth remembering.

On-reading is usually used when the kanji is a part of a compound (two or more kanji characters are placed side by side). Kun-reading is used when the kanji is used on its own, either as a complete noun or as adjective stems and verb stems. This is not a hard rule, but at least you can make a better guess.

Let's take a look at the kanji character for "水 (water)". The On-reading for the character is "sui" and the Kun-reading is "mizu." "水 (mizu)" is a word in its own right, meaning "water". The kanji compound "水曜日 (Wednesday)" is read as "suiyoubi."

<http://www.about.com/japanese/language>³⁷

No tocante aos sistemas de escrita alfabéticos, o sistema de escrita do português é bastante transparente se comparado ao do inglês, por exemplo. Morais (2013b: 67) o classifica como "semitransparente".

Muitas das relações entre grafema-fonema e entre fonema-grafema em português são de um para um: <a> ≡ /a/, por exemplo. Por outro lado, isso não acontece com <e> e <o>: palavras como *sede* ou *molho* precisam do contexto; *disseste* e *bebeste* precisam de conhecimento do verbo: com verbos que são irregulares, não importa a conjugação, o <e> que antecede *-ste* representa uma vogal aberta, /ɛ/; nos verbos regulares, <e> está presente apenas na segunda conjugação e refere uma vogal

³⁶ Vide http://www.cojak.org/index.php?function=code_lookup&term=6587.

³⁷ Acesso em 05Jan2015.

fechada, /e/. O que é bem menos do que, por exemplo, as 14 possibilidades para /o/ na ortografia do francês: <au>, <eau>, <aut>, <aud>, <aux>, <eaux>, <auts>, <auds>, <ho>, <op>, <ot>, <os>, <ops>, <ots>. Como notam Cook & Bassetti (2005: 16) e Perfetti (2003: 22), sistemas mais opacos acabam necessitando de informação ortográfica mais longa que o grafema.

A pouca transparência fonológica é um complicador para quem escreve mais do que para quem lê: pode-se não saber como escrever /o/ numa dada palavra do francês, mas pronunciar uma sequência como <eaux> não acarretaria problemas. No tocante ao chinês, a pouca transparência possibilita a compreensão do texto, como se pode depreender da quantidade homófonos para /ji/ levantados por Chen (1996:3): são muitos, mesmo que se leve em conta cada um dos quatro tons em separado:

Table 1. *Number of characters pronounced as ji*

Tone	Number of characters
1	47
2	33
3	12
4	45

Em outras palavras, alguns sistemas sacrificam a transparência fonológica em favor da *transparência morfológica*. Em português, por exemplo, a informação quanto ao compartilhamento do mesmo radical em palavras como <elétrico>, <eletricidade> faz com que <c> corresponda a /k/ e a /s/. Não chega a ser grande problema, porque uma regra geral informa a que corresponde <c> antes de <i>.

3.3 Aprender a ler, mas não a escrever

Clanchy examina a ilustração da [Anunciação](#) no *Saltério de Santo Albano*. Segundo ele, a imagem oferece a representação mais antiga da Virgem Maria como leitora. Não há, porém, representações da Virgem escrevendo, nem se tem conhecimento de que a própria Christina de Markyate, possuidora desse saltério, soubesse escrever, porque

[w]riting was a very necessary activity, but it was not to be done by great ladies like the Virgin Mary, Christina of Markyate [...]. They were its beneficiaries, not its makers.
(Clanchy, 2013: 195)

Revela-se assim uma realidade desconhecida na atualidade: leitura e escrita não andaram sempre juntas. Na escola elementar da alta Idade Média, por exemplo, leitura e escrita não eram ensinadas nem simultaneamente nem a todos os alunos (Riché, 1989: 222).

As mudanças nesse cenário parecem ter sido introduzidas muito lentamente mesmo nas regiões fora da Europa mas de colonização europeia. Assim é que na Nova Inglaterra, por exemplo, ainda no século XVII se assumia que o ensino da leitura não necessitava de um especialista e podia ficar a cargo dos pais ou responsáveis ([Monaghan, s.d.: 1](#))³⁸. No Brasil, num texto que “*não é um testemunho da sociedade colonial, mas sim um projeto de reformá-la*” (Venâncio & Ramos, 2004: xvii), o jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724), que viveu no Brasil dos 15 aos 95 anos, aconselhava aos pais, no tocante às filhas, que “*ao menos o ler e o escrever devem aprender todas, e, as que se criam para religiosas devem aprender alguns princípios da língua latina*” (Gusmão, [1685]2004: 296). Possivelmente leitura e escrita ainda não seriam habilidades ensinadas em simultâneo. Isso porque, mesmo após o decreto de 28 de junho de 1759, que instituiu as aulas régias, *i.e.*, ensino público e laico ([Camargo, 2011](#)), os pais precisaram providenciar e pagar os professores (Villalta, 1997: 349-350). Em especial para as meninas, excluídas das aulas régias (Silva, s.d.: 21), esse ensino privado podia concretizar-se em escolas de leitura e de música; ou de leitura e costura, por exemplo (ver Villalta, 1997: 358-359) — sem a escrita, portanto. Em 1798, nos *Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do lugar da Boavista de Pernambuco*, D. José da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821), bispo de Pernambuco, dispunha que as educandas começariam o aprendizado da escrita quando soubessem ler “*sem a*

³⁸ A situação começaria a mudar naquela região em 1647, quando a colônia da Baía de Massachusetts obrigou os assentamentos com mais de 50 famílias a manter um mestre-escola de escrever e ler ([Monaghan, s.d.: 1](#)).

necessidade de soletrar palavras” (citado em Silva, s.d.: 24). E mais tarde ainda, em 1872, o formulário “lista de família” do primeiro censo demográfico brasileiro subdividia a coluna para a característica “Instrução” em “Sabe ler? (Responde-se sim ou não)” e “Sabe escrever? (Responde-se sim ou não)” (Figura 27).

Recenseamento Geral do Imperio em 1872.
Bahia 17 de Junho de 1872

Quartelrio *Ignorava*
Logar *proprio na loja de abateiro*
Rua *Libertade de Indoleira*
Casa N.º *2822*

Provincia de *Bahia*
Municipio de *Capital*
Parochia de *St. Am. da Pedreira*
Districto de Paz.

LISTA DE FAMILIA N.º 112

N.º da familia	Nomes, sobrenomes e appellidos	Idade	Estado	Lugar de nascimento		Nacionalidade	Profissao	Religiao	Instrucao		Condições especiais e observações
				Mãe	Pai				Sabe ler?	Sabe escrever?	
1.º	<i>Antonio José de Jesus</i>	<i>22</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
2.º	<i>Di. Ana Maria de Jesus</i>	<i>15</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileira</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
3.º	<i>Antonio</i>	<i>14</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
4.º	<i>Agostinho</i>	<i>13</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
5.º	<i>Bernardo</i>	<i>12</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
6.º	<i>João</i>	<i>11</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
7.º	<i>Antonio</i>	<i>10</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
8.º	<i>Francisco</i>	<i>9</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
9.º	<i>Antonio</i>	<i>8</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
10.º	<i>Antonio</i>	<i>7</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
11.º	<i>Antonio</i>	<i>6</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
12.º	<i>Antonio</i>	<i>5</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
13.º	<i>Antonio</i>	<i>4</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
14.º	<i>Antonio</i>	<i>3</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
15.º	<i>Antonio</i>	<i>2</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	
16.º	<i>Antonio</i>	<i>1</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasil</i>	<i>Brasileiro</i>			<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	

O Chefe de familia,
Antonio José de Jesus

Instrução	
Sabe ler? (Responde-se sim ou não.)	Sabe escrever (Responde-se sim ou não.)
<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
<i>Não</i>	<i>Não</i>

Fig. 27 - Formulário “lista de família” do censo de 1872 e detalhe para a coluna “Instrução” (extraído de Fusco & Ojima, 2014)

Para alguém poder ler é necessário que haja uma língua representada num sistema de escrita. E que esse indivíduo tenha aprendido a ler.

3.4. Afinal, que significam *alfabetizado* e *letrado*?

Em 2010 o Brasil assistiu à discussão na imprensa do significado de *analfabeto*. O fato que gerou a polêmica era novo, mas não o tipo de situação: a necessidade de comprovação de que se sabia ler e escrever para o provimento de um cargo³⁹.

O termo *analfabeto* foi empregado no Art. 14 §4º da *Constituição Federal*: “São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos”. A discussão seguiu-se ao processo eleitoral daquele ano, quando se colocou em dúvida se o candidato mais votado no país naquele pleito, eleito deputado federal pelo estado de São Paulo, Francisco Everardo Oliveira Silva (Partido da República), conhecido nacionalmente como o palhaço Tiririca, preenchia o segundo requisito do parágrafo constitucional. Mas o que parecia uma resposta simples transformou-se num problema. Por enquanto deixa-se de lado que *alfabetizado* pressupõe leitura e escrita num sistema alfabético (como o empregado no Brasil, mas não no Japão, por exemplo).

A discussão tinha contornos políticos e jurídicos, mais que educacionais, e os dicionários brasileiros de língua portuguesa de maior prestígio, *Aurélio* e *Houaiss*, que passaram a ser a literatura especializada para consultas sobre o tema, apontavam duas acepções principais para *analfabeto*: “que não conhece o alfabeto”; “que não sabe ler nem escrever”⁴⁰.

Afora os dicionários, uma outra fonte entrou na discussão em alguns meios: a utilização de *analfabeto/alfabetizado* pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como foram computados nos diferentes censos? Já no primeiro censo demográfico no Brasil, a Diretoria Geral de Estatística, núcleo inicial do IBGE, incluiu a

³⁹ Já em Seiscentos há registro sobre o caso de um Marçal Luís, piloto português: “Foi julgado inapto como piloto numa diligência oficial ordenada pelo Conselho da Fazenda, uma vez que não sabia ler nem escrever, o que uma provisão régia exigia por se entender necessário para cartear, fazer roteiros, conferi-los e demarcar a agulha. O facto nada teria de invulgar, não fora a folha de serviços de Marçal Luís: vinte e oito anos de navegação para o Brasil, como mestre e piloto de navios seus. E onze na Carreira da Índia, que não ficaram por aqui, pois logo no ano seguinte à consulta que o reprovou como piloto, Marçal Luís ia para a Índia na nau «S. Carlos», e em 1621 o mesmo Conselho da Fazenda o escolheu para um dos quatro lugares de piloto na armada desse ano” ([Domingues & Guerreiro, 1988: 200](#)).

⁴⁰ Definição em *Aurélio*. Em *Houaiss* há pouca diferença: “que ou aquele que desconhece o alfabeto; que ou aquele que não sabe ler nem escrever”.

característica “Instrução” como parte da investigação para o estabelecimento do perfil populacional do país.

Soares (1998:55) chamou a atenção para o abandono da noção de que bastava saber assinar o nome para ser alfabetizado. Ferraro (2002) retoma a questão:

Por influência da UNESCO, no Brasil, no Censo Demográfico 1950 o conceito passou a ter o seguinte teor: "Como sabendo ler e escrever entendem-se as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples, em um idioma qualquer, não sendo assim consideradas aquelas que apenas assinassem o próprio nome"⁴¹. Com pequenas variações de redação, esta definição esteve em vigor até o Censo 2000, onde se lê: "Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecesse. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assinava o próprio nome foram consideradas analfabetas" (IBGE, 2000).
[\(Ferraro, 2002:31\)](#)

Ferraro ressalta que essa modificação no conceito levou o IBGE a rever os cálculos, para que as séries apresentadas não falseassem os números e cita as *Contribuições para o estudo da demografia no Brasil*, publicado pelo IBGE⁴².

Cumprir advertir que no censo de 1950 a capacidade de ler e escrever do recenseado foi determinada com critérios mais rigorosos do que no ano de 1940. Por esta diversidade de critério foram prejudicados, embora não inutilizados, os cálculos sobre a variação da alfabetização entre as duas épocas. As quotas de alfabetização de 1940 deveriam ser reduzidas, especialmente nas primeiras idades consideradas, para ficarem corretamente comparáveis com as de 1950. (IBGE, 1961, p. 391, nota 2 - *Apud* [Ferraro, 2002: 31](#))

Voltando aos noticiários de 2010, o estabelecimento de que o candidato era alfabetizado se deu por meio de um teste, aplicado (e também elaborado) por um juiz eleitoral, uma vez que a declaração de próprio punho não fora feita diante de uma

⁴¹ As informações do IBGE sobre esse censo podem ser lidas no documento [Brasil: Censo demográfico](#), de 1956. O trecho que define o conceito de alfabetizado no censo de 1950 está na página xix.

⁴² O autor refere-se ao documento seguinte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. *Contribuições para o estudo da demografia no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1961. p. 392-400.

autoridade eleitoral e teve sua autenticidade questionada. Nada que fugisse ao previsto em resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁴³, num dispositivo legal sem compromisso com qualquer base teórica e descolado do emprego de instrumental padronizado que guiasse a avaliação. O teste consistiu: (a) de ditado do enunciado “A promulgação do Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, trazendo como grandes novidades a criação da Justiça Eleitoral”; (b) da solicitação de leitura de duas manchetes do *Jornal da Tarde* daquele dia, a saber, “Procon manda fechar loja que vende produto vencido” e “O tributo final a Senna” ([Isto É, 11/11/2010](#)). O desempenho conseguido pode ser assim resumido, com base no noticiário da época ([G1 - 05/12/2010](#)):

- foram necessários 8 minutos para completar a escrita do enunciado em (a) e “cerca de três minutos para ler uma manchete e duas linhas de um jornal” ;
- das 10 palavras — a saber, *promulgação, código, eleitoral, fevereiro, trazendo, grandes, novidades, criação, justiça e eleitoral* — oito continham erros, como <ss> por <ç>.

A notícia sobre o desempenho apontava ainda dificuldades com “1932”, mas não é clara: “Foi preciso soletrar os números”.

No tocante à leitura,

trocou ainda algumas palavras. “Punidas” virou “unidas”, “reincidentes”, virou “reincidiu”. Em vez de “infração”, ele leu “inflação”. Tiririca não soube explicar o que dizia o texto. [...]

O juiz deu mais uma chance ao deputado eleito. Em um novo teste, foi apresentado um texto que falava de um filme sobre Ayrton Senna, [...]. Tiririca se saiu melhor na leitura e só cometeu uma falha: a rivalidade “com [...] Prost” virou [...] uma rivalidade “composta”. Mas ele se corrigiu.

([G1 - 05/12/2010](#))

⁴³ [Coletânea de Jurisprudência do TSE organizada por assunto](#): “**Analfabeto** – Generalidades - “Inelegibilidade. Analfabetismo.1. A jurisprudência do TSE é iterativa no sentido de que a declaração de próprio punho, utilizada para suprir o comprovante de escolaridade, deve ser firmada na presença do juiz eleitoral ou de servidor do cartório eleitoral por ele designado. 2. Havendo dúvida quanto à condição de alfabetização do candidato e quanto à idoneidade do comprovante por ele apresentado, o juízo eleitoral pode realizar teste, de forma individual e reservada, nos termos do art. 27, § 8º, da Res.-TSE nº 23.373/2011.3. O não comparecimento do candidato ao teste de alfabetização, embora regularmente intimado, inviabiliza a aferição da sua condição de alfabetizado. Precedente: Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 23-75, rel. Min. Arnaldo Versiani, de 27.9.2012. 4. Agravo regimental não provido.” (Ac. de 13.11.2012 no AgR-RESpe nº 12767, rel. Min. Luciana Lóssio.)”.

A repercussão de todo esse episódio foi grande porque se tratava do candidato mais votado do país, eleito pelo maior colégio eleitoral do país, cuja expressiva votação garantiu a eleição de outros três candidatos que, de outra forma, não se elegeriam ([Nassif, 04/10/2010](#)). Mas a questão não era, de modo algum, uma novidade no Brasil atual. Soares (1998: 49-56) reproduz e comenta notícias sobre tentativas bem ou mal sucedidas de impugnação de candidatos com base no parágrafo da *Constituição Federal* citado atrás, anteriores em mais de 10 anos a esse episódio. E não é só. Uma consulta ao site [JusBrasil](#), por exemplo, com o tema “*Jurisprudência – Demonstração da capacidade de ler e escrever*”⁴⁴ retornou 457 páginas de decisões sobre processos em que se questionavam as habilidades de escrita e leitura de candidatos a diferentes cargos eletivos.

Um aspecto chama a atenção nessa literatura de processos, recursos, embargos: os conceitos de *alfabetização* e *alfabetizado*, definidos pela UNESCO e adotados pelo IBGE não são consensuais quando se tenta aplicá-los a uma situação diferente daquela para a qual o IBGE a usa, isto é, quando

é computada como alfabetizada não a pessoa que saiba, mas a que *tenha declarado* saber ler e escrever (a partir de 1950, que tenha declarado saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecesse). É computada como analfabeta a que tenha declarado não saber.

([Ferraro, 2002: 31-32](#) – ênfase no original)

Como notava Magda Soares (1998:55), “*peçoas ou grupos têm conceitos diferentes, o conceito varia com a situação, com o contexto*”. Retornando à disputa jurídica atrás focalizada, a variação de opiniões — *i.e.*, a do juiz, para quem o candidato era alfabetizado e a do promotor, para quem era analfabeto — resultou de se focalizar a literacia sem qualquer instrumental com base teórica que permitisse a padronização de resultados obtidos em testagem. Essa visão ateórica deixa margem para que um

⁴⁴ Acesso em 31Dez2014.

advogado seja tão especialista no tema quanto um professor e que dicionários gerais de língua se sobreponham à ampla literatura já existente.

O enfoque que aqui interessa toma uma outra direção: aqui se entende que *alfabetizado* é aquele que descobriu o *princípio alfabético*, isto é, que chegou à compreensão de que letras, em isolado ou em sequência, correspondem a fonemas (ver Seabra & Capovilla, 2010: 88) e que chegou à decodificação do código. Sendo assim,

é alfabetizado quem é capaz de ler e escrever com autonomia. [...] Ser alfabetizado é possuir um nível mínimo de habilidade que permita ler palavras e textos independentemente da sua familiaridade e escrever qualquer enunciado, mesmo sem compreender o que se lê ou conhecer o conteúdo do que se escreve.
(Morais, 2013b: 17)

Alguém que, por exemplo, para assinar seu nome completo desenha a imagem escrita por outrem, sem reconhecer os grafemas e as correspondências que estabelecem com os fonemas da língua não é caracterizável aqui como alfabetizado; do mesmo modo, também não o é quem identifica palavras por características visuais como contorno, cor, comprimento, situação comum com relação, por exemplo, a logotipos famosos. Este trabalho afasta-se, portanto, de definições sociais de analfabeto e analfabetismo, como, por exemplo, a que se segue:

o analfabeto é aquele que não pode exercer em toda a sua plenitude os seus direitos de cidadão, é aquele que a sociedade marginaliza, é aquele que não tem acesso aos bens culturais de sociedades letradas e, mais que isso, grafocêntricas
(Soares, 1988: 20)

Este trabalho se afasta também da aceitação de que um analfabeto possa ser *letrado*, possibilidade que, com diferentes argumentos, foi prevista no passado e também na atualidade. No tocante à Idade Média, por exemplo, a forma latina

litteratus, correspondente a *letrado*⁴⁵ em português, referia um indivíduo que falava latim ([Sanchez-Prieto, 2010: 60n1](#)), mas que poderia não saber ler, nem escrever. Mais recentemente, a possibilidade de um letrado analfabeto foi assim explicada:

um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em *ouvir* a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se *dita* cartas para que um alfabetizado as escreva [...], se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais da leitura e da escrita.
(Soares, 1998: 24 – ênfase no original)

O uso de *letrado* toma aqui outra vertente: aquele que sabe ler e escrever com eficiência. No que concerne às habilidades de leitura, é o que vimos denominando leitor hábil, que pode ser assim caracterizado:

What Do Skillful Readers Do?
Perhaps the single most striking characteristic of skillful readers is the speed and effortlessness with which they can breeze through text. In particular they appear to recognize whole words at a glance, gleaning their appropriate meaning at once.
([Stahl et alii, 1990: 27](#))

Para chegar a esse nível, há um árduo caminho de instrução formal, em três estágios — logográfico, alfabético e ortográfico — que podem ser identificados pelas estratégias empregadas predominantemente, apresentados a seguir segundo Seabra & Capovilla, que partem de [Frith \(1985\)](#) e de [Morton \(1989\)](#):

a) *Leitura logográfica*: as crianças tratam as palavras como se fossem desenhos, e usam pistas contextuais em vez de decodificação alfabética;

⁴⁵ Seguimos a tradução em [Bluteau \(1712-1721: V. 90\)](#). Em [Bluteau \(1712-1721: IV. 30\)](#), *illiteratus*, “que só sabe a sua língua”, “que não tem letras”, poderia ser traduzido como *idiota*. Não há entrada para *iletrado*.

b) *Escrita logográfica*: as crianças adquirem um vocabulário visual de palavras, incluindo seus próprios nomes, mas não são influenciadas pela ordem em que as letras aparecem nas palavras, exceto pela letra inicial;

c) *Escrita alfabética*: as crianças são capazes de fazer acesso à representação fonológica das palavras, bem como de isolar fonemas individuais e de mapeá-los nas letras correspondentes [...];

d1) *Leitura alfabética sem compreensão*: as crianças são capazes de converter uma sequência de letras em fonemas; contudo elas ainda são incapazes de perceber o significado que subjaz à forma fonológica que resulta da decodificação fonológica;

d2) *Leitura alfabética com compreensão*: as crianças são capazes de decodificar tanto a fonologia quanto o significado da palavra. Eles fazem acesso ao significado ouvindo a retroalimentação fonológica [...] que resulta do processo de decodificação;

e) *Leitura ortográfica*: as crianças leem reconhecendo as unidades morfêmicas [...];

f) *escrita ortográfica*: as crianças escrevem usando um sistema lexical grafêmico que dá conta da estrutura morfológica de cada palavra.
(Seabra & Capovilla, 2010: 117)

Esses três estágios — *logográfico*, *alfabético* e *ortográfico* — têm por base o amplo consenso de que na leitura “*existem dois procedimentos diferentes que realizam essa transformação [da escrita em fala – MCR] — existem duas rotas da palavra impressa à fala*” (Coltheart, 2005: 24). O mesmo Coltheart ressalta que em Saussure já se encontrava essa concepção:

Há também a questão da leitura. Lemos de dois modos: a palavra nova ou desconhecida é soletrada letra por letra; abarcamos, porém, a palavra usual e familiar numa vista de olhos, independentemente das letras que a compõem; a imagem dessa palavra adquire para nós um valor ideográfico.
(Saussure, 1916: 44)

Para Morais (1994: 187) o estágio logográfico ainda não seria propriamente leitura: afinal, como nota Scliar-Cabral (2010: 419), sem poder lançar mão do conhecimento do sistema de escrita, o aprendiz não tem ativada a *área da forma visual da palavra, i.e.*, a região no córtex occipitotemporal ventral esquerdo, mas sim a região contralateral, no hemisfério direito.

O estágio alfabético marcaria o desenvolvimento da *rota fonológica*, aquela em que o leitor parte do escrito para o som para então acessar o significado; o último estágio marcaria a *rota lexical*, em que o leitor parte do escrito para o significado.

Num leitor hábil ambas as rotas ficam disponíveis: quando lemos uma palavra que escreveram com erro, ou que nunca vimos a rota fonológica é a preferencial; ou, ao contrário, para as palavras que já lemos muitas vezes ou que têm irregularidade vai-se diretamente para o significado para depois recuperar sua pronúncia (Dehaene, 2009: 38).

Em verdade as três estratégias de leitura ficam disponíveis o tempo todo à criança, sendo que ela aprende a fazer uso da estratégia que se revelar mais eficaz para um ou outro tipo de material de leitura e escrita. Por exemplo, materiais com algarismos matemáticos, símbolos de notação científica e lógica, e sinais de trânsito tendem a ser lidos pela estratégia logográfica. Já as palavras novas, de morfologia desconhecida e as pseudopalavras não podem ser lidas por reconhecimento visual direto, mas precisam ser lidas pela estratégia fonológica. Finalmente, as palavras conhecidas e familiares, ou de composição morfológica evidente, podem ser lidas mais rapidamente pela estratégia lexical de reconhecimento visual direto.
(Seabra & Capovilla, 2010: 103)

Entra aqui em cena a noção de *léxico ortográfico*, conjunto de representações mentais das formas de palavras (Morais, 1994: 130): a leitura não se dá apenas como um processo de conversão em som letra a letra, o que a deixaria mais lenta, mas, num leitor hábil, também pelo acesso automático à representação mental da forma ortográfica da palavra. Muito das evidências de que a rota fonológica não é o único caminho tem sido obtido com o estudo de portadores de dislexia (ver, por exemplo, Morais, 1994; 2013^a).

Vários estágios e tantas notícias de fracasso atestam que aprender a ler é difícil⁴⁶. Em especial, a leitura em silêncio. É o que se verá a seguir.

3.5 A leitura em silêncio

A leitura silenciosa já foi percebida como atividade desconfortável.

On a noté combien au VI^e siècle la lecture personnelle en silence, imposée dans nombre de couvents, apparaissait comme un exercice nouveau et pénible, au point de faire vraiment partie de l'ascèse monastique.

Wolff (1971:45)

Em algumas ordens monásticas, como a dos beneditinos, por exemplo, a disciplina para as atividades quotidianas envolveu a leitura, prescrita em detalhes. A *Regra de São Bento*, originariamente composta no século VI, estipulou muitos momentos para a leitura, que alguém calculou em páginas:

On a pu calculer que la règle bénédictine prévoyait pour les moines environ quinze cents heures de lecture par an, soit à dix pages par heure, à peu près quinze mille pages: pour les seuls besoins d'une année, cela représentait cinquante volumes de trois cents pages en moyenne.

Wolff (1971:40)

A *Regra de São Bento* deixa claro em pelo menos um versículo que a leitura deveria ser silenciosa — ou talvez murmurada; aqueles que quisessem ler após a refeição que o fizessem de modo a não incomodar o outro:

post sextam autem surgentes a mensa ***pausent in lecta sua omni silentio, aut forte qui voluerit legere sibi sic legat ut alium non inquietet.***

‘Depois da sexta [i.e., a hora de sexta, hora canônica equivalente ao meio-dia - MCR], levantando-se da mesa, repousem em seus leitos

⁴⁶ Por exemplo, em Scliar-Cabral (in Morais, 2013a:16): “O ponto essencial a seguir é fundamental: trata-se de corajosamente esclarecer que aprender a ler não é fácil e dificilmente se dá de forma espontânea”.

com todo o silêncio; se acaso alguém quiser ler, leia para si, de modo que não incomode a outro’.

Regra de São Bento, 48, v.5 – ênfase adicionada

A advertência não faria muito sentido no Ocidente moderno, em que o comum é que cada um tome seu livro, ou *tablet* ou outro aparelho eletrônico e leia em leitura privada e silenciosa.

Afinal, como se lia no passado? E de que passado estamos tratando?

3.6 Santo Ambrósio, Santo Agostinho e a leitura silenciosa

Um pequeno trecho nas *Confissões* de Santo Agostinho (354-430) é sempre lembrado como evidência de que a leitura silenciosa ainda não era praticada na Antiguidade. Santo Ambrósio (340?-397) teria sido motivo de espanto para Santo Agostinho porque lia em silêncio. O trecho é o seguinte:

No bem pouco tempo que lhe [a Ambrósio – MCR] deixavam livre, dedicava-se a reparar as forças do corpo com o necessário alimento, ou as do espírito, com a leitura. ***Quando lia, seus olhos percorriam as páginas e seu espírito penetrava-lhes o sentido, mas sua voz e sua língua repousavam.***

Muitas vezes [...] vi-o ler em silêncio, e nunca de outra maneira. [...] Lia em silêncio, talvez para evitar que algum ouvinte, suspenso e atento à leitura, encontrando alguma passagem obscura, pedisse explicações, ou o obrigasse a dissertar sobre questões difíceis. Gastaria o tempo em tais coisas, e impedido de ler todos os livros que desejava, embora fosse mais provável que lesse em silêncio para poupar a voz, que facilmente lhe enrouquecia.

(Santo Agostinho, VI, 3 – ênfase adicionada)

Os vários autores que citam ou referem essa passagem das *Confissões* reportam-se a um artigo de 1927 do húngaro Josef Balogh⁴⁷. À primeira vista parece que

⁴⁷ O texto, intitulado “Voces paginarum: Beiträge zur Geschichte des lauten Lesens und Schreibens”, foi publicado na *Philologus* 82: 84-109, 202-40 (1927), e é apontado por diferentes autores, como por

é a partir de então que se difunde a informação de que Santo Ambrósio foi “*a primeira figura na Antiguidade Ocidental descrita lendo silenciosamente*” (Gilliard, 1993: 689 – trad. MCR). E que tem início uma ampla literatura sobre a leitura silenciosa ter tido ou não espaço ainda na Antiguidade tardia.

Vários autores reuniram exemplos de indivíduos lendo silenciosamente em época anterior ao século IV: por exemplo, Knox (1968), Gilliard (1993), Manguel (1996), seja para os usarem como evidência de que a leitura em silêncio era comum, ou, ao contrário, causa de maravilha e espanto. Mas a reação de Santo Agostinho face a alguém que sempre optasse pela leitura silenciosa continua a provocar discussão. Em especial porque uma outra passagem na mesma obra demonstra que Santo Agostinho também podia ler silenciosamente:

Depressa voltei para o lugar onde Alípio [**que seria Bispo de Tagaste, mais tarde também canonizado – MCR**] estava sentado, e onde eu deixara o livro do Apóstolo ao me levantar. ***Peguei-o, abri-o, e li em silêncio o primeiro capítulo que me caiu sob os olhos*** (Santo Agostinho, VIII, 12 – ênfase adicionada)

Nesses autores a discussão envolve essencialmente aquilo que entendemos como leitura oral ou como leitura silenciosa na atualidade. Mas poderíamos estar sendo enganados por nossa tradução.

3.7 Reinterpretando a reação de Santo Agostinho

Num texto voltado para a memória como parte essencial do estudo na Idade Média, Mary Carruthers (2008) retoma as expressões que foram traduzidas do latim como *leitura silenciosa* — *legere tacite* e *legere sibi* — e como *leitura oral* — *clare legere*, *magna voce legere* ou *viva voce legere* — e defende que ambas as práticas eram conhecidas e serviam a propósitos diferentes na prática escolar medieval: *meditatio* e *lectio*.

exemplo, Manguel (1996: 362n5) e Gilliard (1993: 689). como a fonte das afirmações de que a Antiguidade greco-romana desconheceu a leitura silenciosa. Não se teve acesso ao texto de Balogh.

It seems to me [...] that silent reading, *legere tacite* or *legere sibi*, as Benedict and others call it, and reading aloud, *clare legere in voce magna* or *viva voce*, were two distinct methods of reading taught for different purposes in ancient schools and both practiced by ancient readers, and that they correspond roughly to those stages in the study process called *meditatio* and *lectio*.
(Carruthers, 2008: 212)

Carruthers traduz *lectio* como “estudo” (2008: 202), como a compreensão de cada palavra no texto (2008: 205), a exegese, que necessita do conhecimento da *littera*, “da gramática, retórica, história e todas as outras disciplinas que fornecem informações” sobre o texto (Carruthers, 2008: 205 – trad MCR). A *meditatio* é o “processo de exercitação da memória, armazenamento e recuperação” (Carruthers, 2008: 203 – trad MCR).

Um dos fundamentos da argumentação de Carruthers é o *Didascalicon*, de Hugo de São Vitor (1096-1141), para quem a *lectio* e a *meditatio* exercitam o engenho⁴⁸. A *lectio* é quando, a partir do que está escrito, somos formados pelas regras e pelos preceitos⁴⁹. Ainda nesse mesmo capítulo Hugo de São Vitor aponta três modos de estudo, ou de *lectio*: a do professor, a do aluno e aquela em que se perscruta o texto.

Lire, pour Hugues, est donc un exercice d’abord et principalement collectif et qui, du moins dans l’extrait cité, se réalise par excellence dans le cadre de l’école médiévale. D’abord vient la lecture de l’enseignant, puis celle de l’étudiant, enfin celle du lecteur individuel ; **comme si pour être capable de lire tout seul avec profit, il fallait d’abord être passé par cet exercice de la lecture collective et dirigée, cette lectio dont nous avons tiré le mot « leçon », et qui consiste à enseigner une discipline à partir des ouvrages fondamentaux, les auctoritates.** Celles-ci sont minutieusement expliquées par le maître, au moyen de gloses par exemple, pour être progressivement assimilées par ses étudiants, qui reçoivent en même temps la lettre d’un texte et son interprétation par le maître.

⁴⁸ *Didascalicon* (III, 7): “*Duo sunt quae ingenium exercent: lectio et meditatio*” [‘O exercício do engenho se dá mediante duas atividades: a leitura e a meditação’]

⁴⁹ *Didascalicon* (III, 7): “*Lectio est, cum ex his quae scripta sunt, regulis et praeceptis informamur*”. Usamos aqui a tradução do Prof. Henrique Cairus. Segundo Poirel (2009 : n.32), « *Se former « par des règles et des préceptes », c’est pour Hugues ce qui définit l’« art », par opposition à l’usage* ».

(Poirel, 2009:- ênfase adicionada)

Para o primeiro modo podemos dizer *leio um livro para alguém* ('lego librum illi'), na medida em que o professor explica o texto; para a segunda, *leio um livro a partir de alguém* ('lego librum ab illo')⁵⁰, que coloca o professor como aquele que ouve a tarefa do aluno. É para a terceira forma que guarda a expressão *lego librum*⁵¹.

Au contraire de nos usages modernes, la lecture selon Hugues établit une relation, bien moins entre un auteur et son lecteur qu'entre deux lecteurs, l'un avancé, l'autre débutant, réunis dans l'acte d'une transmission orale, publique et hiérarchisée du savoir. ***Lire, en ce sens, est à peu près synonyme d'«apprendre», en gardant à ce mot son double sens d'«enseigner» et d'«étudier», d'apprendre «à quelqu'un» et d'apprendre «de quelqu'un»***
([Poirel, 2009](#) – ênfase adicionada)

Nesse contexto de formação escolar,

[I]a lecture est donc la première étape dans un processus d'apprentissage, collectif d'abord, personnel ensuite; encadré dans un premier temps, autonome dans un second; scolaire d'abord, puis délectable
([Poirel, 2009](#))

Ao tratar da *meditatio*, Hugo de São Vítor demonstra que ela se segue à *lectio* ("*Meditatio principium sumit a lectione*" - *Didascalicon*, III, X) e completa: o começo da aprendizagem tem por base a *lectio*, mas se consuma na *meditatio* ("*Principium ergo doctrinae est in lectione, consummatio in meditatione*" - *Didascalicon*, III, X)

Carruthers reanalisa, então, o trecho em que Santo Agostinho fala de Santo Ambrósio e conclui que Ambrósio se exercitava numa atividade de *meditatio*. O que teria deixado Santo Agostinho surpreso não seria o ler em silêncio, mas o fato de nunca fazê-lo do outro modo (Carruthers, 2008: 214). Carruthers (2008: 2014) chega, então,

⁵⁰ Agradeço o esclarecimento ao Prof. Henrique Cairus.

⁵¹ *Didascalicon* (III, 7): "*Trimodum est lectionis genus: docentis, discantis, vel per se inspicientis. Dicimus enim "lego librum illi", et "lego librum ab illo", et "lego librum"*.

ao ponto central de sua reinterpretação do trecho das *Confissões*: usar ou não a voz seria uma diferença secundária para distinguir os dois tipos de leitura.

A leitura silenciosa de Ambrósio não é uma função de se seus lábios se movem ou não, mas de sua concentração atenta (*single-minded*), da solidão e silêncio que cria para si próprio, mesmo num ambiente agitado.

Carruthers (2008: 215 – trad MCR)

E isso porque “quando falam de silêncio e solidão nesse contexto, é a esse estado de concentração de atenção a que geralmente se referem” (Carruthers, 2008: 216 – trad MCR). *Legere tacite* seria, portanto, uma leitura lenta que lidava com a memória (Carruthers, 2008: 215). Por que lenta? Talvez porque somente no século XII se firmaria a escrita com espaços entre palavras no norte da Europa continental (Saenger, 1997: 44). E pelo esforço de memorização.

Carruthers retoma ainda as advertências de Marciano Capela (séc. V): os textos a serem aprendidos seriam meditados *em murmúrio*. Essa é a mesma advertência que fora feita por Quintiliano (35-100):

The question has been raised as to whether we should learn by heart in silence; it would be best to do so, save for the fact that under such circumstances the mind is apt to become indolent, with the result that other thoughts break in. For this reason ***the mind should be kept alert by the sound of the voice, so that the memory may derive assistance from the double effort of speaking and listening. But our voice should be subdued, rising scarcely above a murmur.***

34 On the other hand, ***if we attempt to learn by heart from another reading aloud, we shall find that there is both loss and gain;*** on the other hand, the process of learning will be slower, because ***the perception of the eye is quicker than that of the ear,*** while, on the other hand, when we have heard a passage once or twice, we shall be in a position to test our memory and match it against the voice of the reader. It is, indeed, important for other reasons to tests ourselves thus from time to time, since continuous reading has this drawback, that it passes over the passages which we find hard to remember at the same speed as those which we find less difficulty in retaining.

Institutio oratoria (XI, ii, 33-34 – ênfase adicionada)

Muitos séculos depois, [Rosenthal & Ehri \(2011\)](#) apresentaram evidências de que crianças de quinta série memorizavam melhor palavras novas que haviam lido em voz alta.

Present findings point to the value of teaching students a vocabulary learning strategy to enhance their memory for pronunciations, spellings, and meanings. When new vocabulary words are encountered in text, students should be taught to stop and pronounce the words out loud as well as to construct plausible meanings from the context or external sources.
([Rosenthal & Ehri, 2011:945](#))

A vocalização ou subvocalização seria um aliado da memória.

3.8 E a [Arte](#)?

O leitor primário da [Arte](#) era um missionário jesuíta. O fato de a [Arte](#) ser uma gramática — e, além disso, moldada na gramática latina de Manuel Álvares (*vide* Rosa 2013), cujas regras são apenas parcialmente apresentadas, porque sabidas de cor —, leva a cogitar que esses homens eram não só alfabetizados, mas também letrados em português e em latim. Poderiam sê-lo também em outra língua que fosse a nativa: várias gramáticas descrevem sons inexistentes no português, discutida sua representação em línguas em que estavam presentes.

A [Arte](#) deveria ajudar um missionário a falar uma língua estrangeira, o que inclui pronunciá-la e poder ser compreendido. Um jesuíta provavelmente vocalizaria a leitura para memorizar as passagens. Segundo Hickey (2005: 404), a memória auditiva de curto prazo é mais eficiente para a retenção de texto que a memória visual de curto prazo. O problema, como nota Hickey, é que a vocalização, no caso de leitura de iniciantes numa segunda língua com a mesma *escrita*, se faz com base no sistema de escrita da primeira língua. É uma suposição que isso acontecesse com o público leitor em pauta, mas há pelo menos um precedente: o jesuíta Francisco Xavier (1506-1552) e os textos transliterados em alfabeto latino que decorou para pregar em japonês — que ele não falava. Na ausência de um alfabeto fonético, o alfabeto latino preenchia essa função.

Cabe notar que parte dos exemplos da [Arte](#) podem ser encontrados no catecismo de Pacconio & Couto, porque são trechos de orações que todo católico deve ter na memória. Alguns exemplos no quadro a seguir.

Exemplo extraído de	Arte da língua de Angola	pág	Gentio de Angola	pág.
Ato de Contrição	Nzambi ngana yâmi, o ituxi yosso ngacalacala, ngarielayo, ngaitaculaxi, ngaitende, yanguibila quinêne: ombata ngacussaüile nayo eye ngana yami. Deus, Senhor meu, os pecados todos que faço, arrependo-me deles, os lancei fora, os desprezei, os quais me aborrecem muito, porque ofendi com eles a ti, Senhor meu.	37	Nzãbi ngana yami oituxi yesse ngacala calà, ngarielâyo, ngaitaculaxi, ngaitê de, yãguibila quinêne: ene ngacussaüile nayo iye ngana yami SEnhor Deos meu, pezame muyto dos peccados que tenho cometido: porque com elles offêdi a vòs meu Senhor infinitamête bom	6v
	Ngacuriondo, nguiloloque. Peço-vos, perdoai-me.	48	ngacuriondo nguilóloque Peçouos que me perdoeis.	
Salve Rainha	Eyè mucuâ henda ó clemente, ó piedosa	8	mucuâ henda ó clemente, ô piadoza	3v
Pai Nosso	Tatêtu üecâla co maülo Padre nosso, que estás nos Céus	38	TAT'etu üecâla co máulo Padre nosso que estás em os Ceos	1v
	Quize cotuecâla o quifuchi quiaê; venha para onde nós estamos o teu Reyno.	34-35	Quize cotuecâla o quifûchi quiâe venha a nós o teu Reyno	
Credo	Nguichiquina creyo	26	Ngachiquina Creo	3v
	Mona nzambi üafuilla moüambelo üa Pontio Pilato. O Filho de Deos padeceo debaxo da sentença de Poncio Pilato.		ibi mo üàmbelo üa Poncio Pilato padeceo so poder de Poncio Pilato	4v

O que leva à questão: parte dos usos do livro apontados em Clanchy (*vide* seção 3.2, [p. 33](#)) ainda continuavam comuns?

Na estrutura material da [Arte](#) os *reclamos*, isto é, palavras ou parte de palavras no pé da página que indicam como começa a página seguinte, poderiam ser um indício de que se tinha em mente a leitura oral. Os reclamos foram um artifício tipográfico para

facilitar o ordenamento dos cadernos do livro pelo encadernador (Faria & Pericão, 2008: 1044). Em todas as páginas da [Arte](#) há *reclamos*. Mas estariam mesmo ali para guiar o encadernador?

Quando se analisa a estrutura em cadernos da [Arte](#), ela pode ser descrita como um 8º, com a estrutura []⁴ - A-C⁸. O esquema a seguir, na *Figura 28*, extraído de Gaskell (1972) ilustra mais facilmente o tipo de dificuldade a que se faz referência, uma vez que apresenta as duas faces do papel e a posição das páginas no 8º após a dobradura.

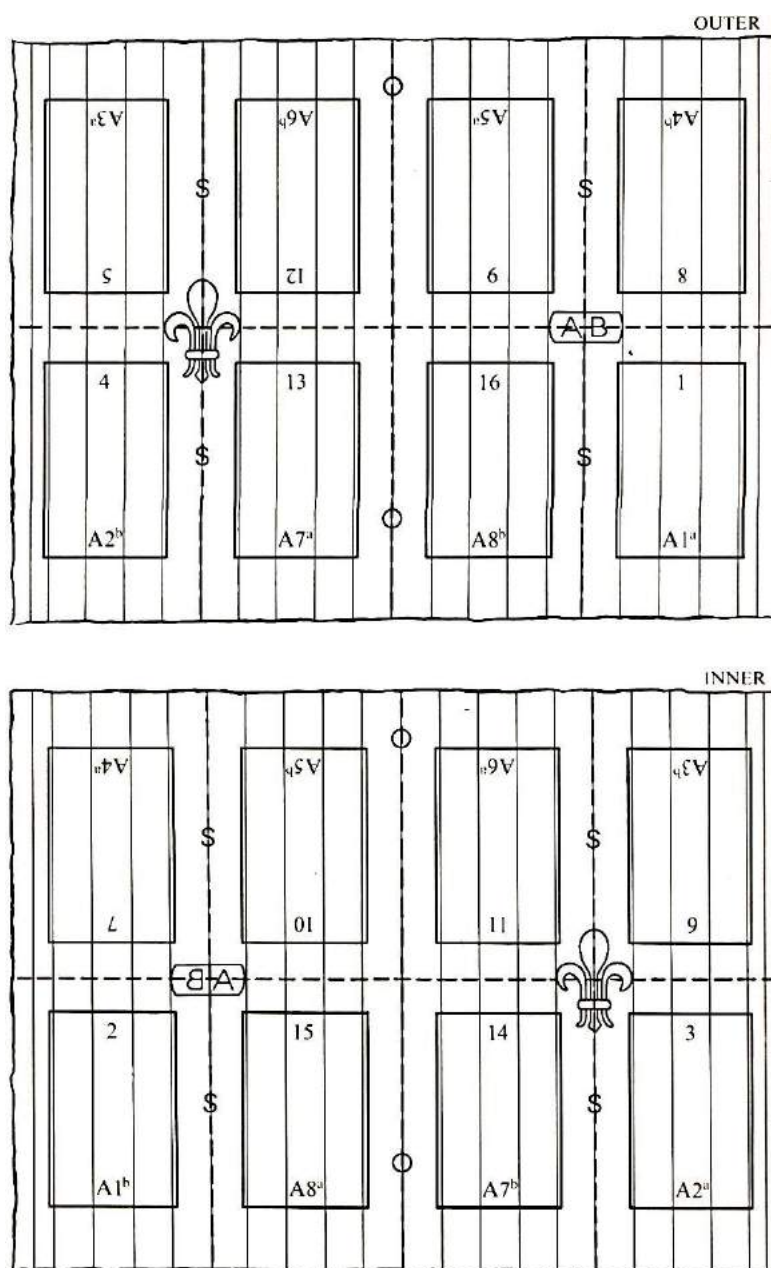


Fig. 28 – A folha do 8º comum - extraído de Gaskell (1972).
O S marca os pares conjugados após a dobradura; as dobras com O seriam

abertas com um cortador de papel após a montagem do caderno.

Quando se tenta montar um caderno com uma estrutura como aquela na *Figura 28*, a paginação ou a assinatura dos cadernos são suficientes. Com mais de um caderno, a ordenação seria buscada na assinatura, que precisa apenas da ordem alfabética e da aposição de uma letra na primeira página externa do caderno. A impressão de reclamos em todas as páginas não pode ser encarada, por conseguinte, como uma informação para um encadernador, mas seria plausível que estivesse presente como auxílio para alguém que lia em voz alta. Chama a atenção também a ausência de um índice, que não faz sentido na leitura oral, especialmente se alguém lesse para outras pessoas.

Quando se focaliza o modelo gramatical em que se insere a [Arte](#) — uma arquitetura gramatical surgida na Idade Média tardia (Law, 1997: 262) — o leitor se vê frente a um “*modo primariamente auditivo de conceber a língua*”. O modelo previa quatro partes: *Ortografia, Prosódia, Etimologia e Sintaxe*. A cada componente gramatical correspondia uma unidade de análise: respectivamente, a *letra*, a *sílaba*, a *palavra* e a *oração*. Tanto a letra quanto a sílaba remetiam para a expressão oral. No entanto Dias parece ter pertencido a um momento de transição, em que se começavam a criar as condições para uma concepção visual da língua, que pode ser percebida na análise que ele apresenta da estrutura da palavra (*vide* [Rosa, 2013b](#)), onde começa a introduzir unidades também com significado.

Parte II

O QUE ACHARAM E O QUE DEIXARAM ESCRITO

4 Os primeiros registros

O longo processo de colocar o quimbundo em escrita começou a ser delineado em registros esporádicos em documentação variada. Afora a notícia sobre a tradução de orações para o quimbundo, se levados em conta os textos atualmente conhecidos, é em meados do século XVII que o quimbundo passa a contar de fato com uma *ortografia*.

4.1. As anotações de cronistas e viajantes

Antes do terminar o século XVI já havia tentativas de europeus de registrar palavras de línguas do Novo Mundo. No caso das línguas bantas, dentre as quais o quimbundo se inclui, coletaram-se antropônimos e topônimos ([Louwrens, 1988: 29](#)), mas também títulos honoríficos e denominações religiosas. O plural é intencional: as soluções eram individuais, tentativas acomodadas ao sistema de escrita do português ou de outra língua europeia.

A fidelidade fonética dessas primeiras anotações deve ter sido variável, nem sempre muito próxima do que fora dito. Mas é preciso atentar para esse aspecto: era o registro do que alguém ouvira. Uma vez que parece não haver registros para o quimbundo anteriores a 1582 ([Vansina, 2001: 272](#)), tomam-se aqui para exemplo algumas ocorrências encontradas em escritos europeus que procuraram registrar palavras e expressões de uma outra língua banta, o congo ou quicongo (alternativamente *Koongo*, *Kongo*, *Kikongo* ou *Kikoongo* - [Lewis, Simons & Fennig, eds., 2014](#)) falada no antigo Reino do Congo, mas à época, também em Luanda ([Vansina, 2001: 269](#)). Os exemplos foram arrolados por Bontinck & Nsasi (1978: 44-45), e o vocabulário dos exemplos é semelhante àquele do quimbundo.

Bontinck & Nsasi encontraram para a forma atualmente grafada *Nzambi a mpungu*⁵² ('Criador Supremo', 'Deus Todo-Poderoso') a forma *Zambemapongo* —

⁵² Era o tratamento dado ao rei do Congo, que tinha carácter sagrado (Vansina, 1991: 657).

retirada de [Brásio, 1952: I, 61](#), editando texto do Cronista-Mor do Reino Rui de Pina (1440-1522)⁵³ no relato sobre o batismo de *mani Nsoyo* (*Manisonho* no mesmo texto) em 1491; encontraram ainda a mesma expressão transformada em *Sambe and Pongo* (Andrew Battell, final do século XVI-início do século XVII). Os mesmos autores apontam ainda, em carta do Padre Garcia Ribeiro, 1548, *In fumento zambicon pungo* em lugar de *I Mfumu etu Zambi a mpungu* ('Nosso Senhor, Deus Todo-Poderoso'); e ainda em documento de 1584, em [Brásio \(1954: IV, 411\)](#), *gangue* por *nganga*⁵⁴.

Mas há aqui um complicador, ou mais de um: antes de se achar que os que anotaram as palavras do quicongo arroladas por Bontinck & Nsasi (1978) tinham problemas de audição, cabe observar que registrar algumas palavras de uma língua estrangeira e ágrafa e escrever numa língua estrangeira são atividades diferentes. No primeiro caso, aquele que escreve — e nos restringimos aqui a sistemas fonográficos — tentará, com os recursos que a ortografia de sua língua lhe põe ao alcance, fazer o registro fonético de uma palavra ou expressão de outra língua. Por outro lado, uma proposta de ortografia fonográfica para uma língua toma por base uma entidade bem mais abstrata que o som da fala: o fonema. E a compreensão da fonologia da língua.

Em segundo lugar, as línguas mudam, e aquilo que foi ouvido há 500 anos não necessariamente soa ainda do mesmo modo. Para ilustração, um exemplo comentado por Thornton (1993: 732) de um nome próprio quicongo registrado numa obra do século XVI, a *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis (1502-1574), citado a partir da *Monumenta Missionaria Africana*:

Este Rei era ho primeiro Rei christão daquelle Regno, de quem tenho tractado assaz nesta Chronica, ho qual naquela lingoa se chamaua **Mobemba amosinga**, que quer dizer **Mobemba** filho de **Amosinga**, porque tem hos Reis & senhores daquella prouinçia por costume tomarem os sobrenomes dos pais, visauos, & tres auos pela parte masculina, & ho tem por grande honrra, & primor
[\(Brásio, 1988: XV, 59](#) – ênfase adicionada)

⁵³ [Brásio \(1952: I, 56-68\)](#): "Chegada dos pretos ao Congo (1488-1491).

⁵⁴ "Relação dos Carmelitas Descalços (1584)". No entanto, na mesma Relação ([Brásio, 1954: IV, 407](#)), apresenta-se o singular *Ganga*.

Em nota, Thornton avisa o leitor de que

I have written these names in modern Kikongo orthography as used in Zaire [**desde 1997, República Democrática do Congo – MCR**] and as usually found in modern historical literature. Earlier orthographies (Kikongo has been written since 1549) vary considerably, both because they used a different letter-sound base and because Kikongo phonology has changed in the past 4 centuries.
(Thornton, 1993: 732n18)

E assim, o rei *Mobemba amosinga* torna-se modernamente *Mvemba Nzinga*. Como? Primeiramente, porque de um lado se tinha uma tentativa de representação fonética; de outro, a ortografia moderna para essa língua. Some-se a isso:

a) que houve a queda da vogal posterior média fechada⁵⁵ que seguia a nasal:

In the 16th century, the short "u" following an initial "m" was pronounced, hence "mosinga" and "mobemba," while today the vowel is more or less lost and the initial "m" has become a nasal as in Nzinga or Mvemba.
(Thornton, 1993: 732n20)

b) que havia uma oclusiva bilabial /b/ em seguida à nasal; tornou-se /v/ e Thornton toma a decisão de grafar <v>:

Since the 16th century, many "b" sounds have become "v," as attested in Kikongo texts of the 17th and 18th centuries, so I write Mvemba rather than Mbemba.
(Thornton, 1993: 732n20)

c) por fim, que

the "a" linker blends with the second element of the two-element name by elision and a process known as tone bridging.

Tentava-se anotar algumas palavras e expressões da língua estrangeira, mas apenas isso: em meio a um texto em português ou em outra língua surgiam palavras e

⁵⁵ Segundo Teyssier (1980: 57), por volta de 1800 é que se terá a realização fonética de <o> átono pretônico ou final como [u] no português europeu.

expressões estrangeiras cuja pronúncia se tentava transcrever segundo as convenções gráficas do português (ou de outra língua europeia).

4.2. A redução à arte

A evangelização exigiria bem mais que a tentativa de registro fonético de palavras isoladas para ajudar os missionários a aprenderem a língua da terra para onde partiam. O esforço missionário de *reduzir à arte* línguas nativas do Novo Mundo tinha como primeira etapa reduzi-las à escrita.

Coulmas (2013) retoma esse termo e apresenta três sentidos em que se pode compreender *redução*, sendo o primeiro o fato de que

nenhum trecho de escrita é uma versão visual fiel da fala. Ela desconsidera o ritmo, a variação de volume, a entonação, a altura do som e outros aspectos articulatórios, para não mencionar a mímica e os gestos
(Coulmas, 2013: 73)

O segundo sentido apontado por Coulmas indica um processo de padronização:

é uma redução da fluidez, variabilidade, imprecisão e indefinição da fala. [...] Na escrita, as fronteiras da palavra geralmente são decididas de um modo ou de outro
(Coulmas, 2013: 74)

Parece implícito em Coulmas um contexto que favorece tanto a leitura como a produção de material escrito para a comunidade linguística falante dessa língua, o que não é o caso aqui em estudo. Se a comunidade falante de quimbundo era muito grande na época, não era ela o conjunto dos leitores potenciais da proposta ortográfica jesuítica. O destinatário de gramáticas, vocabulários e catecismos da Companhia de Jesus foi, primariamente, seu missionário, para que levasse a cabo com eficiência a evangelização.

4.3. A redução inaciana do quimbundo à escrita

A proposta de que a pregação deveria ser feita na língua do povo a converter fez com que a Companhia de Jesus produzisse descrições sobre línguas até então desconhecidas, base para que, ao final do século XVIII, um outro jesuíta, Lorenzo Hervás y Panduro (1735-1809) lançasse as bases de um estudo tipológico, o *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración división y clase de éstas según la diversidad de sus idiomas y dialectos*.

[a] Companhia de Jesus destacou-se no empreendimento da Reforma Católica tanto através da ação pastoral quanto da educação [...] Equipados com um aparato teológico, intelectual e mesmo científico, os jesuítas elaboraram tratados, proferiram entusiásticos sermões, sensibilizaram através da pregação, do teatro e da música a fim de cumprirem o papel de apóstolos, o que fora efetuado nas mais diversas línguas, produzindo cartilhas, manuais de confissão, textos hagiográficos em dialetos variados, contemplando desde a língua de índios brasileiros e da América Espanhola, até vocabulário utilizado por habitantes do Congo africano, da Índia, da China. As missões jesuíticas espalharam-se por vastas regiões do globo: Francisco Xavier chegou à Índia em 1542 e sete anos depois se encontrava no Japão, ano em que chegava a primeira missão jesuítica ao Brasil, liderada pelo padre Manoel da Nóbrega.

[\(Faria, 2012\)](#)

A observação do Pe. José de Anchieta acerca do tupinambá deixava claro que a função básica de se apresentar a ortografia da língua dessas populações não era o fomento da produção escrita nessa língua pela comunidade nativa, mas para que os missionários envolvidos na evangelização daquela comunidade linguística específica, ainda iniciantes na língua, pudessem *saber pronunciar o que acharem escrito*:

[i]sto das letras, orthographia, pronunciação, & accento, seruirea pera saberem pronunciar, o que acharem escrito, os que começam aprender: mas como a lingoa do Brasil não está em escrito, senão no continuo vso do falar, o mesmo vso, & viua voz ensinarâ melhor as muitas variedades que tẽ, porque no escrever, & accentuar cada hum farâ como lhe melhor parecer.

(Anchieta, 1595: 9)

A produção escrita sistemática de vocabulários, catecismos e gramáticas então empreendida ([Rosa, 1997](#)) leva ao terceiro sentido para *redução* proposto por Coulmas (2013:74): dentre o contínuo de variedades, uma é escolhida para uso dos membros da ordem religiosa.

Sendo o público-alvo tão pouco numeroso e dadas as condições do trabalho missionário, “*muy poco de todo eso salió a la imprenta*” (Niederehe, 2010: 660), embora, no caso do quimbundo, a escrita proposta não utilizasse fontes diferentes daquelas para a impressão de latim ou português, uma vez que se propunha uma escrita em alfabeto latino⁵⁶. A consequência disso é que o conhecimento de muito do material produzido é, em grande parte, indireto e vago, porque resultante de notícias achadas em documentos que chegaram aos dias atuais, em especial, na correspondência de diferentes ordens que enviaram seus religiosos para a África, como se exemplifica a seguir.

Uma carta ao Geral da Companhia de Jesus datada de 31 de janeiro de 1582 permitiu saber que o Padre Baltasar Barreira (1531-1612), Superior de Angola, havia traduzido as orações para o quimbundo⁵⁷. Não encontramos notícia de que esse conjunto tenha chegado aos dias atuais, à exceção de um pequeno fragmento: nessa mesma carta, algumas páginas adiante, está o que [Vansina \(2001: 272\)](#) afirma ser o mais antigo enunciado escrito em quimbundo de que se tem conhecimento⁵⁸, a saber, “*tatétu oé cála que úlo*”, ‘*Padre nosso que estaes em os céus*’, na tradução do Pe. Barreira⁵⁹.

Cerca de meio século mais tarde, em carta de Luanda datada de 24 de maio de 1630, o Padre Provincial Jerônimo Vogado (1576-?) informava ao Prepósito Geral da

⁵⁶ Na Ásia, a Companhia de Jesus estabeleceu oficinas tipográficas ainda em 1556, caso de Goa. Tanto quanto possível, forjaram-se tipos para os caracteres locais: em 1577 o Ir. João Gonçalves montava uma oficina em Vaipicotta, com tipos para o malaiala; em 1578, Fr. João de Faria moldaria os tipos para o tâmil, para uma oficina em Punicalé (Almeida, 1992: 199). Por sua vez, Tomás Estêvão, autor de uma gramática para o concani, a *Arte de Lingoa Canarim*, teria de se contentar com o alfabeto latino e adaptá-lo.

⁵⁷ In [Brásio, \(1988: XV: 271\)](#): “*Deilhe ordem pera fazer logo huã Igreja e deixey em sua companhia hum portuguez crioulo de S. Tomé, homem muyto virtuoso e deuoto da Companhia, pera que lhe ensinasse as orações que eu tinha já tresladado em Ambundo*”.

⁵⁸ [Vansina \(2001: 272\)](#): “The oldest known written utterance of Kimbundu, *tatétu oé que úlo* [SIC – MCR] “Our father who art in heaven”, dates from that year ([Brásio 1988, XV, p. 274](#)).”

⁵⁹ Em Pacconio & Couto (1642: 1v), “*Tat’etu üecala co máulu*”; em Dias (1697:39), “*Tatétu üecâla comaülo*”.

Companhia de Jesus, Mutio Viteleschi (1563-1645) sobre duas obras que o padre Francesco Paconio (1589-1641) estava compondo, possivelmente sobre o quimbundo⁶⁰, em razão de sua atividade, em companhia do Pe. António Machado, ao longo do rio Cuanza, em Ambaca e Dongo (*vide* Brásio, 1956: VII, 419; 428⁶¹), áreas em que essa língua era falada:

E como elle [Niculao de Fenal – MCR] leo a Liçam de Casos este anno passado, agora com sua ida a emcomendei ao Pe. Francisco Paconio, emquanto acaba de comualeçer o Pe. Francisco Jettino, porque não quizera tirar ao Pe. Francisco Paconio da occupaçaõ da limgoa da terra em que vay acabando a Arte e comessaõdo o Vocabulario
([Brásio, 1956: VII, 627](#))

Em 13 de fevereiro de 1660, o capuchinho Pe. Serafino de Cortona, em carta à Propaganda Fide, informava do envio, com a carta, de obra em quimbundo que poderia ser impressa, mas de que não há mais notícias:

Il P. Serafino de Cortona, Capuccino e Prefetto delle Missioni nel Regno della Singa presenta all’EE. VV. questo libretto dell’ *Institutione Christianae* in lingua che corre in quel Regno, differente dalla Conghesa, acciò, parendoli, le facino stampare
([Brásio, 1981: XII, 282](#)⁶²)

•

Não por simples referência, mas por contacto com a obra é o conhecimento de dois trabalhos seiscentistas sobre o quimbundo. O primeiro deles, de 1642, intitula-se [Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé](#), obra do já mencionado padre jesuíta Francesco Paconio. Chegado a Angola em 1623 (*vide* [Brásio, 1956: VII, 140-141](#)⁶³) lá viveria por 16 anos, até 1639, quando voltaria a Lisboa, onde morreria em 13 de março de 1641⁶⁴. Falecido Paconio, a obra é “[r]edusida a

⁶⁰ [Brásio \(1956: VII, 626\)](#) assim resume um dos temas da carta: “O padre Pacónio ocupa-se na composição da Arte da língua do Congo e de um Vocabulário”.

⁶¹ As páginas fazem parte, respectivamente, da [Carta de Fernão de Sousa a El-Rei \(21-2-1626\)](#); e da [Carta de Fernão de Sousa a El-Rei \(7-3-1626\)](#).

⁶² Carta do Padre Serafim de Cortona aos Cardeais da Propaganda Fide (13-2-1660).

⁶³ Carta do Padre Francisco Pacónio ao Padre Júlio Recupito (8-9-1623).

⁶⁴ Bontinck & Nsasi (1978: 42).

methodo mais breve & accomodado á capacidade dos sogeitos”⁶⁵ pelo também jesuíta António de Couto (1614-1666)⁶⁶, “*nascido de mãe negra em S. Salvador do Congo*” (Alencastro, 2000: 270). [Innocencio Silva \(1858-1923: I,118\)](#) também afirma que Couto nascera em S. Salvador, mas traz dúvida para essa informação ao afirmar que essa (e não S. Paulo de Luanda) era “*a capital do reino d’Angola*” — não a antiga *Mbanza Kongo*⁶⁷, capital do então reino do Congo, (embora atualmente em território angolano), renomeada *São Salvador* por volta de 1570 por seu rei Álvaro I (Thornton, 2010: 52)⁶⁸. Ainda segundo Innocencio, António do Couto estudou Teologia na Universidade de Coimbra, tendo entrado para a Companhia de Jesus em 31 de outubro de 1631. Foi reitor do Colégio de São Salvador ([Brásio, 1971: XI, 100](#)). Em 12 de maio de 1648 partiu do Rio de Janeiro com a armada de Salvador Correia de Sá para a retomada de Angola ([Brásio, 1965: X, 228ss](#)). Morreria em Luanda em 10 de julho 1666 ([Silva, 1858-1923: I,118](#)).

Pacconio ter-se-ia dedicado a escrever uma trilogia completa sobre o quimbundo: o catecismo, revisto por António de Couto, uma arte e um vocabulário atrás mencionados, estes sem mais notícias. Ainda no século XVII, em 1661, a obra de Pacconio & Couto ganharia uma [tradução para o latim](#) com algumas adições, pelo capuchinho Antonio Maria de Monteprandone (1607-1687).

A segunda obra de Seiscentos que chegou aos dias atuais foi uma pequena gramática, ou *arte*, do também jesuíta Pedro Dias (1621?-1700), a [Arte da língua de Angola](#), publicada em 1697. Pedro Dias nasceu em Portugal, não se sabe quando veio para o Brasil e aparentemente nunca esteve em Angola. Entrou na Companhia em 1641,

⁶⁵ No *Prólogo* do [Gentio de Angola](#), António do Couto afirma que “Armas chamo hum liurinho posthumo, intitulado, *Gentio de Angola sufficientemente instruydo nos mysterios da nossa santa fé*, que o Padre [Pacconio- MCR] deixou escrito, & e eu reduzi a mais breue methodo, explicando nelle brevemente os principaes mysterios da fé em a lingua Portuguesa, & de Angola, que lhe corresponde da outra parte, & áccomodandome à capacidade dos Negros”

⁶⁶ Agradeço a informação sobre a data de nascimento de António do Couto ao Prof. Gonçalo Fernandes (UTAD), que a encontrou em RODRIGUES, Francisco. 1931-1950. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. 4 tomos em 7 vols. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.

⁶⁷ *São Salvador do Congo* tornou a ser denominada *Mbanza Kongo* após a independência de Angola em 1975, uma vez que as agora está dentro dos limites deste país.

⁶⁸ Álvaro I foi o 14º rei do Congo (Rex Congi), entre 1567-1576 or 1587, e se intitulava “*by the grace of God, King of Congo, of Angola, of Matamba, of Kisama, of Muyilu, of Muswalu, of Musuku, of the Anziques, of Sumba, of Mbengu, Lord of the Seven Kingdoms of Congo, of Rio Mullaza, of Cacongo, of Ango, of Rio Zaire and of the Conquest*, (informação em *L’Observateur Kongo*).

não se sabe se no Rio de Janeiro ou na Bahia. Segundo Serafim Leite (1938-1958: VIII, 199) já sabia a língua de Angola em 1663 (*vide* Rosa, 2013: 23-24).

Em carta de 1694 ao Geral da Companhia, Tirso Gonzalez (1624-1705), Pedro Dias informava que havia começado um vocabulário português-angolano e pretendia compor um vocabulário angolano-português (Leite, 1938-1950, VIII, 200), mas deles não se tem notícias.

5 O quimundo impresso na Arte⁶⁹

5.1. As vogais

No tocante às vogais, a obra parece representar um sistema fonológico de cinco vogais orais: /i, a, u/ mais as médias, representadas por <e, o>, mas que não se informa se são abertas, fechadas ou se ambas as possibilidades. Cerca de 300 anos mais tarde, Baião (1946:19) assinalaria a ocorrência apenas da aberta /ɔ/, nunca /o/, na série média posterior, mas da aberta e da fechada na série anterior, semelhantes, respectivamente, àquelas nos vocábulos portugueses *fé* e *medo*. Souza e Oliveira & Francina (1864: viii) afirmaram que <e> equivalia ao da primeira sílaba de *beijo* e que <o> equivalia à primeira sílaba de *ovo*, isto é, que ambas eram fechadas. [Chatelain \(1893: 307\)](#) nega a possibilidade de /e/, fechado, afirmando que <e> e <o> são sempre abertos (“*e and o with the open sound*”). Foneticamente, <o> podia representar mais do que /o/ fechado: ao tratar dos artigos, Dias diz que a forma *O* do artigo podia ser pronunciada quase gutural, sem ápices (Dias, 1697: 33). Dias (1697: 47) considera ainda a existência de um [ē], longo: ao tratar das interjeições que se pronunciam com a voz prolongada no último <e>, que ele então grafa <ee> nos dois casos. Nos dois exemplos, <mamee> e <ayuee>, Dias atribui ao alongamento da vogal uma função pragmática: a vogal alongada expressa “*admiração de desastre*” num caso e “*admiração de mágoa*” no outro (Dias, 1697: 47).

Não há referência a vogais nasais⁷⁰. Dias (e também Pacconio & Couto) assinala quatro exceções ao padrão CV da sílaba: os “*quatro adverbios, que são os seguintes: Ihim, que cousa he? Inahim, quem he? Maluahim, porquè razaõ? Ngahim, de que maneira?*” (Dias, 1697: 2; Pacconio & Couto, 1642: advert. 1) e também “*Quehin, precipicio, ou rochedo. Maquehin, precipicios*” (Dias, 1697: 4). Segundo Chatelain (1888-

⁶⁹ Este capítulo reproduz em grande parte o capítulo 14 de Rosa (2013).

⁷⁰ Em Pacconio & Couto (1642) — mas não em Dias (1697) — é possível encontrar sequências como <Nzābi>, <mulôga>, <yāguíbila>, <utábula>, <ngāga>.

1889: xxiii), <m> e <n> representam a nasalidade da consoante seguinte: “*ambula = a-mbu-la, imvo = i-mvo, ndongo = ndo-ngo, ngenji = nge-nji*”.

Se qualquer vogal pode estar em posição final de nomes e verbos, isto é, no final da raiz, os exemplos de Dias que poderiam ser interpretados como elementos gramaticais prefixais levam a crer que apenas /i a u/ podiam ocorrer em posição final nestes elementos.

Dias afirma ter atribuído a <y> a pronúncia do português. Na parte portuguesa do texto Dias emprega <y> em *Boy, creyo, Ley, muy, Rey, Reyno, pay, penteyo, penteey, sayo, vay e veyo*, isto é, para grafar a semivogal, mas também em *syllaba, Syntaxe*, contextos para /i/, mas em palavras de origem grega⁷¹. Em Dias (mas não em Pacconio & Couto) a variação <i>/<y> está presente em exemplos do quimbundo. É o caso, por exemplo, de **üyala** (“tu es homem”) e **üiala** (“he homem”).

5.2. As consoantes

As informações ortográficas levam a compor um quadro com as consoantes apontadas a seguir. Uma série oclusiva:

(5.2.1)

Surdas		Exemplo	Sonoras		Exemplo
p	<p>	<i>pango</i>	b		<i>mubica</i>
t	<t>	<i>tulo</i>			
k	<c> <qu>	<i>cuzola</i> <i>Quiluangi</i>			

Como em português, representa-se a oclusiva velar surda por <c> e <qu>, nunca por <k>. Não há referência em Dias à observação de Pacconio & Couto de que é possível /k^w/ antes de <e>, fenômeno a ser assinalado com um acento grave. Em Dias

⁷¹ As mesmas decisões em Pacconio & Couto (1642): *azagaya, Boy, meyo, muytos, pays, payxaõ, Reyno, sey; mysterios, syllaba tyrannisaua*.

há um diacrítico no <e> que se segue a <qu> em dois exemplos: *quèyala* (p. 33) e *acondequê* (p. 35).

Há também uma série de oclusivas sonoras pré-nasalizadas, apontadas a seguir.

(5.2.2)

Exemplo		
mb		<i>bata</i>
	<nb>	<i>nbata</i>
	<mb>	<i>Nzambi</i>
nd	<d>	
	<nd>	<i>ndungue</i>
ng	<g>	<i>guiria</i>
	<ng>	<i>nguiria</i>

Em posição inicial, Dias (e também Pacconio & Couto) emprega <n> mesmo antes de , e assim grafa, por exemplo, *nburi* e não *mburi*, como faz Baião (1946). Alguns outros exemplos: *nbata*, *nbuba*, *nbombela*. Em Dias há exceções, embora poucas e não em posição inicial: *nzambi*/*gimzambi*, ‘deus/deuses’.

Segundo [Chatelain \(1888-1889: 152\)](#), “*g ou ng*” é “*sempre nasal*”. Isso explicaria a alternância gráfica <g> -<ng> (*guiria* a par com *nguiria*, por exemplo). O pequeno glossário de Baião (1946) não apresenta um único exemplo em que <g> não esteja precedido de <n>, não importa se em contexto inicial de palavra ou não. Na [Arte](#) o quadro não é tão claro porque Dias empregou <g> também para a representação de /ʒ/ como nos plurais dos nomes que autores mais recentes grafam em *ji-*, e.g.: *nzambi*/*gimzambi*, ‘deus/deuses’ (ou *nzambi*/*jinzambi*). A alternância <nz>/ <z> também está presente na obra: *nzambi*/*zambi*.

As nasais são <m> , <n> e ainda poucas palavras com <nh>, como **mienho**, ‘*almas*’ ; **mazaurinha**, ‘*anteontem*’; **mazaurinhaco**, *tresantontem*’.

Pacconio & Couto e Dias advertem o leitor da inexistência em quimbundo da vibrante, no português da época uma apical múltipla (Teyssier, 1980: 65), excluindo, assim, a possibilidade da grafia <rr> em quimbundo. O <r> representa uma aproximação da vibrante simples, que estaria presente no português *caro*. A consoante <r> precede

apenas a vogal <i> na obra. Essa distribuição seria assinalada por [Chatelain \(1888-1889: xxi\)](#).

Quanto à lateral, não se encontra em Dias observação semelhante à de Pacconio & Couto (1642) no tocante à distinção entre a simples e a geminada:

5 Aduirtase que os nomes, ou verbos que tem em algũa syllaba letras dobradas, vay muyto em pronunciallos *com* letra dobrada, & nam singela: porque na pronunciação differem o sentido os *que* se escrevem com letra dobrada daquelles que se escreuem com singela. Exemplo Ngila, *com* hũ sò, l, significa passaro, & com elle dobrado, como Ngilla, quer dizer caminho: como se disseramos *Mongilla ngagibi ngila imoxi*. No caminho matei hum passaro.

Mesmo sem fazer qualquer observação acerca de <l> e de <ll>, encontra-se <ll> em Dias: **yalla** a par com **yala**, ‘macho’, em ambas as obras. Não há exemplos de <l> precedendo <i> ou <y>. Por seu turno, não há comentários acerca de <lh>, nem há ocorrências de <lh> nos exemplos do quimbundo. Sem explicação também é o emprego de <nn> (*riNonguenna*).

Depreendem-se sete consoantes fricativas:

(5.2.3)

Surdas	Exemplo	Sonoras	Exemplo
f	<f> <i>rifûta</i>	v	<v> <i>luâvùlo</i>
s	<s> <i>sote</i> , <ç> <i>Nguichiquineçâ</i> , <ss> <i>massote</i> <c> <i>nguicuatece</i>	z	<z> <i>rizûna</i> , <s> <i>quisua</i>
ʃ	<ch> <i>muchi</i> , <x> <i>xitu</i>	ʒ	<g> <i>quiluigi</i> , <j> <i>jaûaba</i>
h	<h> <i>hanga</i>		

e uma série de pré-nasalizadas:

(5.2.4)

Exemplo		
nv	(<v> <nv>	<i>nvunda</i>
nz	<z>	<i>zambi</i>
	<nz>	<i>nzambi</i>
	<mz>	<i>Gimzambi</i>
n3	<g>	<i>ginga</i>
	<ng>	<i>nginga</i>

Qual a leitura atribuída a <ch>? A dúvida surge face a dados no português. Nos Seiscentos, <ch> pode ainda não se confundir com <x> e ser pronunciado como /tʃ/. Some-se a isso que, se Dias nasceu em Gouveia⁷², essa é uma região de Portugal que ainda no século XX dava a <ch> a pronúncia /tʃ/ (Pinto, 1981). Modernamente, Baião (1946: 96) afirmou que na sua obra “*X, tem sempre o valor de ch, como na palavra chave*” (Baião, 1946: 20), e que, por conseguinte, ao empregar <x > pretendia representar /ʃ/ – caso se tenha certeza de que atribuiu a <ch> a pronúncia culta de Portugal. Observação semelhante em [Chatelain \(1888-1889: xxi\)](#) não deixa margem para dúvida: “*x corresponds to sh*”.

Pacconio & Couto (1642) não mencionam <h>. Dias (1697:2) parece indicar que <h> assinala a aspiração da vogal seguinte em início absoluto de palavra se a vogal inicial não é <i> ou <u>: “*Todos os nomes, que começam por letra vogal, excepto as letras, I, U, escrevem-se no principio com H, verbi gratia. Hanga, perdiz*”. [Chatelain \(1888-1889: xxiii\)](#) registra que “*é sempre aspirado, nunca mudo*”. Apenas *hanga* (‘perdiz’) e *henda* (‘piedade’) exemplificam esse contexto na [Arte](#). Em contexto não inicial e sem formar dígrafo, <h> foi empregado em mais exemplos, como nas interjeições *aho, aha, ahe*, nos interrogativos *ihim, inahim, maluahim, ngahim*.

⁷² Dias nasceu em 1621 (Barbosa Machado, 1752: III, 575) – ou em 1622 (Leite, 1938-1950: VIII, 199) –, em Gouveia (Sommervogel et alii, III: col. 41; Leite, 1938-1950: VIII, 199; também Leite, 1953: 162), ou Viseu (Silva, 1858-1923: VI, 402), ou na Vila de Gouveia do Bispado de Viseu (Barbosa Machado, 1752: III, 575)..

5.3. Os diacríticos

Os diacríticos⁷³, na atualidade, permitem expandir o número de sons representados pelos símbolos do alfabeto latino. Dias emprega quatro diacríticos sobre as vogais, a saber, o trema sobre o <u>, o acento agudo <´ >, o acento grave <` > e o circunflexo <^ >. O trema surge sobre o <u> sempre que o contexto pudesse permitir a leitura como vogal /u/ ou como a consoante /v/, resquícios da tradição de grafar <v> em posição inicial de sílaba e <u> nas demais posições. Onde Pacconio & Couto exemplificaram a sinalefa com o uso do apóstrofe — como também em contextos em que Dias reconhece a sinalefa — Dias usou algumas vezes o acento grave: *macambàmi*, ‘meus amigos’; *mubicàmi*, ‘meu escravo’ (p. 2); *mubicàe*, ‘escravo seu’ (p. 10)⁷⁴. Poderia ter sido uma decisão do impressor, mas não em decorrência de uma caixa de tipos empobrecida: o tipo foi empregado por duas vezes na obra: em lugar de acento agudo junto a uma maiúscula, <A´ > (p. 3) e em <d’agoa>, na página seguinte.

Dias não recorreu ao latim para o uso de diacríticos. O latim clássico usou do *apex* (com a forma do acento agudo, com ou sem um gancho para a esquerda, assim <´ >) ou do *sicilicus* (semelhante a um <o> aberto, <’>), ambos *geminatiois nota* sobre vogal ou sobre consoante. Sua função não se relacionava à tonicidade: como assinala Oliver (1966: 156), a função era “*puramente gráfica e, por assim dizer, mecânica: indicava que a letra sobre a qual estava deveria ser lida duas vezes*”. Segundo Oliver (1966: 157), distinguir ambos os sinais, *apex* para as vogais e *sicilicus* para as consoantes, se deveu a uma interpretação de Isidoro sobre Quintiliano: que o *apex* distinguia homógrafos; mas, especialmente, que os antigos escreveram o *sicilicus* em lugar de escrever a consoante duas vezes; não disse, contudo, o que os antigos faziam com as vogais. O uso desses sinais, inicialmente usados na epigrafia, foi poucas vezes mencionado para os escritores. Aos poucos o *sicilicus* cedeu lugar ao *apex*. Quintiliano

⁷³ *Diacríticos* são marcas adicionadas às letras (acima delas, abaixo ou em cima delas), que permitem expandir o número de sons representados por dada letra (*vide* Wells, 2001).

⁷⁴ Mas não na primeira vogal de <üecâla>, p. 38, talvez por já estar marcada com diacrítico.

(*De institutione oratoria* I, 7, 2)⁷⁵, é a referência sempre citada; o *apex* tornar-se-ia obsoleto no século III.

No Renascimento os “ápices” retornam ao uso. Acentos e trema estão no latim de Manuel Álvares: *optimè, quàm, sestertiûm, metîmur, lacóbe, poëtis*. São soluções renascentistas que não indicam necessariamente tonicidade (Hale, 1995: 25). O trema indica um hiato (*poëtis*). Quanto aos acentos, as funções foram várias. O *acento grave* < ` > distinguiu homógrafos, como indicado por Quintiliano, relacionando-se, desse modo, não à pronúncia, mas ao significado: assinalou formas indeclináveis para distingui-las de declináveis (mas também onde não havia homógrafos - Hale, 1995: 25), o que o fez marcar o final de advérbios (*optimè* por *optimē*). O *acento circunflexo* distinguiu flexões, marcando a vogal longa de um par, como *mensâ/ mensa* ou ainda contrações (*amâsse* por *amauisse*). O *acento agudo* marcou principalmente as enclíticas *-que, -ne, -ve* (Hale, 1995: 25), distinguindo contextos como *imaginatióne* (‘imaginação?’, nominativo mais enclítica) de *imaginatione* (ablativo singular); poderia também marcar a primeira vogal de um hiato, sendo a segunda marcada ou não pelo trema (*muséum*).

A função dos diacríticos na [Arte](#) não é explicada. O uso dos acentos obscurece mais o quadro de vogais: *rinène/rinêne* (Dias, p.8); *imbià/ gimbia* (Dias, p.65). Talvez porque tenha tentado fazer desses diacríticos um meio para a representação do acento e também para transcrever o tom, fenômeno que percebe, mas não consegue descrever:

Tambem vay muito nos assentos, com que se escreve, ou se pronuncia; porque mudaõ a sustancia, & significaçaõ dos nomes v.g.: **Mûcua**, *certa fruta* . **Mucuâ**, *morador, ou habitador*
(Dias)

É essa a única indicação que permite supor que se tratava de uma língua tonal. A mesma dificuldade seria sentida por [Chatelain \(1888-1889:xxii\)](#), que advertia que

⁷⁵ “2. ut longis syllabis omnibus adponere apicem ineptissimum est, quia plurimae natura ipsa uerbi, quod scribitur, patent, sed interim necessarium, cum eadem littera alium atque alium intellectum, prout correpta uel producta est, facit: 3. ut “malus” arborem significet an hominem non bonum apice distinguitur, “palus” aliud priore syllaba longa, aliud sequenti significat, et cum eadem littera nominatiuo casu breuis, ablatiua longa est, utrum sequamur, plerumque hac nota monendi sumus” (vide Pereira, 2006).

empregava o acento agudo, entre outros aspectos, para indicar “*the peculiar intonation of a paronym*”, completando adiante:

Há palavras em quimbundo que o estrangeiro não pode distinguir senão com muita dificuldade, posto que significam cousas totalmente diferentes. Taes são: **-banga**, *fazer* e **-bánga**, *pelejar*, **-loua**, *enfeitiçar* e **-lóua**, *pescar*, **njila**, *caminho* e **njila**, *passaro*, **hama**, *cama* e **háma**, *cem*, etc. A diferença, que nós marcamos com um accento agudo na *penultima*, a fim de que logo se veja que o accento não é tonico, não existe na pronuncia de uma letra particular, mas na entoação de toda a palavra. Nas palavras não accentuadas a pronuncia é normal, nas outras é mais demorada, de modo que a antepenultima e a ultima ou esta só soam mais claras e que na emissão da ultima a expiração vocal fica como que suspendida.
([Chatelain, 1888-1889: 153](#))

A dificuldade não é estranha a linguistas que se dedicam à tarefa de descrever uma língua tonal na atualidade. Tanto que Larry [Hyman \(2010\)](#) provoca seu leitor com a seguinte introdução ao estudo de línguas tonais:

On numerous occasions I have been asked, “How does one study a tone language?” Or: “How can I tell if my language is tonal?” Even seasoned field researchers, upon confronting their first tone system, have asked me: “How do I figure out the number of tones I have?” When it comes to tone, colleagues and students alike often forget everything they’ve learned about discovering the phonology of a language and assume that tone is somehow different, that it requires different techniques or expertise. Some of this may derive from an incomplete understanding of what it means to be a tone system.

Em trabalho voltado para o quimbundo atual, [Xavier \(2010\)](#) descreve “*um sistema tonal que repousa sobre a distinção de dois registros de voz (baixo e alto), os quais fundam, por seu turno, a identidade dos diferentes esquemas tonais*”. E completa (Xavier, 2010: 82) que pôde observar três possibilidades de melodia tonal: A (alta), B (baixa) e A-B (alta-baixa), registrando apenas uma ocorrência em seus dados do esquema tonal B-A (baixa-alta).

5.4 A sílaba

Em Dias há apenas uma observação sobre a estrutura da sílaba: “[t]odos os nomes, & verbos acabaõ em as vogaes, a, e, i, o, u” (p.2). Num período em que a análise linguística ainda não conta com unidades como *prefixo* ou *raiz*, a sílaba assume em Dias o papel de elemento que permite analisar a estrutura da palavra. Por exemplo:

Todos os nomes, que no singular começa-
rem pelas syllabas, ou letras abaxo, começa-
ráõ no plurar em Ma, & seu adjectivo no sin-
gular começará em Ri, & no plurar em A, verbi
gratia. N бата rinène, casa grande. Mabata anène,
casas grandes.
(Dias, 1697:4)

Com base nos exemplos e levando em conta a estrutura silábica composta de ataque e rima: a) apenas a rima é obrigatória; b) a rima tem núcleo vocálico; c) a rima não tem coda; d) o ataque, se estiver preenchido, pode ter uma consoante apenas, sem grupos consonantais. É uma estrutura CV, portanto.

Parte III

Revendo o quimbundo de Dias

6 O alfabeto latino: uma leitura (quase) universal

6.1 A letra e suas partes na tradição greco-latina

Na tradição greco-latina a *letra* foi um elemento composto de partes cujo número variou, mas que parecia ter-se fixado em três no século XVII⁷⁶. A letra era constituída, então, de *nome* (isto é, sua denominação), *figura* (os traços que permitem reconhecê-la) e *poder* (a relação grafofonológica e distribuição). Para ser considerado *letra*, o elemento tinha de apresentar todas as três partes constitutivas. No entanto, ter ou não todas as partes era informação dependente do sistema de escrita latino: um elemento inexistente no latim não tinha figura nem nome; logo não era contado no alfabeto português. É esse conceito que permite considerar verdadeiro o predicado *ser igual ao latim* e, ao mesmo tempo, contar com <ç> ou <nh>, inexistentes em latim. É, por exemplo, a explicação de Duarte Nunes de Leão (1530?-1608), autor do primeiro tratado sobre a ortografia do português:

teemos mais quatro [letras – MCR] em pronũciação, posto que não em figura, que são . ç. ch. lh. nh. das quais vsamos, accrescentãdo aa primeira hũ sinal de differença do .c. cõmum, & aas outras .h. nota de aspiração, para supprir as figuras das dictas letras, de que carecemos. ([Leão, 1576: 2-3](#))

Com relação a <nh>, por exemplo, ainda citando Leão, é letra “*mui affim & propinqua*” de <n> , mas “*que não teem nome, nem figura*”, porque “*os Latinos, cujo alphabeto seguimos, a não tinham em pronunciação*” ([Leão, 1576: 13](#)).

No século XVII provavelmente um letrado português (ou mesmo um iniciante) não veria muita diferença entre o sistema de escrita do português e o do latim: o inventário de símbolos era comum a ambas as línguas, a saber, <a b c d e f g h i k l m n

⁷⁶ Por exemplo, em [Bonet \(1615-1620: 33\)](#).

o p q r s t v x y z>, uma vez que os elementos sem nome ou sem figura não eram contados; as regras grafofonológicas eram, em princípio, iguais. Como iguais? Quais as evidências?

Retomando o modelo de leitura da dupla rota, a escolha de uma escrita alfabética disponibiliza ao leitor a leitura oral mesmo de sequências cujo significado desconheça, desde que domine as regras de correspondência grafema-fonema e fonema-grafema, no caso da obra de Dias, apontadas de forma sucinta na primeira linha: “*O Pronunciar, & escrever he como na lingua Latina*”. É muito difícil que um estudante fuja dos padrões fonológicos de sua própria língua ao pronunciar uma língua morta (Walsh, 1996: 212), ainda mais com a mesma *escrita* da sua. Essa transposição também afeta a leitura para iniciantes no aprendizado de um sistema de escrita de segunda língua com a mesma escrita. Hickey (2005) aponta as dificuldades de crianças irlandesas que têm como primeiro sistema de escrita o do inglês ao serem introduzidas na alfabetização em irlandês, nesse caso, o segundo sistema de escrita. Embora mais transparente que a do inglês e também lançando mão do alfabeto latino, a ortografia tem regras de correspondência grafema-fonema muito diferentes. Por exemplo, para a representação dos ditongos /au/ e /ai/:

/au/ spelling	Irish word containing /au/		Meaning
<a>	<am>	/aum/	'time'
<abha>	<abhainn>	/aun/	'river'
	<leabhar>	/l'aur/	'book'
<ea>	<ceann>	/k'aun/	'head'
<amha>	<samhradh>	/sauro/	'summer'
/ai/ spelling	Irish word containing /ai/		Meaning
<ai>	<caint>	/kain't/	'talk'
<adh>	<adhmaid>	/aiməd/	'wood'
	<radharc>	/rairk/	'view'
<oigh>	<oigheann>	/ain/	'oven'

Fig. 29 - Ditongos /au/ e /ai/ no irlandês (extraído de Hickey, 2005: 401)

Em início de palavra, ambiente para diversas mutações fonológicas em irlandês, as regras de correspondência grafema-fonema são um desafio para quem já aprendeu outro sistema com alfabeto latino:

<ph> = /f/	<bh> = /w/	<th> = /h/	<dh> = /y/	<ch> = /x/
<phr> = /fr/				
<fh> = /f/	<mh> = /w/	<sh> = /h/	<gh> = /y/	<chr> = /xr/
<bp> = /b/	<mb> = /m/	<dt> = /d/	<nd> = /n/	<gc> = /g/
<ng> = /y/	<bhf> = /w/	<ngr> = /yr/	<tsr> = /tr/	<mbr> = /mr/

Fig. 30 - Regras de correspondência para consoantes iniciais no irlandês (extraído de Hickey, 2005: 401)

Hickey (2005) apresenta vários exemplos em que a leitura e a escrita acabaram sendo influenciadas pelo conhecimento do primeiro sistema de escrita. Sem dominar essas regras, o domínio de um léxico ortográfico também se torna um problema, que se exterioriza por uma leitura lenta que acaba por comprometer a compreensão.

No período aqui focalizado, um dos pontos iniciais no estudo do latim era aprender a nomear as letras, uma vez que a letra era a unidade do primeiro nível da arquitetura gramatical, a Ortografia. A denominação das letras em latim não se afastava da nomeação em português (Rosa, 2012): “A, Be, Ce, De, E, Ef, Ge, Ha, I, Kappa, El, Em, En, O, Pe, Qu, Er, Es, Te, V, Ix, Y psilon, Zeta” (Álvares, 1572: 46)⁷⁷. Dificilmente um estudante português distinguiria o <e> em <be>, longo, do <e> em <ef>, breve, uma vez que a duração não é e não era distintiva em português. Possivelmente, ressilabificaria as consoantes em coda, como em <ef>, , <en>, fazendo com que passassem ao ataque de uma nova sílaba, concomitantemente à inserção de uma vogal final. Um exercício escolar então comum, a saber, a soletração, demonstra como tudo poderia ficar muito parecido: tomemos para exemplo aquele em Figueiredo ([1722]: 22-23), com os nomes das letras em português para a palavra *Pedro*:

hum p, hum e, pe, hum d, hum r, hum o, dro, que findo o nome perde o menino a consonancia q fazem as syllabas, vicio difficultozo de tirar aos que foraõ criados com elle [...] & [...] tirando a palavra, hum, he o perfeitto modo de ensinar, [...] que para o menino tirar fruto da liçaõ, ha de ir nomeando as letras; & tanto que chegar a ultima; que

⁷⁷ “LITERÆ, quibus vtuntur Latini sunt tres & viginti, A, Be, Ce, De, E, Ef, Ge, Ha, I, Kappa, El, Em, En, O, Pe, Qu, Er, Es, Te, V, Ix, Y psilon, Zeta.”

fôrma syllaba, darlhe o tom, que ellas fazem, & assim todas as mais até
findar o nome

O exercício não resultaria muito diferente caso se pedisse ao aluno que nomeasse as
letras em latim, aqui nomeadas a partir do trecho de Manuel Álvares anteriormente
citado: *pe, e, pe; de, er, o, dro*. Ficaria igual?

A questão era o que entender por *pronunciar corretamente*, e então português
e latim soariam iguais, como se vê neste trecho do ortógrafo Madureira Feijó (1688-
1741)⁷⁸:

Todos os nossos Auctores confessaõ, e devem confessar todos
aquelles, que professáraõ a latinidade, que a nossa lingua he filha da
lingua latina. E se perguntarmos em que? Ou porque? Respondem,
que na similhaça dos nomes, na imitação dos verbos, e na
propriedade dos vocabulos. ***E eu accrescento, que o naõ he menos no
som da perfeita pronunciaçaõ; tanto, que já houve curiosos, que
compuseraõ poemas inteiros, que com pouca mudança da
pronunciaçaõ, já se lem em Portuguez, e ja se lem em Latim.***
([Feijó, 1739: 6-7](#) - ênfase adicionada)

A redução à escrita em alfabeto latino universalizava a relação grafema-
fonema. E não somente em português. Como nota Bonet,

nuestras [letras –MCR] Latinas, que como hablamos escriuimos, y
como escriuimos hablamos: y de las naciones que vsan dellas, ninguna
tiene por lengua vulgar lèguage tan perfeto, que como se habla se
escriua à imitacion del Latino, como el Castellano
([Bonet, 1615-1620: 20](#))

No caso do português, pronunciar as letras corretamente levaria a pensar que
se ouvia latim, já cantava o poeta ao findar o século XVI:

Sustentava contra ele Vênus bela,
Afeiçoada à gente Lusitana,
Por quantas qualidades via nela

⁷⁸ Esta foi uma questão em disputa no tocante à ortografia: o quanto latinizá-la, Ver Gonçalves (2003).

Da antiga tão amada sua Romana,
Nos fortes corações, na grande estrela,
Que mostraram na terra Tingitana,
**E na língua, na qual quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a Latina”**
Camões (Lusíadas, I, 33 – ênfase adicionada)

O quimbundo não era uma língua morta. Mas começava a ser aprendido pela escrita. A primeira observação, aquela que abre a gramática de Dias, é a recomendação sobre a pronúncia: “*O pronunciar e escrever é como na língua latina*”. E a obra completa, ao final dessa primeira página e início da seguinte: “*As sílabas QUA, QUE, QUI, QUO, QUU pronunciam-se como no português*”.

6.2. As dificuldades em se pronunciar o que se achasse escrito

Apesar da expansão das relações grafonológicas no sistema latino para outras línguas, as dificuldades de aprender uma língua pela escrita não passaram despercebidas aos gramáticos do século XVII. Amaro de Reboredo (ca. 1580-ca. 1653), por exemplo, usou como ilustração da dificuldade em pronunciar uma língua que não era a materna e que nunca poderia ser ouvida da boca de um falante nativo o famoso gramático Francisco Sánchez de las Brozas, ou El Brocense (1523-1600):

De star a Latina reduzida a arte ha tantos annos, & irse sempre a arte aperfeiçoando, podemos dizer que soube Francisco Sanchez Brocense mais Grammatica Latina em nossos tempos, que Cicero, & Varrão columnas da lingua, nos seus, que lhe precederom 1640. annos. Elle mais Grammatica, & estes mais Latim. Porque a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão: & como a lingua consta de Grammatica, Cópia, & Frase [...] aquelle alcançou mais Grammatica, & estes sabião mais Cópia, & Frase com mais propriedade, **porque como Materna lingua a usavão des os berços E a natural pronunção, & sitio das palavras no modo de fallar, não o podia o Espanhol encontrar facilmente**; porque nem a Latina se falla em província algũa; nem era nascido em Italia, cuja disposição em sitio, & particulares influencias modificão a voz para a tal pronunção.

Exemplo seja hoje um Castelhana avisado, & ainda scrittor, que pronunciará melhor sua lingua Materna, saberá mais Copia, & Frase, que um Português, & cõtudo pode haver Português que lhe ensine a Grammatica da lingua, que tambem falla.

Reboredo (1619: b – ênfase adicionada)

Cerca de um século mais tarde Madureira Feijó, na mesma obra em que defendia a quase identidade entre português e latim, apontaria o mesmo problema:

tinhaõ as oraçoens de Cicero para aprenderem a compor, e escrever como elle; mas que naõ tiveraõ a fortuna de o ouvirem orar, ***para saberem como elle pronunciava a lingua latina.***

([Feijó, 1739: 2](#) – ênfase adicionada).

No latim não estava apenas o modelo gramatical da descrição, com regras que, decoradas, serviam de questionário de campo para a descrição da nova língua (Rosa, 2013: 67-68); estava também o guia geral da pronúncia, do latim ou de qualquer outra. O resultado seria problemático, como demonstram, por exemplo, os relatos sobre a pregação do jesuíta Francisco Xavier (1506-1552) no Japão. Ele não falava japonês, quando para lá partiu para se encontrar com um inexistente rei do Japão, saindo de Malaca⁷⁹ no junco de Avan, o *Pirata*, com seus companheiros — os japoneses Anjirô, Antonio, Joane e os jesuítas Pe. Cosme de Torres (?-1578) e o Ir. Juan Fernandez Oviedo (1526-1567)⁸⁰. Francisco Xavier havia decorado alguns textos, que lhe permitiram fazer “*pregações balbuciadas de textos decorados*” (Lacouture, 1991: 156):

⁷⁹ A parte linguística dessa viagem é estranha. Em carta de 29 de janeiro de 1552, Francisco afirma “*compusemos na língua do Japão um livro que tratava da criação do mundo e de todos os mistérios da vida de Cristo. Depois escrevemos este mesmo livro na letra da China para, quando for à China, dar-me a entender até saber falar chinês*”. Em nota, Cardoso (1996: 105n8) informa que “*O livro foi composto em Cangoxima e vertido para o japonês por Paulo de Santa Fé (Anjirô) e depois posto em letra chinesa em Amanguche; o exemplar que usaria Xavier estaria escrito em letras latinas*”. Esse personagem, Anjirô, é caracterizado em Lacouture (1991: 145) como “*quase analfabeto*”. Mais adiante (Lacouture, 1991: 156) informa que essa obra foi escrita por Xavier e Torres entre outubro e dezembro de 1549 e “*traduzida (como?) por Anjirô*”.

⁸⁰ Teria escrito a primeira gramática e o primeiro vocabulário do japonês no âmbito da Companhia. Aprendeu japonês com Anjirô na viagem e viria a se tornar intérprete da missão (Lisón Tolosana, 2005: 36-37).

.... para enfrentar o grande encontro, Francisco Xavier dispõe apenas da fama pessoal. Não possui nenhuma informação séria e tem somente ideias muito vagas [...] sobre a língua japonesa: ele jamais a falará, senão para balbuciar alguns sermões em que alinhava traduções imprecisas decoradas e recitadas entre a perplexidade ou a hilariedade geral
(Lacouture, 1991: 149-150)

Como notara Estêvão (1640:4), *“Pera apronunçiaçãõ naõ basta saber a orthographia. he necessario ouuir as vozes, ꝛ se proferẽ, &a tentar como se proferẽ pellos ꝛ sabẽ bem fallar”*. Mas cabe lembrar um ponto muito repetido nas gramáticas jesuíticas: *com o uso aprenderão* ou ainda *usus te plura docebit*. Mas esse não seria mais o iniciante.

6.3 As Advertências

As *Advertências* são conjuntos de orientações específicas para a pronúncia do quimbundo que o [Gentio de Angola](#) e a [Arte](#) propuseram porque se afastavam da pronúncia do latim em Portugal. Têm como objetivo a transferência da habilidade de leitura em português para a leitura da nova língua, na qual o leitor ainda não tinha proficiência, mas representada num conjunto de segmentos ortográficos familiares. Nas palavras do Pe. Estêvão (1640: fol. A-Av), *“os que sabem nossa letra mais facilmente escreuem. & leem por ella do que costumaõ os escriuais da terra polla sua”*.

Apresentam-se a seguir as orientações para a leitura do quimbundo que o [Gentio de Angola](#) e a [Arte](#) propuseram.

6.3.1 Pacconio & Couto (1642)

ADVERTENCIAS para se ler a lingua de Angola.

PRimeiramente se aduirta, que nunca a lingoa de Angola acaba em consoante, tirados algũs aduerbios de interrogaçam, que ha nesta li<n>goa, que acabam em consonte. Exemplo, *Ihim?* que couza he? *Inâhim?* quem he? *Maluâhim?* Por que rezão? E o aduerbio, *Ngahim*, que per si só nam significa couza algũa, mas junto a algum verbo, quer

dizer de que maneira. Exemplo. *Nguiza ngahim?* de que maneira eide vir? *Nguiyà ngahim?* de que maneira ei de ir?

2 Não tem esta lingua vogal de tras de muda, & liquida.

3 Nunca dobram a letra, R, ou seja no principio do nome, ou no meyo. Exemplo, *Ririmi*, lingua, *Ritui*, orelha, *Rigimbuluilo*, declaraçam: por onde se se acha nome, que comece por, R, não se dobrará a tal letra, mas pronunciar-se-á como a penultima de marisco marinho, &c.

4 De ordinario os nomes, ou verbos que começam nestas letras, B, D, G, V. consoante, & Z. se lhes poem hũa letra N, antes porque na pronunciaçam mostram que requerem este N. Exemplo. *Nbondo*, hũa certa aruore. *Nburi*, cabrito. *Ndungue*, traças. *Ndui*, Azagaya *Ngana*, Senhor. *Ngombe*, Boy. *Nvula*, chuva. *Nvunda*. Briga. *Nzambi*. Deos. *Nzamba*, Elephante. &ca. E <t>ambem na lingua do Brasil se acha esta pronunciação. Exemplo *Nde*. id est Tu. *Ndaeteè*, por isso eu.

5 Aduirtase que os nomes, ou verbos que tem em algũa syllaba letras dobradas, vay muyto em pronunciallos com letra dobrada, & nam singela: porque na pronunciação differem o sentido os que se escrevem com letra dobrada daquelles que se escreuem com singela. Exemplo *Ngila*, com hũ sò, l, significa passaro, & com elle dobrado, como *Ngilla*, quer dizer caminho: como se disseramos *Mongilla ngagibi ngila imoxi*. No caminho matei hum passaro.

6 Todas as vezes que se achar no nome, ou verbo este, V, antes de vogal, pronunciar-se-á como consoante. Exemplo. *Atu ávula*, muytas pessoas. *Rierino ngauvu Missa yávula*; hoje ouui muytas missas. assi como pronunciamos na lingua Portugueza, *vulto*, *vida*, *verdade*, &c. E quando se achar este verbo, ou seja no principio do nome, ou verbo, ou no meyo com dous pontinhos em cima antes de vogal, se pronunciar-á como vogal. Exemplo, *üandanda üenda mo üanda üae*. A aranha anda pelas suas teas. *Iye üégile rierino*, *mucuenu üizamungu*. Tu vieste hoje, amanhã vir-á teu companheiro.

7 Quando se acharem os nomes, ou verbos estas sillabas, Gue, Gui, Que, Qui, se ham de pronunciar como no Portugues, Guerra, Guimaraës, Quero, Quinta. Exemplo na lingua de Angola, *Ngueza*, eu vim, *Nguengo*, mercador, *Nguiza*, eu venho, *Nguiri*, caroço de certa fruyta. *Enéuque*, por tanto. *Euquêlo*, funis. *Quirio*, Pè, *Quitumba*, matos, ou brenhas. Tirase a sillaba, Gue, que tambem algũas vezes se pronuncia o, v, como no latim, *Quæro*, *Questus*, & para se isto conhecer, a parto no nome, ou verbo, o v, da letra, E, com este sinal.

Exemplo. *Egúè*, assi he. *Nguèssu*, *Nguètu*, não queremos. *Nguènu*, vos outros nam quereis.

8 Esta língua de Angola faz em muitos nomes synalepha, como a latina, & Italiana: as muitas vezes a nam faço aonde se podem deixar sem erro: tirado onde seria erro, & nota nam se fazer synalepha. Exemplo. Mac amba ami, se faz synalepha. *Macamb'ami*, meus amigos. *Mona üetu*, *Mon'etu*, nosso filho, &c.

9 A letra, l, hãas vezes nesta lingua serue de consoante, ou, j, rasgado, & outras de vogal quando for consoante, ou rasgado, se vsará delle como no Portugues. Manjar, Monja &c. na lingua de Angola, exemplo. *Ginzò jami jaoôba*. As minhas cousas sam fermozas.

10 Finalmente se aduirta que he muito necessario pronunciar o nome, ou verbo com accento no fim, quando o tem & tambem nam se pronunciar quando o nam tem, porque muitas vezes se achaõ nomes, & verbos, que tem diuersa significaçam daquelles que tem, ou nam tem accento no fim. Exemplo. *Múcua*, & *Mucuà*. *Múcua*, he hũa certa fruta, & *Mucuà* quer dizer natural de tal parte, acrescentandolhe a terra de donde he natural. Exemplo. *Mucuà Ndongo*, natural do Reyno de Dongo. *Mucuà Matamba*, natural da Prouincia de Matamba. *Culûa*, assistir ao que come, para que lhe dê algũa couza, & *Culuà*, quer dizer pellejar, &ctae.

6.3.2 Dias (1697)

Advertencias de como se hade ler, & escrever, esta Lingua.

O Pronunciar, & escrever he como na lingua Latina, com advertencia que não tem R dobrado, nem no principio do nome, nem no meyo, verbi gratia. Rierino, hoje: Rimi, lingua.

As letras seguintes, B. D. G. V. Z. se lhe poem antes a letra N. verbi gratia Nburi, Carneiro. Ndungue, Traças. Ngombe, Boy. Nvula, Chuva. Nzambi, Deos.

As syllabas, qua, que, qui, quo, quu, pro-nunciaõ-se como no Portuguez, verbi gratia. Guiria, como. E assim saõ as seguintes, ga, gue, gui, go, gu. ja, je, ji, jo, ju. ya, ye, yi, yo, yu.

Todos os nomes, que começaõ por letra vogal, excepto as letras, l, u, escrevem-se no principio com H, verbi gratia. Hanga, perdiz.

Fazem frequentemente sinalefas algũs nomes, quando se ajunta o adjectivo ao sustantivo, & perdem muitas vezes duas, & mais le-

tras. verbi gratia. Macambaami, meus amigos; dizem, Macambàmi. Mubicaüàmi; dizem, Mubicàmi, meu escravo.

Tambem vay muito nos assentos, com que se escreve, ou se pronuncia; porque mudaõ a sustancia, & significaçãõ dos nomes. verbi gratia. Mûcua, certa fruta. Mucuâ, morador, ou habitador.

Todos os nomes, & verbos acabaõ em as vogaes, a, e, i, o, u, excepto quatro adverbios, que saõ os seguintes: lhim, que cousa he? Inahim, quem he? Maluahim, porquè razaõ? Ngahim, de que maneira?

Ambos os textos coincidem apenas parcialmente, como destacado no Quadro a seguir.

Pacconio & Couto	Dias
<i>nunca a lingua de Angola acaba em consoante, tirados algũs adverbios de interrogaçam</i>	<i>Todos os nomes, & verbos acabaõ em as vogaes, a, e, i, o, u, excepto quatro adverbios,</i>
	<i>Todos os nomes, que começaõ por letra vogal, excepto as letras, I, U, escrevem-se no principio com H,</i>
<i>Não tem esta lingua vogal de tras de muda, & liquida.</i>	
<i>Nunca dobram a letra, R, ou seja no principio do nome, ou no meyo.</i>	<i>naõ tem R dobrado, nem no principio do nome, nem no meyo,</i>
<i>A letra, I, hũas vezes nesta lingua serue de consoante, ou, j, rasgado, & outras de vogal quando for consoante, ou rasgado, se vsará delle como no Portugues. Manjar, Monja &c.</i>	
<i>Todas as vezes que se achar no nome, ou verbo este, V, antes de vogal, pronunciarseá como consoante</i>	
<i>E quando se achar este verbo, ou seja no principio do nome, ou verbo, ou no meyo com dous pontinhos em cima antes de vogal, se pronunciarà como vogal.</i>	
<i>De ordinario os nomes, ou verbos que começam nestas letras, B, D, G, V. consoante, & Z. se lhes poem hũa letra N, antes porque na pronunciaçam mostram que requerem este N.</i>	<i>As letras seguintes, B. D. G. V. Z. se lhe poem antes a letra N.</i>
<i>Aduirtase que os nomes, ou verbos que tem em algũa syllaba letras dobradas, vay muyto em pronunciallos com letra dobrada, & nam singela: porque na pronunciação differem o sentido</i>	
<i>Quando se acharem os nomes, ou verbos estas sillabas, Gue, Gui, Que, Qui, se ham de pronunciar como no Portugues, Guerra, Guimaraẽs, Quero, Quinta</i>	<i>As syllabas, qua, que, qui, quo, quu, pronunciaõ-se como no Portuquez, verbi gratia. Guiria, como. E assim saõ as seguintes, ga, gue, gui, go, gu. ja, je, ji, jo, ju. ya, ye, yi, yo, yu.</i>
<i>Tirase a sillaba, Gue, que tambem algũas vezes se pronuncia o, v, como no latim, Quæro, Questus, & para se isto conhecer, a parto no nome, ou verbo, o v, da letra, E, com este sinal.</i>	
<i>Esta li<n>gua de Angola faz em muitos nomes synalepha,</i>	<i>Fazem frequentemente sinalefas algũs nomes, quando se ajunta o adjectivo ao sustantivo, & perdem muitas vezes duas, & mais letras.</i>
<i>Finalmente se aduirta que he muito necessario pronunciar o nome, ou verbo com accento no fim, quando o tem & tambem nam se pronunciar quando o nam tem, porque muitas vezes se achaõ nomes, & verbos, que tem diuersa significaçam daquelles que tem, ou nam tem accento no fim.</i>	<i>Tambem vay muito nos assentos, com que se escreve, ou se pronuncia; porque mudaõ a sustancia, & significaçã dos nomes.</i>

As referências ao português, e também ao latim, expressas nos dois trabalhos permitem entender porque as *Advertências* são tão poucas: focalizaram apenas o que

seus autores consideraram estrangeiro. E não havia muito a considerar estrangeiro tomando por base uma estrutura CV com regras de correspondência iguais às do português.

Nesse contexto é interessante observar o tratamento dado às consoantes pré-nasalizadas — o traço ortográfico mais estrangeiro — marcadas na proposta ortográfica pela anteposição de um <n>: “*As letras seguintes, B. D. G. V. Z. se lhe poem antes a letra N*”. Os exemplos em Dias apresentam basicamente sua ocorrência no início absoluto de palavra, como em <nbata>. Nesse ambiente, em português, a sequência gráfica inicial <nasal-oclusiva> inexistente. Chama a atenção, porém, que nos demais ambientes a advertência não é seguida, e <n> deixa de ser a única marca dessas consoantes, surgindo também <m>, se antes de <p> e , como em <Nzambi>, por exemplo. Se o quimbundo se pronuncia como o latim/português, <mb> não será lido como no ataque da segunda sílaba: haverá a ressilabificação, de modo que <m> se torne a indicação da nasalidade da primeira vogal, no ataque da sílaba seguinte. No final de linha, ambiente privilegiado para a ocorrência de separação de sílabas, essa divisão é recorrente: é possível encontrar, na passagem de uma linha para a seguinte, <nzam-bi>, e não <nzambi>⁸¹. Outros exemplos:

RiNon-guenna (p.4),
Gin-dandu (p.5),
Nguitun-da (p.24),
ün-guibâ (p. 30),
culun-da (p. 34),
nga-na (p. 37),
moüam-belo (p.44),
Qiam-bote (p.45).

Pode-se argumentar que a separação ortográfica em sílabas não coincide necessariamente com a identificação da sílaba fonológica, uma vez que a tradição ortográfica do português seguia a tradição greco-latina. Dias não se afasta da divisão latina, cujo critério para a separação silábica era se uma sequência de consoantes

⁸¹ Em Pacconio & Couto é permitida a alternância entre <m> e til: <nzambi> e <nzâbi>.

poderia começar uma palavra (Matthews, 1994: 15)⁸²: <rm> não era uma sequência permitida em início de palavra em latim; daí a separação *ar-ma*, por exemplo; mas <st> era, como em *stadium*. É essa tradição que explica o tratamento diferente para dígrafos como <rr>, <ss>, <ll> de um lado e <nh> de outro. Dias mantém a tradição para várias sequências consonantais em português: *su-stantivo* (p.2), *antepo-sta* (p.9, 39), *cu-stumaõ* (p.10), *di-stinctiva* (p.11), (mas *es-tar*, p.42; *es-tes*, p. 47), *exce-pto* (p.12), *re-pondem* (p. 39).

Mas se não existe em português nem sempre estará assinalado em quimbundo: <Nginarià-zambi>, <gabangue>, <garielayo> (p. 3), < mabûba> (p. 6), <mugina> (p. 47), <bo> (p. 39; p. 40).

Uma vez que é tomado por base o alfabeto latino⁸³ — sem a adição de novos caracteres — não se informa qual é o conjunto de letras considerado, nem seus nomes nessa língua, nem a ordem de apresentação desse conjunto, nem a lista de diacríticos com a informação acerca dos segmentos a que se ligam, nem o conjunto de sinais de pontuação; não é necessário assinalar que a leitura se faz da esquerda para a direita, seguindo a sequência das letras no texto, que não têm variação na dependência de estarem apresentadas em isolado ou com ligaturas.

Os sinais de pontuação são os mesmos e seguem também os usos em português da época. Assim, as perguntas, por exemplo, são assinaladas com apenas um ponto de interrogação, ao final da pergunta, e não com um no começo e outro ao final. O uso de caixa alta se dá basicamente depois de ponto ou no início de nomes próprios, embora seu emprego seja variável no tocante a nomes sagrados (<nzambi>, p. 11 /<Nzambi>, p.17) .

Os espaços em branco lá estão, mas a mesma sequência pode receber diferentes separações na mesma obra: <Mulongaou> (Dias, p. 9) , <Mulonga ou> (Dias, p.10), ‘esta palavra’.

⁸² Nas palavras de Leão (1576: 36v): “*Se as duas consoantes forem compatiueis de se ajuntarem, ambas irão sempre com a vogal seguinte, & nehũa com a precedente, como di-gno, re-gno, ho-spede, ca-sto, scri-pto*”.

⁸³ A descrição das características de uma escrita em alfabeto latino toma por base Hosken (2003).

A afirmação de Dias de que “*O pronunciar, e escrever he como na lingua Latina*” e a percepção da diferença entre as ortografias ou, contrariamente, de sua completa igualdade ficou registrada no tratamento dado aos empréstimos. Em Pacconio & Couto (1642), a norma foi a manutenção da grafia portuguesa, como nos exemplos a seguir:

Domingo, festa (p. 4v);
Paschoa (p. 6v);
Sam Miguel Archanjo (p. 7v);
Spirito Santo (p.17);
seyo de Abraham (p. 24v).
purgatorio (p. 29v);
Iesu Christo, Santa Igreja Catholica, Christãos, Sacramento (p. 32v);
Adam, Eva (p. 74v);
Anjo, Anjo Gabriel, Virgem Maria (p. 78v);
Sabbado (87v);

Em Dias há poucos exemplos. As estratégias variam: Pontio Pilato (p. 44) e dois exemplos, tentativas de fazer a grafia representar a pronúncia em quimbundo: *Petolo*, ‘Pedro’, *Fula* ‘Francisco’ (p. 41), Manino ‘Manuel’ (p. 3; p. 47).

Se ficou tudo igual ao português, onde ficou a dificuldade apontada na hipótese? É o que se discute a seguir.

7 Espaços e palavras

“A leitura de um texto sem espaçamento [entre palavras] não é fácil”. Assim começa a carta de [Rayner & Pollatsek \(1996\)](#) ao editor de *Vision Research*. Os autores rechaçavam as conclusões de estudo de Epelboim *et alii*⁸⁴ apresentado anteriormente à mesma publicação, confirmavam conclusões em [Spragins et alii \(1976\)](#) e discutiam os problemas do outro artigo.

Sem espaços — ao menos numa escrita alfabética que não tenha caracteres especiais para início ou para o final de palavras — a leitura se torna mais difícil, porque, sem saber onde começa e onde termina uma palavra, o acesso lexical é dificultado, mesmo na palavra fixada ([Rayner & Pollatsek \(1996: 462\)](#)). Sem os espaços, “*all subjects resorted to a letter-by-letter-like processing strategy in reading*” ([Spragins et alii \(1976: 36](#); também p.41). Há mais regressões e as fixações são mais longas.

7.1. Os espaços ajudam, mas depende...

[Bassetti \(2009\)](#) demonstra que o aumento na dificuldade na leitura em decorrência da falta de espaços entre palavras não pode ser universalizada. Revendo a literatura aponta que experimentos que adicionaram espaços em sistemas de escrita que não marcam os limites das palavras não demonstraram facilitação.

Seu estudo sobre a influência de espaços na leitura em hanzi e em *pinyin*⁸⁵ — com falantes de inglês leitores de chinês como sistema de escrita de segunda língua e chineses — demonstrou que os espaços no pinyin ajudaram a leitura dos nativos de inglês, mas não dos chineses; quanto aos hanzi, não melhorou a leitura de qualquer dos

⁸⁴ EPELBOIM, Julie; James BOOTH & Robert M. STEINMAN. 1994. Reading unspaced text: Implications for theories of reading eye movements. *Vision Research* 34: 1735-1766.

⁸⁵ Sistema de escrita suplementar oficial para o chinês padrão, com caracteres latinos e diacríticos para a marcação de tons. Os espaços podem ser usados para separar sílabas uma vez que o hanzi fonologicamente equivale a uma sílaba. O pinyin “*It is a supplementary writing system, which is used as a pedagogical tool for both Chinese children and second language (L2) learners, and for applications such as bibliographical references and software development*” ([Bassetti, 2009: 758](#)).

grupos; enfim, há relevância das características do sistema de escrita de primeira língua, mas também das características do sistema da segunda língua.

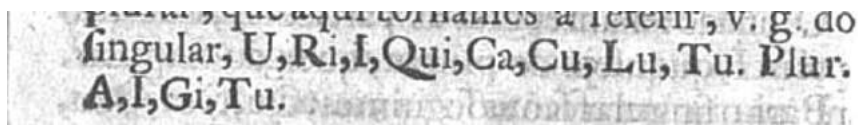
With regard to English readers of CSL [Chinese Second Language – MCR], interword spacing facilitates their pinyin reading, or vice versa the absence of interword spacing negatively affects their pinyin reading. The effect of interword spacing could be due to their L1 writing system, as well as to the orthographic conventions of pinyin. English readers are facilitated by the presence of interword spacing when reading English. Therefore, they are also facilitated when reading an L2 writing system, at least one that is normally written with interword spacing. King (1983) suggested two reasons why interword spacing does not facilitate Chinese native readers, which could help explain the differences between the two groups in this study. First, King proposed that Chinese readers carry over a preference for syllables from hanzi reading to pinyin reading. If that is so, English CSL readers could be carrying over a preference for orthographic words from their word-spaced L1 writing system. Second, King argued that Chinese speakers consider their language monosyllabic. If that is so, English speakers, who think that English is made of words, might consider the word the natural unit of reading for Chinese as well. Indeed, research shows that English CSL speakers segment Chinese texts into words similarly to the way pinyin does, whereas Chinese readers produce more varied segmentations, based on different criteria (Bassetti, 2005, 2007).
(Bassetti, 2009: 767)

7.2. Os espaços na exemplificação em quimbundo

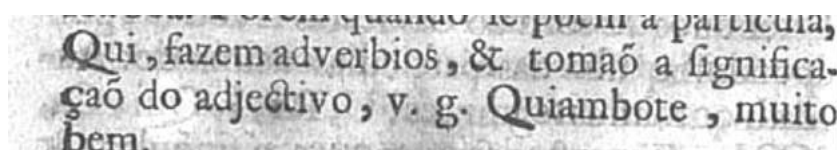
Em trabalho anterior (Rosa, 2013), na discussão sobre as decisões para a edição do texto, reconheci nos espaços em geral uma das causas de dificuldade na leitura da [Arte](#):

Há, porém, um nível de dificuldade na leitura da *Arte* que parece estar diretamente ligado à mancha tipográfica original: a sensação de que tudo está junto. O espacejamento compacta as linhas de tal modo que as maiúsculas e diacríticos ou maiúsculas e hastes inferiores, em linhas distintas, podem tocar-se
(Rosa, 2013: 111)

Apresentava, então, dois exemplos: a letra <g>, minúscula, que toca o <i> maiúsculo da linha inferior



e a haste do <q> maiúsculo que toca o diacrítico da linha inferior:



E completava:

Se, perante uma edição atual, um leitor hábil é capaz de visualizar de imediato blocos de texto e sua hierarquização, a mancha da *Arte* esconde esse tipo de informação. Os subtítulos têm fonte de tamanhos que não indicam a mudança ou a subordinação de tema, nem parecem acompanhar o paralelismo na hierarquia: comparem-se, para exemplo, o primeiro deles (“*Advertencias de como se hade ler, & escrever esta Lingua*”, p. 1) e o segundo (“*Dos Nominativos*”, p. 4).
(Rosa, 2013: 112)

Quanto aos espaços entre palavras apenas informei que “*Nos exemplos em quimbundo foram introduzidos separadores entre palavras, mas, na ausência de ortografia para as línguas nacionais de Angola, manteve-se aquela na obra de Dias*” (Rosa, 2013: 113).

Deixando de lado os exemplos que se apresentam na obra em palavras isoladas, nos enunciados com mais de uma palavra há espaçamento, mas variável. Alguns exemplos:

O cugiba quimaquiaïba (p. 35)

O cugibaatu ne quiâ oaba (p. 35)

Quimaquiequi (p.10)

Químaquinène (p.11)

Momaca aa amba atu ayari (p. 34),

Mo maca aa amb a atu ayâri (Gentio, 1v)

Notubiotu oâtu (p.35)

Otubiâ (p.29)

Atuazóla (p. 21)

omala opembela yâyé (p.33)

Mala anene (p.37)

O exemplo está em O, antes de mala, & em O, antes de pembala (p.33)

Eme guia ne Petolo (p.44)

emengamugibile (p. 33)

Nguia mocutonoca (p.45)

Oituxiyò gabangue garielayo (p.3)

Nguizemba oituxi cuema rianzambi (p.46)

Nzambi ngana yâmi, o ituxi yosso ngacalacala, ngarielayo, ngaitaculaxi, ngaitende, yanguibila quinène: ombata ngacussaüile nayo eye ngana yami. (p. 37)

Levando em conta que a *Arte* faz referência ao catecismo de Pacconio & Couto por duas vezes (p. 9 e 34), esta obra também deveria circular entre os iniciantes. E a variação aumenta:

Nzãbi ngana yami oituxi yesse ngacala calà, ngarielâyo, ngaitaculaxi, ngaitê de, yãguibila quinène: ene ngacussaüile nayo iye ngana yami (Gentio, p. 6v)

Com a constante variação da demarcação da palavra, uma das condições para a formação de um léxico ortográfico é dificultada, pois, como nota Morais (2013a: 119), *“Os estudos experimentais têm comprovado que a decodificação repetida e com êxito da mesma palavra (ou palavra nova) conduz à retenção de sua forma ortográfica”*.

8 Considerações finais

No século XVII o português escrito já faz uso consistente de espaços entre palavras, como exemplificado na [Arte](#). O mesmo não acontece na obra com a parte em quimbundo. Há espaços, mas não é claro o critério para sua utilização. Se no sistema de escrita de primeira língua os espaços tinham emprego consistente, seria esperável que facilitassem a leitura no quimbundo.

Longas sequências numa língua desconhecida, em que espaços não delimitam necessariamente uma palavra dificultariam a formação de um léxico ortográfico, porque a facilitação do reconhecimento em razão da frequência é possível, mas depois de muito estudo do material. Assim, o acesso direto que a rota lexical disponibilizaria deveria ficar prejudicado. Não detectamos outro tipo de informação morfológica, mas face a um sistema de escrita transparente esse não seria um grande problema.

Por fim: estamos face a um sistema de escrita para o português e outro para o quimbundo ou temos apenas um sistema de escrita? O inventário de caracteres é o mesmo e as regras de correspondência são as mesmas, o que faria o leitor ter de lançar mão prioritariamente da rota fonológica, letra a letra. Então, onde ficaria a dificuldade, pressuposta na hipótese inicial, apresentada na [Seção 1.1. \(p.4\)](#)? A dificuldade seria extrair significado do texto em quimbundo, se lido sem a parte em português. Era uma ortografia para pronunciar o que vissem escrito, como um precursor dos alfabetos fonéticos, porque o significado estava no texto na língua do missionário.

É uma hipótese, mas a que os relatos sobre a pregação em japonês de Francisco Xavier dão plausibilidade. Então ninguém chegaria a aprender quimbundo? Esse era o estágio inicial; depois que chegassem aonde a língua era falada, *usus te plura docebit*.

Referências

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Trad. André Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2009. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, Charlotte, Helder GARMES & Fernando Rosa RIBEIRO (org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 15-25.

ALMEIDA, Matthew. 1992. Jesuit contribution to Indian languages. In: SOUZA, Teotônio R. de & Charles J. BORGES (eds). 1992. 413p. p. 195-208.

ÁLVARES, Manuel. 1572. *De institutione grammatica libri tres*. Lisboa: João Barreiro. Ed. fac-similar: [s.l.] Junta Geral do Distrito Autónomo de Funchal, [1974].

Disponível em:

<http://www.scribd.com/doc/13567062/1572gramatica-latina>

<http://purl.pt/14122/2/>

[Acesso em 01 Nov 2010].

ANASTÁCIO, Vanda. 2007. “Heróicas virtudes e escritos que as publiquem”. D. Quixote nos papéis da Restauração. *Iberoamericana*. Nueva época, 7 (28): 117-136. Diciembre de 2007.

Disponível em:

[http://www.iai.spk-](http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/2007/Nr_28/28_Anastacio.pdf)

[berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/2007/Nr_28/28_Anastacio.pdf](http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/2007/Nr_28/28_Anastacio.pdf)

[Acesso em 11 Nov 2014].

ANCHIETA, José de. 1595. *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz.

Disponível em:

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00059200#page/10/mode/1up>

[Acesso em 13 Out 2014].

ANTT. 1647. Processo de Domingos Lopes Rosa.

Disponível em:

<http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=2301705>

[Acesso em 11 Nov 2014].

ARAÚJO, Antônio de & Bartolomeu LEÃO. *Catecismo brasilico da doutrina christãa, com o ceremonial dos sacramentos, & mais actos Parochiaes. Composto por Padres Doutos*

da Companhia de Jesus, Aperfeiçoado, & dadod a luz pelo Padre Antonio de Araujo da mesma Companhia, Emendado nesta segunda impressã pelo Padre Bertholameo de Leam da mesma Companhia. Lisboa: Miguel Deslandes, 1686.

Disponível em:

<https://archive.org/stream/catecismobrasili00ara#page/n7/mode/2up>

[Acesso em 4Dez 2014].

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. 1953. *Convenção para a grafia de nomes tribais*. In *Revista de Antropologia* 2 (2). 150-152. Dez 1954.

AZEVEDO, Ana Maria de. 2004. O contributo dos jesuítas para o povoamento da região platina. INSTITUTO CAMÕES. *Colóquio internacional Território e Povoamento - A presença portuguesa na região platina*. Colonia del Sacramento, Uruguai, 23 a 26 de março de 2004.

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fcvc.instituto-camoes.pt%2Fconhecer%2Fbiblioteca-digital-camoes%2Fcoloquios-e-congressos%2Fa-presenca-portuguesa-na-regiao-platina%2F398-398%2Ffile.html&ei=9CeQVKmrKcSQsQT17YGgCg&usg=AFQjCNGX6e1l41yEFJnDW84Sm7X-brlVCQ&sig2=ZYq-VTEh3ulvc6KqX4-aRQ&bvm=bv.81828268,d.cWc&cad=rjt>

[Acesso em 16Dez 2014].

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). 2000. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2000. 4vv.

Disponível em:

http://www.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=993&lang=1&artigoID=373

[Acesso em 8Jan 2015].

BAIÃO, Domingos Vieira.1946. *O kimbundo sem mestre*. Porto: Imprensa Moderna.

BARBOSA MACHADO, Diogo. 1752. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues. 3 vv.

BARRON, J. P. & Toru MARUYAMA. 1993. *Interpreting the interpreter*. Nagoya : Nanzan University.

Disponível em:

<http://joao-roiz.jp/mtoyo/Sernancelhe/Maruyama/Baron-Maruyama-interpreting-interpreter.pdf>

[Acesso em 23 Nov 2014].

BASSETTI, Benedetta. 2009. Effects of adding interword spacing on Chinese reading: A comparison of Chinese native readers and English readers of Chinese as a second language. *Applied Psycholinguistics* 30 (2009), 757–775.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/231787908_Effects_of_adding_interword_spacing_on_Chinese_reading_A_comparison_of_Chinese_native_readers_and_English_readers_of_Chinese_as_a_second_language

[Acesso em 18Jan2015].

[BATHE, William]. *Ianua linguarum, sive Modus maxime accommodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas Salmanticae* [Salamanca]: Franciscum de CeaTesa, 1611.

BLOOMFIELD, Leonard. 1933. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press. 1984.

BLUTEAU, Raphael. 1712-1721. *Vocabulario Portuguez, e Latino Autorizado com exemplos dos melhores escritores Portuguezes, e Latinos*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 9t.

Disponível em:

<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>

[Acesso em 2Jan 2015].

BOLGER, Donald J. , Charles A. PERFETTI & Walter SCHNEIDER. 2005. Cross-cultural effect on the brain revisited: universal structures plus writing system variation. *Human Brain Mapping* 25: 92-104.

Disponível em:

<http://www.pitt.edu/~perfetti/PDF/Cross-cultural%20effect.pdf>

[Acesso em 2Jan 2015].

BONET, Juan Pablo. 1615-1620. *Reduction de las letras y arte pera enseñar a ablar los mudos*. Madrid: Francisco Abarca de Angulo.

Disponível em:

<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?pid=d-180918>

[Acesso em 2Dez 2014].

BONTINCK, François & D. Ndembe NSASI. 1978. *Le catéchisme kikongo de 1624*. Réédition critique. Bruxelles: Koninklijke Academie voor Overzeese Wetenschappen.

Disponível em em:

[http://www.kaowarsom.be/documents/MEMOIRES_VERHANDELINGEN/Sciences_morales_politique/Hum.Sc.\(NS\)_T.XLIV,5_BONTINCK%20F.%20et%20NDEMBE%20NSASI%20N.Le%20cat%C3%A9chisme%20Kikongo%20de%201624%20r%C3%A9dition%20critique_1978.pdf](http://www.kaowarsom.be/documents/MEMOIRES_VERHANDELINGEN/Sciences_morales_politique/Hum.Sc.(NS)_T.XLIV,5_BONTINCK%20F.%20et%20NDEMBE%20NSASI%20N.Le%20cat%C3%A9chisme%20Kikongo%20de%201624%20r%C3%A9dition%20critique_1978.pdf)

[Acesso em 13 Out 2014].

BRASIL/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. 1997. *Parâmetros Curriculares Nacionais (1a. a 4a. séries) –Volume 2 - Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF,

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>

[Acesso em 24Jan2015].

BRÁSIO, António. 1952. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1471-1531)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. vol. I

Disponível em

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S01-V01&p=1>

[Acesso em 13 Out 2014].

BRÁSIO, António. 1954. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1469-1599)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. vol. IV

Disponível em

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S01-V04&p=1>

[Acesso em 13 Out 2014].

BRÁSIO, António. 1956. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1622-1630)* . Lisboa: Agência Geral do Ultramar. vol. VII

Disponível em

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S01-V07&p=1>

[Acesso em 13 Out 2014].

BRÁSIO, António. 1960. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1631-1642)* . Lisboa: Agência Geral do Ultramar. vol. VIII

Disponível em

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S01-V08&p=1>

[Acesso em 13 Out 2014].

BRÁSIO, António. 1965. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1647-1650)* . Lisboa: Agência Geral do Ultramar. vol. X

Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S01-V10&p=1>

[Acesso em 19Jan 2015].

BRÁSIO, António. 1971. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1651-1655)* . Lisboa: Agência Geral do Ultramar. vol. XI

Disponível em:

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S01-V11&p=1>

[Acesso em 19Jan 2015].

BRÁSIO, António. 1981. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1656-1665)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. vol. XII

Disponível em

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S01-V12&p=1>

[Acesso em 13 Out 2014].

BRÁSIO, António. 1982. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1666-1885)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. vol. XIII

Disponível em

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S01-V13&p=1>

[Acesso em 26Out 2014].

BRÁSIO, António. 1988. *Monumenta missionaria africana: África Ocidental (1656-1665)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. vol. XV.

Disponível em

<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/MonumentaAfricana/MonumentaAfricana-S01-V15&p=1>

[Acesso em 13 Out 2014].

BUCHWEITZ, Augusto *et alii*. 2009. Brain activation for reading and listening comprehension: An fMRI study of modality effects and individual differences in language comprehension. *Psychology & Neuroscience*, 2009 (2) 2: 111 – 123.

Disponível em:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3081613/>

[Acesso em 13 Out 2014].

CAMARGO, Angélica Ricci. 2011. Aulas régias. In: Programa de Pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira/MAPA / Arquivo Nacional.

Disponível em:

<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4566>

[Acesso em 30Dez 2014].

CAMÕES, Luís de. 1572. *Os Lusíadas*. Ed. crítica de Francisco da Silveira Bueno. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.

CANNECATTIM, Bernardo Maria de. 1805. *Collecção de Observações Grammaticaes sobre a Lingua Bunda, ou Angolense*. Lisboa : Impressão Régia, 1805.

Disponível em:

http://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=g3QOAAAAQAAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=Bernardo+Maria+de+Cannecattim&ots=6xaL2sB5YF&sig=0wxKB-JBfC7PYtjlePNAp5VbN3U&redir_esc=y#v=onepage&q=Bernardo%20Maria%20de%20Cannecattim&f=false

[Acesso em 30Dez 2014].

CARDOSO, Armando. 1996. *Cartas e escritos de S. Francisco Xavier*. São Paulo: Loyola.

CARRUTHERS, Mary. 2008. *The book of memory: A study of memory in medieval culture*. 2nd edn. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.

CHANGIZI, Mark A., Qiong ZHANG, Hao YE & Shinsuke SHIMOJO. 2006. The structures of letters and symbols throughout human history are selected to match those found in objects in natural scenes. *The American Naturalist* 167 (5). E117-E139. Maio 2006.

Disponível em:

<http://www.changizi.com/junction.pdf>

[Acesso em 30Dez 2014].

CHANGIZI, Mark & Shinsuke SHIMOJO. 2005. Character complexity and redundancy in writing systems over human history. *Proceedings of the Royal Society B*. 272. 267-275.

CHATELAIN, Héli. 1893. Names of Angola, West Africa. *Journal of the American Geographical Society of New York*, 25: 304-312.

Disponível em

<http://www.jstor.org/stable/197042>

[Acesso em 20Jan2015].

CHATELAIN, Héli. 1888-1889. *Grammatica elementar do Kimbundo ou lingua de Angola*. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt.

Disponível em

<http://www.archive.org/stream/kimbundugrammar00chatgoog#page/n28/mode/2up>
<http://s234.photobucket.com/albums/ee130/katulembe/Gramatica-Heli%20Chatelain/>

[Acesso em 21Jan2015].

CHEN, Ping. 1996. Towards a phonographic writing system of Chinese: a case study in writing reform. *International journal of the sociology of language*, 122 (1) 1-46

Disponível em:

<http://www.degruyter.com/view/j/ijsl.1996.issue-122/ijsl.1996.122.1/ijsl.1996.122.1.xml>

[Acesso em 21Jan2015].

CHOMSKY, Noam. 1977. *Diálogos com Mitsou Ronat*. Trad. A. Lorencini e S. M. Nitrini. São Paulo: Cultrix, s.d.

CHOMSKY, Noam. 2000. *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

CLANCHY, M. T. 2013. *From memory to written record: England 1066-1307*. Malden/Oxford/ Chichester: Wiley-Blackwell.

COLTHEART, Max. 2005. Modelando a leitura: a abordagem da dupla rota. In: SNOWLING, Margaret J. & Charles HULME (orgs.). *A ciência da leitura*. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2013.

COOK, Vivian & Benedetta BASSETTI. 2005. An introduction to researching second language writing systems. In: COOK, Vivian & Benedetta BASSETTI (eds). 2005. *Second language writing systems*. Clevedon/Bufalo/ Toronto: Multilingual Matters Ltd. p. 1-67.

COULMAS, Florian. 1999. *The Blackwell Encyclopedia of Writing Systems*. Oxford: Blackwell..

COULMAS, Florian. 2003. *Writing systems: An introduction to their linguistic analysis*. Cambridge, U.K.:Cambridge University Press.

COULMAS, Florian. 2013. *Escrita e sociedade*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

DEHAENE, Stanislas. 2009. *Reading in the brain*. New York: Penguin Books.

DEHAENE, Stanislas & Laurent COHEN. 2007. Cultural recycling of cortical maps. *Neuron* 56 : 384-398.

Disponível em:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17964253>

[Acesso em 12Jan2015]

DEHAENE, Stanislas & Laurent COHEN. 2011. The unique role of the visual word form area in reading. *Trends in Cognitive Sciences* 15 (6): 254-262.

Disponível em:

[http://www.cell.com/trends/cognitive-sciences/abstract/S1364-6613\(11\)00073-8?_returnURL=http%3A%2F%2Flinkinghub.elsevier.com%2Fretrieve%2Fpii%2FS1364661311000738%3Fshowall%3Dtrue](http://www.cell.com/trends/cognitive-sciences/abstract/S1364-6613(11)00073-8?_returnURL=http%3A%2F%2Flinkinghub.elsevier.com%2Fretrieve%2Fpii%2FS1364661311000738%3Fshowall%3Dtrue)

[Acesso em 15Jan2015]

DEJÉRINE, Joseph. 1892. *Contribution à l'étude anatomo-pathologique et clinique des différentes variétés de cécité verbale*. Société de Biologie. 9a. série 4:61–90.

Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&ved=0CFMQFjAG&url=http%3A%2F%2Fpublikationen.ub.uni-frankfurt.de%2Ffiles%2F23183%2FE00018216_ocr.pdf&ei=V_xkVOKRM4ObgwT8v4EY&usq=AFQjCNFjuCaDpSNLpWKmDthCyePvPDxtzg&sig2=zrztcqypY_Mt5pRBHgJJ_Q&bv m=bv.79189006,d.eXY&cad=rjt

[Acesso em 13Nov2014]

DESLANDES, Venâncio. 1888. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1988. Fac-símile.

DIAS, Pedro. *Arte da lingua de Angola, oeferecida [sic] a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, & Senhora dos mesmos Pretos*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Anno 1697.

Disponível em:

<http://200.144.255.123/Imagens/Biblioteca/YAN/Media/YAN3387-1.pdf>
<https://archive.org/stream/artedalinguadean00dias#page/n5/mode/2up>

[Acesso em 26 Out2014].

DIRINGER, David. 1962. *A escrita*. Trad. A. Luiz. Lisboa: Verbo, 1985.

DOMINGUES, Francisco Contente & Inácio GUERREIRO. 1988. A vida a bordo na carreira da Índia (Século XVI). *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXIV : 185-225.

Disponível em:

<http://www.iict.pt/imagens/198.pdf>

[Acesso em 2Jan2015].

EPELBOIM, Julie; James BOOTH & Robert M. STEINMAN. 1994. Much ado about nothing: The place of space in text. *Vision Research* 36: 465-470..

Disponível em:

http://ac.els-cdn.com/004269899500131X/1-s2.0-004269899500131X-main.pdf?_tid=14725cda-9f17-11e4-b2a2-00000aacb360&acdnat=1421588400_d8a016b56f8488002c6474bd7b9a760c

[Acesso em 18Jan2015].

ESTÊVÃO, Tomás. 1640. *Arte da lingua canarim* composta pelo Padre Thomas Esteuão da Companhia de Iesus & acrescentada pello Padre Diogo Ribeiro da mesma Companhia. E nouamente reuista. & emendada por outros quatro Padres da mesma Companhia. Rachol: Collegio de S. Ignacio, 1640.

FAGARD, Jacqueline & Riadh DAHMEN. 2003. The effects of reading-writing direction on the asymmetry of space perception and directional tendencies: A comparison between French and Tunisian children. *Laterality* 8 (1). 39-52, 2003.

Disponível em:

http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713754473?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%3dpubmed#.VMAaekfF8rU

[Acesso em 18Jan2015].

FARIA, Patrícia Souza de. A Companhia de Jesus. In: *Rede Memória/Rede da Memória Virtual Brasileira*.

Disponível em:

<http://redememoria.bn.br/2012/01/a-companhia-de-jesus/>

[Acesso em 25Out2014]

FARIA, Maria Isabel & Maria da Graça PERICÃO. 2008. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. Coimbra: Almedina

FEIJÓ, Antônio de Moraes Madureira. 1739. *Orthographia, ou Arte de escrever, E Pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa* Coimbra: Luis Seco Ferreira.

Disponível em:

<http://purl.pt/13/3/#/0>

[Acesso em 25 Out 2014]

FERRARO, Alceu Ravanello. 2002 Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. *Educação & Sociedade*, .23 (81): 21-47.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13930.pdf>

[Acesso em 30Dez 2014]

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. 1999. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. [1722]. *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*. Fac-símile da edição de 1722. Rio de Janeiro: MINC/FBN, 2010.

FIORIN, José Luiz & Margarida PETTER. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto.

Prefácio disponível em:

<http://www.editoracontexto.com.br/autores/jose-luiz-fiorin/africa-no-brasil.html> .

[Acesso em 13 Out 2014].

FRITH, Utah. 1979. Reading by eye and writing by ear. In: KOLERS, Paul A., Merald E. WROLSTAD & Herman BOUMA. *Processing of visible language*. Nova York: Plenum Publishing Corporation.

Disponível em:

http://www.icn.ucl.ac.uk/dev_group/ufrith/documents/Frith,%20Reading%20by%20ear%20and%20writing%20by%20ear%20copy.pdf

[Acesso em 7 Jan 2015].

FRITH, Utah. 1985. Beneath the surface of developmental dyslexia. In PATTERSON, K., J. MARSHALL & M. COLTHEART (eds.), *Surface Dyslexia, Neuropsychological and Cognitive Studies of Phonological Reading*. London: Erlbaum. p. 301-330.

Disponível em:

http://www.icn.ucl.ac.uk/dev_group/ufrith/documents/Frith,%20Beneath%20the%20surface%20of%20developmental%20dyslexia%20copy.pdf

[Acesso em 7Jan 2015].

FUSCO, Wilson & Ricardo OJIMA. 2014. As categorias de cor e raça nos censos brasileiros. In *Coletiva*, 14, maio/jun/jul/ago 2014.

Disponível em:

http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=202:mem%C3%B3ria

[Acesso em 1Jan 2015].

G1. *Saiba detalhes do desempenho de Tiririca nas provas de leitura e QI - Deputado eleito contratou especialistas para se preparar para os testes. Apesar de cometer erros, Tiririca foi considerado apto pela Justiça Eleitoral.*

Disponível em:

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/saiba-detalhes-do-desempenho-de-tiririca-nas-provas-de-leitura-e-qi.html>

[Acesso em 30Dez 2014]

GELB, Ignace J. 1952. *Historia de la escritura*. Trad. A. Adell. Madrid: Alianza, 1985.

GILLIARD, Frank D. 1993. More silent reading in Antiquity: Non omne verbum sonabat. *Journal of Biblical Literature* 12 (4). 689-694 (Winter, 1993).

Disponível em:

<http://www.istor.org/discover/10.2307/3267404?sid=21105125311091&uid=2&uid=4>

[Acesso em 30Dez 2014]

GLEASON Jr., H. A. 1961. *Introdução à Linguística Descritiva*. Trad. J. Pinguelo. Lisboa: Calouste Gulbenkian, [1978].

GNANADESIKAN, Amalia E. 2009. *The writing revolution: Cuneiform to the internet*. [Oxford]: Wiley-Blackwell.

GONÇALVES, Nuno da Silva. s.d. *Padroado*. Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Disponível em:

<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve//content.php?printconceito=1197>

[Acesso em 26Out2014].

GONÇALVES, Maria Filomena. 2003. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia/ Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

GONÇALVES, Rosana Andréa. 2008. *África indômita: missionários capuchinos no Reino do Congo (século XVII)*. São Paulo: USP/ Programa de História Social. Dissertação de mestrado.

Disponível em

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16012009-144257/publico/ROSANA_ANDREA_GONCALVES.pdf

[Acesso em 01 Mar 2011].

GRINBERG, Keila. 2011. Por que Rui Barbosa mandou queimar os documentos da escravidão? In *Ciência Hoje das Crianças*. Disponível em:

<http://chc.cienciahoje.uol.com.br/por-que-rui-barbosa-mandou-queimar-os-documentos-da-escravidao/>

[Acesso em 03Out 2014].

GUSMÃO, Alexandre. [1685] 2004. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. Edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio & Jânia Martins Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HALE, John K. 1995. Observations on Milton's accents. *Renaissance and Reformation/ Renaissance et Réforme* 10 (3). 23-34.

Disponível em

<http://jps.library.utoronto.ca/index.php/renref/article/viewFile/11626/8529>

[Acesso em 27Out 2014].

HICKEY, Tina. 2005. Second language writing systems: Minority languages and reluctant readers. In: COOK, Vivian & Benedetta BASSETTI (eds). 2005. *Second language writing systems*. Clevedon/Buffalo/ Toronto: Multilingual Matters Ltd. p. 398-423

HOSKEN, M. 2003. *Creating an Orthographic Description*.

Disponível em:

http://scripts.sil.org/cms/scripts/render_download.php?site_id=nrsi&format=file&media_id=OrthographyDescPaper&filename=OrthographyDescPaper.pdf

[Acesso em 27Out 2014].

HOUAISS, Antônio & Mauro Salles VILLAR. 2001. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

HUGO DE SÃO VÍTOR. *Didascálicon/ Da arte de ler*. Introd. e trad Antonio Marchionni. Petrópolis: Vozes, 2001.

HYMAN, Larry M. 2010. How To Study a Tone Language, with exemplification from Oku (Grassfields Bantu, Cameroon). *UC Berkeley Phonology Lab Annual Report (2010)* – DRAFT VERSION

Disponível em:

http://linguistics.berkeley.edu/phonlab/annual_report/documents/2010/Hyman%20PLAR%20How%20To%20Study%20a%20Tone%20Language.pdf

[Acesso em 10Nov 2014].

INFO-ANGOLA. 2008-2014. *A biblioteca virtual de Angola*. Angola – Idioma.

Disponível em:

http://www.info-angola.ao/index.php?option=com_content&task=view&id=119&Itemid=839

[Acesso em 27Nov2014]

IBGE- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. 1956. *Brasil: Censo demográfico*. IBGE: Rio de Janeiro, 1956.

Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_I_Brasil.pdf

[Acesso em 1Jan2015]

ISTO É. Tiririca soube ler e escrever em teste, diz presidente do TRE-SP. Artista é alvo de uma ação penal aberta para investigar se houve falsificação em sua declaração de escolaridade. 11/11/2010.

Disponível em:

http://www.istoe.com.br/reportagens/110515_TIRIRICA+SOUBE+LER+E+ESCREVER+E+M+TESTE+DIZ+PRESIDENTE+DO+TRE+SP?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage

[Acesso em 12Jan2015]

JOYCE, Terry & Susanne R. BORGWALDT. 2013. Typology of writing systems: Introduction. In: BORGWALDT, Susanne R. & Terry JOYCE (eds.). *Typology of Writing Systems*. Amsterdam: John Benjamins, p. 1-11.

Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=hZERymhgenUC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>

[Acesso em 5Jan2015]

KNOX, Bernard M. W. 1968. Silent reading in Antiquity. *Greek, Roman, and Byzantine Studies*, 9: 421-435

Disponível em:

<http://grbs.library.duke.edu/article/download/10731/4297>

[Acesso em 29Nov2014]

LACOUTURE, Jean. 1991. *Os Jesuítas: 1. Os conquistadores*. Trad. de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEÃO, Duarte Nunes. 1576. *Orthographia da lingoa portugues: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem; Item hum tractado dos pontos das clausulas*. Lisboa: João de Barreira, 1576.

Disponível em:

http://purl.pt/15/4/res-277-2-v_PDF/res-277-2-v_PDF_24-C-R0150/res-277-2-v_0000_rosto-78v_t24-C-R0150.pdf

[Acesso em 17Jan2015].

LEITE, Serafim. 1938-1950. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Ed. fac-similar. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. 10 v.

LEITE, Serafim. 1938-1950. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004. 4v.

LEITE, Serafim. 1949. Características do primeiro ensino popular no Brasil (1549-1759). Republicado em LEITE, Serafim. 1965. *Novas páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Disponível em:

<http://www.brasiliana.com.br/obras/novas-paginas-de-historia-do-brasil>

[Acesso em 22Nov 2014].

LENNEBERG, Eric H. 1964. A capacidade de aquisição da linguagem. Trad. Miriam Lemle. In: COELHO, Marta, Miriam LEMLE & Yonne LEITE (org). *Novas perspectivas linguísticas*. Petrópolis: Vozes. p. 55-92

LEWIS, M. Paul, Gary F. SIMONS, Charles D. FENNIG (eds.). 2014. *Ethnologue: Languages of the World*, 17th. edn. Dallas, Texas: SIL International.

Online: <http://www.ethnologue.com>

[Acesso em 27 Mar 2014].

LISÓN TOLOSANA, Carmelo. 2005. *La fascinación de la diferencia: la adaptación de los jesuitas ao Japón de los samuráis, 1549-1542*. Madrid: Akal. L'Observateur Kongo. s.d.

Disponível em:

<http://www.nekongo.org/observateur/kongo-0204/ntinukongo.html>

[Acesso em 26 Out 2014].

LOUWRENS, L. J. 1988. Contributions made by the Portuguese to the development of Bantu Linguistics between 1500 and 1917. *Scientia Militaria-South African Journal of Military Studies* 18 (3). 29-33. Disponível em:

<http://scientiamilitaria.journals.ac.za/pub/article/view/404>

[Acesso em 21Nov 2014].

MAHO, Jouni. 2003. A classification of the Bantu languages: an update of Guthrie's referential system. In: NURSE, Derek & Gérard PHILIPPSON (eds). 2003. *The Bantu languages*. London/ New York: Routledge.p. 639-651.

MALMBERG, Bertil. 1991. *Histoire de la linguistique: de Sumer à Saussure*. Paris: PUF.

MAMIANI, Luiz Vincencio. 1699. *Arte de grammatica da lingua brasilica da Naçam kiriri*. Lisboa: Miguel Deslandes.

Disponível em:

<https://archive.org/details/artedegrammatica00mami>

[Acesso em 21Nov 2014].

MANGUEL, Alberto. 1996. *Uma história da leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTIN, Henri-Jean.1994. *The history and power of writing*. Chicago: The University of Chicago Press.

MATTHEWS, PETER. 1994. Greek and Latin linguistics. IN: LEPSCHY, Giulio, ed. 1994. *History of Linguistics: II - Classical and Medieval Linguistics*. London: Longman, 1994.p.1-133.

MILLER, Joseph C. 2008. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). 2008. *Diáspora negra no Brasil*. Trad. Ingrid de Castro; Vompean Fregonez; Thaís Cristina Casson; Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Contexto, 2009. p. 29-80.

MONAGHAN, Jennifer. s.d. *Literacy instruction and the town school in seventeenth-century New England*.

Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDQQFjAA&url=http%3A%2F%2Ffaculty.education.illinois.edu%2Fwestbury%2Fparadigm%2FJMonaghan.rtf&ei=FHSgVI3vL8OdNuGThLgH&usg=AFQjCNGCO_lhPZ2aklZXzGOzl4QxO_OmQMA&sig2=RZXifS5PPRz9IGzLl6K4fQ&bvm=bv.82001339,d.eXY&cad=rjt

[Acesso em 28 Dez 2014].

MORAIS, José. 1994. *A arte de ler*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1996.

MORAIS, José. 2013a. *Criar leitores: para professores e educadores*. Barueri: Manole.

MORAIS, José. 2013b. *Alfabetizar em democracia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

MORTON, JOHN. 1989, An information-processing account of reading acquisition. In: GALABURDA, A. M. (ed), *From reading to neurons*. Cambridge, MA: The MIT Press.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/232560512_An_information-processing_account_of_reading_acquisition

[Acesso em 7Jan2015]

NASSIF, Luís. 04/10/2010. Os deputados eleitos por Tiririca.

Disponível em:

<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-deputados-eleitos-por-tiririca>

[Acesso em 1Jan2015]

NIEDEREHE, Hans-J. Estrategias lingüísticas de los misioneros en las dos Américas: los casos del algonqués y del maya. In: ASSUNÇÃO, Carlos, Gonçalo FERNANDES & Marlene LOUREIRO (eds.). *Ideias linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)*. Münster: Nodus Publikationen. 2v. v 2. p. 657-672.

NJOKU, Onwuka N. 1997. *Mbundu*. New York: The Rosen Publishing Group.

NURSE, Derek & Gérard PHILIPPSON (eds). 2003. *The Bantu languages*. London/ New York: Routledge.

O PAÍS, 17 de outubro de 2014, “Censo-2014: Há mais mulheres do que homens”.

Disponível em:

<http://opais.co.ao/censo-2014-ha-mais-mulheres-do-que-homens/>

[Acesso em 27Nov2014]

OLIVER, Reivilo P. 1966. Apex and Sicilicus. *The American Journal of Philology* 87(2). 129-170. Abr. 1966.

Disponível em:

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/292702?sid=21105125311091&uid=2&uid=4>

[Acesso em 27Nov2014]

PACCONIO, Francesco & Antonio do COUTO. *Gentio de Angola sufficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta Fé*. Obra posthuma, composta pello Padre Francisco Pacconio da Companhia de Iesu. Redusida a methodo mais breve & accomodado á capacidade dos sogetos, que se instruem pello Padre Antonio do Couto da mesma Companhia. Lisboa: Domingos Lopes Rosa, 1642.

Disponível em:

http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10915831_00013.html

http://books.google.com.br/books?id=MDFSAAAACAAJ&printsec=frontcover&dq=angola+full+view&hl=en&sa=X&ei=LoLgUvWGMc3YyQHd9IDADg&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

[Acesso em 27Nov2014]

[PACCONIO, Francesco], António do COUTO & Antonio Maria de MONTEPRANDONE. *Gentilis Angollae fidei mysteriis*. Typis S.. Congregatio de Propaganda Fide. 1661.

Disponível em:

http://books.google.com/books?id=AtKI-Jr_aPEC&printsec=frontcover&dq=Gentilis+Angollae+fidei+mysteriis.&hl=en&ei= ohqTZvxN8LetwfKI9zmAg&sa=X&oi=book_result&ct=book-preview-link&resnum=1&ved=0CDIQuwUwAA#v=onepage&q&f=false

[Acesso em 27Out2014].

PARKVALL, Mikael. 2000. *Da África para o Atlântico*. Trad. Rodolfo Ilari. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

PEREIRA, Marcos Aurélio. 2006. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de Gramática na Institutio oratoria*. 2a. ed. São Paulo: USP/Associação Editorial Humanitas.

PERFETTI, Charles A. 2003. The universal grammar of reading. *Scientific studies of reading* 7 (1): 3-24.

Disponível em:

<http://www.pitt.edu/~perfetti/PDF/Universal%20grammar%20of%20reading.pdf>

[Acesso em 2Jan2015].

PINEL, John P. J. 2003. *Biopsicologia*. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PINTO, Adelina Angélica. 1981. A africada ç em português: estudo sincrônico e diacrônico. *Boletim de Filologia* 26 (1-4): 139-192.

PLATAFORMA 9. 2014. Projeto da Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a Associação Internacional de Lusitanistas. *Elaboração do Atlas Linguístico de Angola*, 10/11/2014.

Disponível em:

<http://plataforma9.com/noticia/elaboracao-atlas-linguistico-de-angola/>

[Acesso em 27Nov2014]

POIREL, Dominique. 2009. Prudens lector: La pratique des livres et de la lecture selon Hugues de Saint-Victor. *Cahiers de Recherches Médiévales et Humanistes* 17. 209-226, 2009.

Disponível em :

<http://crm.revues.org/11522#bodyftn32>

[Acesso em 2Dez2014]

QUINTILIANO. *Intitutio oratoria*. Loeb Classical Library edition, vol. iv, 1920.

Disponível em:

http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Quintilian/Institutio_Oratoria/11B*.html#2

[Acesso em 2Dez2014]

RAYNER, Keith & Alexander POLLATSEK. 1996. Reading unspaced text is not easy: Comments on the implications of Epelboim *et al.*'s (1994) Study for Models of Eye Movement Control in Reading. *Vision Research* 36 (3): 461-470, 1996.

Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0042698995001328>

[Acesso em 2Dez2014]

RAYNER, Keith, Barbara J. JUHASZ & Alexander POLLATSEK. 2005. Movimentos oculares durante a leitura. In: SNOWLING, Margaret J. & Charles HULME (orgs.) 2005. *A ciência da leitura*. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2013.

REGINALDO, Lucilene. 2005. *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Silvia Hunold Lara. Campinas: Unicamp.

Disponível em

https://docs.google.com/file/d/0B2_ZK-qR9WEKdWxxRWVDQ2hHbDg/edit?pli=1

[Acesso em 13 Out 2014].

REGRA DE SÃO BENTO/ REGULA SANCTI BENEDICTI. Ed. bilíngue. Trad. D. João E. Enout, OSB. 2a. ed. revista. Juiz de Fora: Mosteiro de Santa Cruz, 1999.

RICHE, Pierre. 1989. *Écoles et enseignement dans le Haut Moyen Âge : fin du V^e siècle – milieu du XI^e siècle*. Paris : Picard.

ROBOREDO, Amaro de. 1619. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Ed. facsimilar. Prefácio e estudo introdutório de Carlos ASSUNÇÃO e Gonçalo FERNANDES. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, 2007.

RODRIGUES, João. *Arte da lingua de lapam*. Nagasaqui: Colégio de Japão da Companhia de Iesu, 1604.

Disponível em:

http://books.google.com.br/books?id=NwnUAAAAMAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

[Acesso em 23Nov2014].

ROSA, Maria Carlota. 2013b. Era uma vez uma gramática que não tinha morfologia. *Diadorim* Número Especial, 25-38, 2013.

Disponível em:

<http://www.revistadiadorim.letas.ufri.br/index.php/revistadiadorim/article/view/330>

[Acesso em 5Dez2014].

ROSA, Maria Carlota. 1994. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras. 2vv. mimeo. Tese de Doutorado em Linguística.

Disponível em:

<https://ufri.academia.edu/CarlotaRosa>

[Acesso em 10Nov2014].

ROSA, Maria Carlota. 1997. As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no ensino de línguas estrangeiras In *Revista de Estudos da Linguagem* .6. 97-149

Disponível em:

<http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/05-Maria-Carlota.pdf>

[Acesso em 10Nov2014].

ROSA, Maria Carlota. 2011. Uma gramática jesuíta seiscentista: a Arte da língua de Angola In *REDE-A Revista de Estudos Afro-americanos* 1(1). jan-jun 2011.

Disponível em:

http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=4revistaafroamericanas4&page=article&op=view&path%5B%5D=460&path%5B%5D=pdf_7 + Documentos suplementares

[Acesso em 13Nov2014].

ROSA, Maria Carlota. 2012. Sobre uma proposta missionária de grafia de segunda língua no Brasil de Seiscentos: Pedro Dias e o quimbundo. In ALFARO, Consuelo, Maria Carlota ROSA & J. R. Bessa FREIRE. *Políticas de línguas no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: EdUERJ. p. 259-271.

ROSA, Maria Carlota. 2013. *Uma língua africana no Brasil Colônia de Seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S. J.* Rio de Janeiro: 7Letras.

ROSENTHAL, Julie & Linnea C. EHRI, 2011. Pronouncing new words aloud during the silent reading of text enhances fifth graders' memory for vocabulary words and their spellings. *Reading and Writing*, 24 (8): 921-950.

Disponível em:

<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11145-010-9239-x>

[Acesso em 13Nov2014].

ROSSINI, Stéphane. 1989. *Egyptian hieroglyphics: How to read and write them*. New York: Dover Publications, 1989.

ROTH, Heinrich. [ca. 1660]. *Grammatica Linguae Sanscretanae Brachmanum India Orientalis*. In: ROTH, Heinrich. *The Sanskrit grammar and manuscripts of Father Heinrich Roth S.J. (1620-1668)*. Facsimile edition of Biblioteca Nazionale, Rome, mss. OR. 171 and 172

SAENGER, Paul. 1997. *Space between words: The origins of silente reading*. Stanford: Stanford University Press.

SANTOS, Maria Tereza Mazorra dos & Ana Luiza Gomes Pinto NAVAS. 2002. Distúrbios de leitura e escrita. In: SANTOS, Maria Tereza Mazorra dos & Ana Luiza Gomes Pinto NAVAS (orgs.). *Distúrbios de leitura e escrita: Teoria e prática*. Barueri, SP: Manole. pp. 27-74.

SANTOS, MARTINS DOS. 1998. *Cultura, educação e ensino em Angola* (Edição electrónica - 1998). Braga: Portugal.

Disponível em:

[http://www.info-angola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20e%20Angola%20\(%20Per%C3%ADodo%20Colonial\).pdf](http://www.info-angola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20e%20Angola%20(%20Per%C3%ADodo%20Colonial).pdf)

[Acesso em 10Jan2015].

SAUSSURE, Ferdinand de. 1916. *Curso de Linguística Geral*, org. por Charles Bally & Albert Sechehaye, com a col. de Albert Riedlinger. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. Pref. Isaac Nicolau Salum. 4a. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

SEABRA, Alessandra G. & Fernando C. CAPOVILLA. 2010. *Alfabetização: método fônico*. 5a. ed. São Paulo: Memnon.

SCHADENBERG, Thilo C. 2003. Historical linguistics. In: NURSE, Derek & Gérard PHILIPPSON (eds). 2003. *The Bantu languages*. London/ New York: Routledge. p.143-163.

SCLIAR-CABRAL, Leonor 2003. *Princípios do sistema alfabético do português do Brasil*. São Paulo: Contexto.

SCLIAR-CABRAL, Leonor 2010. Neuroscience findings on reading processes. In: FRANÇA, Anieli Improta & Marcus MAIA (eds.). 2010. *Papers in Psycholinguistics. Proceedings of the First International Psycholinguistics Congress*. Rio de Janeiro: Imprinta, 2010. p. 411-425.

SHAKI, Samuel, Martin H. FISCHER & Silke M. GÖBEL. 2012. Direction counts: A comparative study of spatiality directional counting biases in cultures with different reading directions. *Journal of Experimental Child Psychology* 112. 275-281, 2012.

SILVA, Innocencio Francisco da. 1858-1923. *Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional. t. I.

Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242735>

http://books.google.com.br/books?id=povQAAAAMAAJ&pg=PA118&lpg=PA118&dq=antonio+do+couto+jesuista&source=bl&ots=lggE-iRyCC&sig=C7vZusQizNnEBqnwQR0KEfZBa6l&hl=en&sa=X&ei=cVJNVM6mJojBggSq1oCIDA&redir_esc=y#v=onepage&q=antonio%20do%20couto%20jesuista&f=false
[Acesso em 26Out 2014].

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. s.d. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. 2a. ed. Lisboa: Estampa.

SOARES, Magda. 1998. *Letramento: um tema em três gêneros*. Autêntica: Belo Horizonte, 1999.

SOMMERVOGEL, Carlos, Augustin BACKER, Aloys BACKER, Auguste CARAYON. 1890-1932. *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*. Bruxelles/ Paris: Oscar Schepens/ Alphonse Piccard. 9v.

SOUZA E MELLO, Marcia Eliane Alves de. 2007. *Fé e Império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas.
Disponível em:
https://www.academia.edu/4264223/F%C3%A9_e_Imp%C3%A9rio._As_Juntas_das_Miss%C3%B5es_Ultramarinas
[Acesso em 26Out 2014].

SOUZA E OLIVEIRA, Saturnino & Manuel Alves de Castro FRANCINA. 1864. *Elementos grammaticaes da lingua bunda*. Luanda: Imprensa do Governo, 1864.

SPRAGINS, A. B. et alii. 1976. Eye movement while reading and searching spatially transformed text: A developmental examination. *Memory and Cognition* 4 (1): 36-42.
Disponível em:
<http://link.springer.com/article/10.3758/BF03213252#page-1>
[Acesso em 18Jan2015].

SPROAT, Richard. 2000. *A computational theory of writing systems*. Cambridge: Cambridge University Press.

STAHL, Steven A. 1990. *"Beginning To Read: Thinking and Learning about Print" by Marilyn Jager Adams. A Summary*. Cambridge, Mass.: Bolt, Beranek and Newman; Urbana: Illinois Univ., Center for the Study of Reading.
Disponível em:
<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED315740.pdf>
[Acesso em 5 Jan 2015].

SUITE DU RECUEIL *des pieces concernant le bannissement des Jesuites de toutes les terres de la domination de Sa Majesté Catholique: Denombrement general des Maisons,*

Collèges, Résidences, Séminaires, & Missions des Jesuites dans tous les pays du Monde. s.d.. S.l.: s.n., [17--].

TEYSSIER, Paul. 1980. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

THORNTON, John. 1993. Central African names and African-American naming patterns. *The William and Mary Quarterly*, 3rd Series, 50 (4): 727-742. Oct., 1993.

Disponível em:

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2947473?sid=21105125311091&uid=2&uid=4>

[Acesso em 26Nov2014].

THORNTON, John. 2003. Cannibals, witches, and slave traders in the Atlantic World. *The William and Mary Quarterly*, 3rd Series, 60 (2): 273-294. Apr., 2003.

Disponível em:

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3491764?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21105306085853>

[Acesso em 26Nov2014].

THORNTON, John. 2010. Angola e as origens de Palmares. In: GOMES, Flávio (org.). 2010. *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7Letras. p. 48-60.

U. S. DEPARTMENT OF STATE . *Angola*.

Disponível em:

<http://www.state.gov/outofdate/bgn/angola/121389.htm>

[Acesso em 3Dez2014].

VANSINA, Jan.1991. O Reino do Congo e seus vizinho. In: OGOT, Bethwell Allan (ed). *História geral da África, V. África do século XVI ao XVIII*. Trad. MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos. 2a ed. São Paulo: Cortez/ Brasília: UNESCO, 2011. Vol. 5, p. 647-694.

VANSINA, Jan. 2001. Portuguese vs Kimbundu : Language Use in the Colony of Angola (1575-c. 1845). *Bulletin des Séances. de l' Academie des Sciences d'Outre-Mer* 47 (3). 267-281.

Disponível em:

http://www.kaowarsom.be/documents/BULLETINS_MEDEDELINGEN/2001-3.pdf

[Acesso em 13Out2014].

VENÂNCIO, Renato Pinto & Jânia RAMOS. 2004. Apresentação. In: GUSMÃO, Alexandre. [1685] 2004. *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. Edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio & Jânia Martins Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. 1997. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, Laura (org.). 1997. *História da vida privada no Brasil 1*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 331-385.

WELLS, J. C. 2001. Orthographic diacritics and multilingual computing. *Language Problems and Language Planning*, 24.3 (2001).

Disponível em

<http://www.phon.ucl.ac.uk/home/wells/dia/diacritics-revised.htm>

[Acesso em 21Out2014].

WILLIAMS, Edwin B. [1933] *Do latim ao português: Fonologia e Morfologia históricas da língua portuguesa*. Trad. Antônio Houaiss. 3a.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

WOLFF, Philippe. 1971. *Histoire de la pensée européenne: I. L'Éveil intellectuel de l'Europe*. Paris : Editions du Seuil.

XAVIER, Francisco da Silva. 2010. *Fonologia segmental e supra-segmental do Quimbundo: variedades de Luanda, Bengo, Quanza Norte e Malange*. São Paulo: USP. [Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral.]

Disponível em

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-20102010-091425/pt-br.php>

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-20102010-091425/publico/2010_FranciscodaSilvaXavier.pdf

[Acesso em 21Out2014]

ZWARTJES, Otto. 2011. *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

Anexo

A seguir, a edição da parte gramatical da *Arte da lingua de Angola*. Para o original, ver <https://archive.org/stream/artedalinguadean00dias#page/n5/mode/2up>

ARTE DA LINGUA

DE

ANGOLA.

Advertencias de como se hade ler, & escrever, esta Lingua.

O Pronunciar, & escrever he como na lingua Latina, com advertencia que não tem R dobrado, nem no principio do nome, nem no meyo, v. g. **Rierino**, hoje:

Rimi, lingua.

As letras seguintes, B. D. G. V. Z. se lhe poem antes a letra N. v. g. **Nburi**, Carneiro.

Ndungue, Traças. **Ngombe**, Boy. **Nvula**, Chuva. **Nzambi**, Deos.

As syllabas, qua, que, qui, quo, quu, pro-

A nunciaõ-se

nunciaõ-se como no Portuguez, v. g. **Guiria**, como. E assim saõ as seguintes, ga, gue, gui, go, gu. ja, je, ji, jo, ju. ya, ye, yi, yo, yu.

Todos os nomes, que começaõ por letra vogal, excepto as letras, I, U, escrevem-se no principio com H, v. g. **Hanga**, perdiz.

Fazem frequentemente sinalefas algũs nomes, quando se ajunta o adjectivo ao sustantivo, & perdem muitas vezes duas, & mais letras. v. g.. **Macambaami**, meus amigos; dizem, **Macambàmi. Mubicaüami**; dizem, **Mubicàmi**, meu escravo.

Tambem vay muito nos assentos, com que se escreve, ou se pronuncia; porque mudaõ a sustancia, & significaçaõ dos nomes. v. g.. **Mûcua**, certa fruta. **Mucuâ**, morador, ou habitador.

Todos os nomes, & verbos acabaõ em as vogaes, a, e, i, o, u, excepto quatro adverbios, que saõ os seguintes: **Ihim**, que cousa he? **Inahim**, quem he? **Maluahim**, porquè razaõ? **Ngahim**, de que maneira?

Tem doze particulas para adjectivar o sustantivo com os adjectivos. Oito saõ para o singular. v. g.. Ri, v, i, qui, ca, cu, lu, tu. Para o plural saõ as seguintes: A, i, gi, tu. v. g.. **Tatarinène**, grande pay. **Atuanène**, pessoas grandes.

Acrescentando a estas particulas a letra A,

&

& collocadas entre dous sustantivos, fazem possessivos: para o singular, v. g. Rià üà, yà, quià, cà, cuà, luà, tuà. Exemplo. **Nginarià-zambi**, nome de Deos, &c. Para o plural saõ as seguintes: A', yà, già, tuà. Exemplo. **Ana-aManino**, filhos de Manoel. Advirta-se com tudo que pondo-se hũa destas particulas por outra, naõ muda o sentido; mas he impropriedade do idioma da lingua, & da grammatica.

Acrescentandolhe porèm a estas mesmas particulas a letra O, servem de relativo. As que servem para o singular saõ: Riò, üò, yò, quiò, cao, cuò, luò, tuò. Para o plural: Ao, yò, g o, tuò. v. g.. **Oituxiyò gabangue garielayo**, as culpas, que fiz, estou arrependido dellas. O mais trata-se largamente na Syntaxe.

A todo o nome, que naõ significa racional, arvore, & instrumento de baile, se póde ajuntar por elegancia esta particula, Ri, com tanto que os taes nomes comecem por estas letras consoantes, B, C, F, N, L, S, T, Z. Exemplos ao B. **Ribanga**, casca de marisco. C. **Ricão**, copo de cabaça. F. **Rifûta**, redomoinho. L. **Rilunda**, aljava. N. **Rinâmi**, grude. S. **Risanga**, desprezo. T. **Ritõna**, nodoa. Z. **Rizûna**, carranca. **Rizûlo**, nariz.

Tiraõ-se desta regra os nomes racionaes, & irracionaes, que começaõ por N. v. g.. **RiNo-**

Aij

no,

no, Leonor. **RiNuana**, cobra d'agoa. **RiNon-
guenna**, camaleão. **Riembe**, Rola.

Dos Nominativos.

Naõ tem esta lingua declinações, nem casos: mas tem singular, & plural, v. g. **Nzambi**, Deos. **Gimzambi**, Deoses.

Regras para saber o plural pelo singular, & para adjectivar o sustantivo com o adjectivo no singular, & plural.

Todos os nomes, que no singular começam pelas syllabas, ou letras abaxo, começarão no plural em Ma, & seu adjectivo no singular começará em Ri, & no plural em A, v. g. **Nbata rinène**, casa grande. **Mabata anène**, casas grandes.

Ca **Camba**, amigo. **Macamba**, amigos.

Que **Quehin**, precipicio, ou rochedo. **Maquehin**, precipicios.

E	Embe,	Maembe,	Pombos.
Y	Yala,	Mayala,	Machos.
Gi	Ngina,	Magina,	Nomes.
U	Uanga,	Maiüanga,	Feitiços.
Co	Cota,	Macota,	Mais velhos.
Cu	Cunda,	Macunda,	Corcovas.
La	Lao,	Malao,	Riquezas.
Le	Leza,	Maleza,	Fraquezas.

Exceiçã da syllaba, Ca, saõ os diminutivos, os quaes todos no singular começam em Ca, & no plural em Tu, & seus adjectivos começam

meção no singular por Ca, & no plural em Tu, v. g.. **Camucete**, caixinha. **Tumucete tua üaba**, caixinhas bonitas.

Exceção da syllaba, Cu, são todos os infinitos dos verbos, em quanto verbos, ou feitos nomes; os quaes carecem de plural, & concordão com seus adjectivos pela mesma syllaba, v. g. **Cuzola cunene**, amor grande.

Exceção de I, são os nomes, que antes do I, tiverem M, ou N, porque no plural começa em Gi, & seus adjectivos começarão no singular em I, & no plural em Gi, v. g. **Imbià**, panella. **Gimbia**, panellas.

Os nomes, que começarem pelas letras abaxo, começarão no plural em Gi, & seus adjectivos começarão no singular por I, & no plural em Gi. v. g. **Ndandu**, parente. **Gindandu**, parentes.

G Nganga, Padre. **Giganga**. Padres.

U Nvunda, Ginvunda. Brigas.

Z Nzambi, Ginzambi. Deoses.

F Fuba, Gifuba. Farinhas.

H Hanga, Gihanga. Perdizes.

P Pango, Gipango. Traças.

S Sangi, Gisangi. Galinhas.

T Tulo, Gitulo, Peitos.

X Xitu, Gixitu. Carnes.

Exceção do I, he esta palavra, **Soxi**, lagrima; & no plural, **Masoxi**, lagrimas. **Sote, Massote**, Rans.

Ex-

Exceção do B, são alguns nomes, que se pronunciaõ com o B, suavemente. Concorde o seu adjectivo no singular em Ri, & no plural em A. v. g. **Nbuba, mabûba**, redomoinhos de agoa.

Exceção da letra F, fazem no plural em Ma; os adjectivos começaõ no singular em I, no plural em A. v. g. **Fuma**, noticia. **Mafuma**, noticias.

Exceção do T, fazem em Ma, no plural, & adjectivaõ no singular em Ri, & no plural em A, v.g.. **Tabu rioaba**, porto bom. **Matabu aoaba**, portos bons.

Todos os nomes proprios de homens, ou de mulheres, que fazem no plural em Gi, adjectivaõ no plural em Gi, & no singular em U, v. g. **Fula üazola**, Francisco quer bem. **Gifula giazola**, os Franciscos querem bem. **Ngana üaoaba**, senhor bom. **Gingana gïaoaba**, senhores bons.

Tiraõ-se os que começaõ em Qui; por que estes concordaõ no singular em Qui. v. g. **Qui-luangi**, nome proprio. **Quiluangi quinene**, senhor grande. **Quilúgi**, Rio. **Quilúgi quialeba**, Rio comprido.

Os nomes appellativos, que começaõ no singular em Mu, & pertencem a homens, & mulheres, & a seus officios, no plural mudaõ a syllaba Mu, em A, & adjectivaõ no singular

em

em ü, & no plural em A, v. g..**Mulumi üaoaba**, marido bom. **Alumi aoaba**, maridos bons. Exemplo dos officios: **Mubiri**, pastor de gado. **Abiri**, pastores. **Mulambi**, cozinheiro. **Alambi**, cozinheiros.

Os nomes appellativos, que não são de racionaes, mudaõ a syllaba, Mu, no plural em Mi, v. g.. **Mulonga**, **Milonga**, palavras. Os seus adjectivos no singular começaõ em ü, & no plural em I, v. g. **Muchiünene**, plur. **Michi inene**, paos grandes.

Tiraõ-se desta regra proxima os nomes appellativos, que começaõ por ü, vogal; os quaes no plural acrescentaõ Ma, & adjectivaõ no singular em u, & no plural em Ma, v.g. **Uta unene**, arco grande. Plur. **Mauta anene**, arcos grandes.

Qualquer nome, que no singular começar em Qui, no plural começará em i, & seus adjectivos começaráõ no singular em Qui, & no plural em i, v. g.. **Quicala caloquinene**, trabalho grande. Plurar. **Icala caloinene**, trabalhos grandes corporaes.

Os nomes, que começaõ por Lu, ordinariamente no plural fazem em Ma, v. g. **Luto lunene**, colher grande. **Malutó anene**, colheres grandes. **Lundo**, **malundo**, oiteiros. **Lubángo**, **Malubango**, bordoens.

Todos os adjectivos tem sómente hũa fór-

ma,

ma, sem differença de genero, nem casos, v. g. **Quiambote**, cousa boa. **Mutu üambote**, pessoa boa. Porém quando se poem a particula, Qui, fazem adverbios, & tomaõ a significação do adjectivo, v. g. **Quiambote**, muito bem.

Todas as terceiras pessoas dos verbos saõ adjectivos, & como taes concordaõ com os sustantivos. v. g. **Yala riaoaba**, ou rinêne, homem bom, & grande. Tambem se lhe poem todas as particulas assim do singular, como do plural, que aqui tornamos a referir, v. g. do singular, U, Ri, I, Qui, Ca, Cu, Lu, Tu. Plural A, I, Gi, Tu.

Dos Pronomes Primitivos Ego, &c.

Eme, *Eu*, **Eyè**, *Tu*. **Ae**, *Elle*. Plur. **Etu**, *Nòs*. **Enu**, *Vòs*. **Ao**, *Elles*. As vezes se usa do Pronome **Essue**, em lugar de **Essue**, que val o mesmo que nòs.

Alguns os pronunciaõ com I, no principio, v. g. **Ime**, &c. O mais usado porém he começar pela letra, **Essue**.

Naõ tem declinação, nem variedade de casos, como tem os pronomes Latinos, & servem de nominativos, & dos mais casos sem variedade dos ditos pronomes.

Tambem servem de voz de chamar, fazendo vezes de O, vocativo dos Latinos, v. g. **Eyè mucuâ henda**, ò clemente, ò piedosa. Assim se

vè

vè em Pacomio na Salve Rainha.

Pronomes demonstrativos, hic, iste, &c.

Todos se formão das letras E, ou O, pospondolhe hũa das particulas acima declaradas, que saõ as seguintes: U, Ri, I, Qui, Ca, Cu, Lu, Tu: estas servem para o singular: & para o plurar as 4. seguintes, A, I, Gi, Tu. Com advertencia, que a letra E, ha de ser anteposta a todas as particulas da letra I, ou seja do singular, ou do plurar, v. g..do singul.. Eri, Ei, Equi: do plur. Ei, Egi. Assim mesmo a letra O, hade ser anteposta às particulas, que não tem I, quer seja do plurar, quer do singular. Para o singular saõ as seguintes, Ou, Oca, Ocu, Olu, Otu: para o plurar estas duas: Oa, Otu.

Sempre o pronome hade ir adiante do nome, que mostra, v. g. **Camba eri**, este amigo. **Mulongaou**, esta palavra. **Milongaei**, estas palavras. As v[e]zes⁸⁶ comem a vogal antecedente, & dizem, **Milonguei**, em lugar de **Milongaei**.

Os pronomes, ipse, is, idem, se demostraõ por estes dous nomes seguintes, **Muène**, para o singul. **Ene**, para o plur. com advertencia que haõde estar sempre collocados depois do nome, que se mostra . v. g. **Yalamuène**, o mesmo homem. Plur.. **Etuène**, nõs mesmos.

Pronomes Relativos.

Estes pronomes saõ as particulas referidas antepostas à letra O, v. g. üò, Yò, Quiò, Riò,

Cao,

⁸⁶ No original, <vozes>.

Cao, Cuò, Luò, tuò. Plur. Ao, Yò, Giò, Tuò; haõde ser porèm sempre collocadas depois do nome relato; & perderãõ a letra O, quando estiverem por nominativo, & adjectivadas com a terceira pessoa de qualquer verbo, quer seja do singular, quer do plural; porque entãõ porremos a particula, que pertencer ao nome, sem a letra O, v. g. **Omutu ucondeca nzambi**; a pessoa, que honra a Deos. Advirta-se que às vezes dobraõ a particula demonstrativa, v. g. **Yalarieri**, este homem. **Mulonga ou**, esta palavra. **Quimaquiequi**, esta cousa.

Nomes demonstrativos, meus, tuus, &c.

Para estes servem as mesmas particulas assim do singular, como do plural, acrescentandolhe a letra A, üà, rià, quià, cuà, luà, tuà Plur.. A, yà, gia, tua. v. g. **Mutu üami**, pessoa minha. **Mubicaüae**, escravo seu. Plur. **Mubicaüetu**, escravo nosso. **Mubicaüenu**, escravo vosso. **Abicào**, escravos seus. Advirta-se que no modo de fallar fazem algũas vezes sinalefa. v. g. **Mubicàe**, escravo seu.

Deve-se notar, que as ditas particulas custumaõ muitas vezes usar dellas os Ambundos, pondo hũas por outras, por causa das variedades das linguas Angolanas. Mas sempre fazem o mesmo sentido; porque naõ variaõ totalmente a sustancia dos nomes, & verbos, ainda que o idioma naõ fique muy culto.

Conju-

Conjugação dos verbos.

Primeira advertencia. Para sabermos porque letra começa o verbo, polohemos no Imperativo, sem algum acrescentamento, nem antes, nem depois; porque neste caso se poem o verbo simplesmente com suas letras, & syllabas essenciaes. v. g. **Gibá**, mata tu. **Nzóla**, ama tu.

As particulas distinctivas das pessoas, são as seguintes: Singular. 1. **Ngui**, 2. **ü**, 3. **ü**. Plur. 1. **Tu**, 2. **Mu**, 3. **A**.

Advirta-se que na terceira pessoa do singular serve hũa das oito particulas atraz referidas. v. g. do singular. **ü**, **ri**, **i**, **qui**, **ca**, **cu**, **lu**, **tu**. Plur.. **a**, **i**, **gi**, **tu**. E aquella se ajuntará ao verbo na terceira pessoa, a qual pedir o sustantivo, que rege o verbo, como seu nominativo, assim, & da mesma maneira que dissemos no paragrafo dos adjectivos. v. g. **Químaquinène**, cousa que he grande. **Mútu uzola nzambi**, pessoa, que ama a Deos.

Segunda advertencia he, que a letra **A**, acrescentada, & collocada entre a particula distinctiva da pessoa, & o verbo, he sinal universal de preterito: v. g. [**üazola**]⁸⁷ **zola**, tu amavas. **Gagiba giba**, eu matava. **Gazolele**, eu amei. **üazolele**, tu amaste.

Naõ tem mais de hũa conjugação, pela qual se conjugaõ todos os verbos, posto que alguns

defecti-

⁸⁷ No original, < üanzola>.

defectivos não tenham todos os modos, & tempos, os quaes no fim se apontarão.

Conjugação que serve a todos os verbos, excepto alguns impessoaes.

Modo indicativo, tempo presente.

Sing. **Ngüzôla**, *Eu amo.*

üzôla, *tu amas.*

üzôla, *elle ama.*

Plur. **Tuzòla**, *nòs amamos.*

Muzòla, *vòs amais.*

Azòla, *elles amaõ.*

Nota.

Se o verbo começar por vogal, a particula Gui, faz sinalefa: v. g. **Amba**, que significa falar, fará este **Gamba**, & não, guiamba. Também se deve advertir, que todos os verbos acabam em A.

Preterito imperfeito.

Sing. **Ngazola zola**, *eu amava.*

üzazola zola, *tu amavas.*

üzazola zola, *elle amava.*

Plur. **Tua zola zola**, *nos amavamos.*

Muà zola zola, *vos amaveis.*

A zola zola, *elles amavaõ.*

Nota.

A letra A, posta entre a particula da pessoa, & o verbo, he distincão de todos os preteritos.

Preterito perfeito 1.

Sing. **Nga zola**, *ha pouco que amei.*

üzazola,

üazola, *ha pouco que amaste.*

üazola, *ha pouco que amou.*

Plur. **Tuazola**, *ha pouco que amamos.*

Muazola, *ha pouco que amastes.*

Azola, *ha pouco que amáraõ.*

Nota.

Frequentemente usaõ deste primeiro preterito por presente do Indicativo, principalmente na primeira pessoa.

Preterito perfeito 2. quando ha mais tempo que amou.

Sing. **Nga zolo**, *eu amei ha tempo.*

üazolo, *tu amaste ha tempo.*

üazolo, *elle amou ha tempo.*

Plur. **Tua zola**, *nòs amamos ha tempo.*

Muazola, *vòs amastes ha tempo.*

Azola, *elles amáraõ ha tempo.*

Nota.

Muitas vezes accommodaõ este segundo preterito ao presente do Indicativo. v. g. **Ngariondo Nguiloloque**, peçote ɣ me perdoes.

Preterito perfeito 3. quando ha muito tempo que amou.

Sing. **Ngazolele**, *eu amei.*

üazolele, *tu amaste.*

üazolele, *elle amou.*

Plur. **Tuazolele**, *nòs amamos.*

Muazolele, *vòs amastes.*

Azolele, *elles amáraõ.*

Nota.

Nota.

Este preterito significa ter amado ha muito tempo; & ainda que se ponha em seu lugar hum dos dous preteritos ditos acima, não se varia o sentido.

Preterit. Plusquam perf.

- Sing. **Ngazolélèle**, já eu tinha amado.
üazolélele, já tu tinhas amado.
üazolélele, já elle tinha amado.
- Plur. **Tuazolélêle**, já nós tínhamos amado.
Muazolélêle, já vós tinheis amado.
Azolélêle, já elles tinhaõ amado.

Nota 1.

Esta mesma regra se guarda nos preteritos perfeitos, que acrescentaõ esta particula Ne, v. g. **Nga tuminene**, Mandou já ha muito tempo.

Nota 2.

Multiplicar syllabas, ou verbos, ou nomes, ou negações, he exageraçãõ na especie da voz, ou significaçãõ. v. g. **Quinèénène**, cousa muito muito grande.

Futur. 1.

- Sing. **Nguicazóla**, eu amarei.
ücazóla, tu amarás.
ücazóla, elle amará.
- Plur. **Tucazóla**, nós amaremos.
Mucazóla, vós amareis.
Acazóla, elles amarãõ.

Futur.

Futur. 2.

- Sing. **Nguizacuzóla**, *eu virei a amar.*
üizacuzóla, *tu virás a amar.*
üizacuzóla, *elle virá a amar.*
- Plur. **Tuizacuzóla**, *nòs viremos a amar.*
Muizacuzola, *vòs vireis a amar.*
A [i]zacuzola⁸⁸, *elles viráõ a amar.*

Imperat.

- Sing. **Zola**, *ama tu.*
üzôle, *ame elle.*
- Plur. **Tuzôle**, *amemos nòs.*
Zolênu, *amai vòs.*
Azole, *amem elles.*

Nota 1.

Todos os verbos na primeira pessoa do Imperativo se pronunciaõ como saõ, sem acrescentamento, nem antes, nem depois, & sem mudança de letra algũa, como se vê neste verbo **Zola**.

Nota 2.

Acrescentando ao verbo antes, ou depois algũa cousa, que se una ao tal verbo, mudará a letra A, em E, v. g. **Cuzôle**, naõ ames. **Nzambi yaquirí zolayo**, a Deos verdadeiro amai.

Nota 3.

Todos os verbos acabaõ na letra A, na primeira pessoa do Imperativo, assim como no presente do Indicativo.

Futur.

⁸⁸ No original, < Auzacuzola >.

Futur. sive Mod. Mandativ.

Sing..	ücazóla, amarás tu. ücazóla, amará elle.
Plur.	Cazólenu, amareis vòs. Acazóle, amaráõ elles.
<i>Optativi Mod._ tempus praesens.</i>	
Sing.	Catá catá gazola, oxala amára eu. Catá catá üzola, oxala amáras tu. Catá catá üzola, oxala amára elle.
Plur.	Catá catá tuzola, oxala amáramos nòs. Catá catá muzola, oxala amareis vòs. Catá catá azola, oxala amáraõ elles.
<i>Praeterit. Imperf.</i>	
Sing.	Catá catá gazólazola, oxala amára eu. Catá catá üazólazola, oxala amáras tu. Catá catá üazólazola, oxala amára elle.
Plur.	Catá catá tuazólazola, oxala amáramos nòs. Catá catá müazólazola, oxala amareis vòs. Catá catá azólazóla, oxala amáraõ elles.
<i>Praetert. Perfect.</i>	
Sing.	Catá catá gazólele, oxala tenha eu amado. Catá catá üazólele, oxala tenha tu amado. Catá catá üazólele, oxala tenha elle amado.
Plur.	Catá catá tuazólele, oxala tenhamos nòs amado. Catá catá müazólele, oxala tenhaís vòs amado. Catá catá azólele, oxala tenhaõ elles amado.

Praeterit.

Praeterit. Plusquam perfect.

Sing. **Catá catá gazólelele**, *oxala tenha eu já entaõ amado.*

Catâ catâ üazólelele, *oxala tenhas tu já entaõ amado.*

Catá catá üazólelele, *oxala tenha elle já entaõ amado.*

Plur. **Catá catá tuazólelele**, *oxalá tenhamos nõs já entaõ amado.*

Catá catá müazólelele, *oxala tenhais vòs já entaõ amado.*

Catá catá azólelele, *oxala tenhaõ elles já entaõ amado.*

Nota 1.

Saõ os tempos do Optativo em tudo semelhantes ao Indicativo, sómente se acrescenta a particula, **catâcatâ**, a qual val o mesmo que oxala, ou praza a Deos.

Nota 2.

Tambem se póde dizer por modo mais claro, & commum a todas as linguas Ambundas, deste modo, **Nzambi üandale eme nguizola**, &c. queira Deos que eu amasse.

Futur.

Sing. **Catá catá nguicazóle**, *oxala ame eu, ou praza a Deos que ame eu.*

Catá catá ücazóle, *oxala, que ames tu, &c.*

Catá catá ücazóle, *oxala que ame elle, &c.*

Plur. **Catá catá tucazóle**, *oxala que amemos nõs,*

&c.

B

Catá

	Catá catá mucazóle , <i>oxala que ameis vos,</i> &c.
	Catá catá acazóle , <i>oxala que amem elles, &c.</i> <i>Conjunct. temp. praesens.</i>
Sing.	Quiònguizòla , <i>como eu amo, ou amando eu.</i> Quiòüzóla , <i>como tu amas, &c.</i> Quiòüzóla , <i>como elle ama, &c.</i>
Plur.	Quiòtuzóla , <i>como nòs amamos, &c.</i> Quiòmuzóla , <i>como vòs amais, &c.</i> Quiòazóla , <i>como elles amaõ, &c.</i> <i>Praeterit. imperf.</i>
Sing.	Quiòngazólazóla , <i>Como eu amava, ou a-</i> <i>mando eu.</i> Quiòüazolazóla , <i>como, ou quando tu ama-</i> <i>vas, &c.</i> Quiòüazolazóla , <i>como, ou quando elle amava,</i> &c.
Plur.	Quiòtuazolazóla , <i>como, ou quando nòs a-</i> <i>mavamos, &c.</i> Quiòmüazolazóla , <i>como, ou quando vòs a-</i> <i>maveis, &c.</i> Quiòaaazolazóla , <i>como, ou quando elles ama-</i> <i>vaõ, &c.</i> <i>Praeterit. Prefect. & 3.</i>
Sing.	Quiòngazólele , <i>como eu ameí, ou tenho a-</i> <i>mado.</i> Quiòüazólele , <i>como tu amaste, &c.</i> Quiòüazólele , <i>como elle amou, &c.</i>
Plur.	Quiòtuazólele , <i>como nòs amamos, &c.</i>

Quiò

Quiòmüazólele, como vòs amastes, &c.
Quiò aazólele, como elles amáraõ, &c.

Nota.

Para usar dos preteritos 1. & 2. do Indicativo, basta acrescentar o adverbio, Quiò, que significa como, ou quando.

Praeterit. Plusquam perf.

Sing. **Quiòngazolélele**, como eu tinha amado.
Quiòüazólélele, como tu tinhas amado.
Quiòüazólélele, como elle tinha amado.

Plur. **Quiòtuazólélele**, como nòs tínhamos amado.

Quiòmuazolélele, como vòs tinheis amado.
Quiòaazolélele, como elles tinhaõ amado.

Futur. 1. para amar logo.

Sing. **Quiònguizóla**, como eu amar, ou tiver amado.

Quiòüzóla, como tu amares, &c.

Quiòüzóla, como elle amar, &c.

Plur. **Quiòtuzóla**, como nòs amarmos, &c.

Quiòmuzóla, como vòs amardes, &c.

Quiòazóla, como elles amarem, &c.

Futur. 2. para amar depois de muito tempo.

Sing. **Quiònguizacuzóla**, como eu vier a amar.

Quiòüizacuzóla, como tu vieres a amar.

Quiòüizacuzóla, como elle vier a amar.

Plur. **Quiòtuizacuzóla**, como nòs viermos a amar.

Quiòmuisacuzóla, como vòs vierdes a amar.

Bij

Quiò

Quiò aizacuzóla, como elles vierem a amar.

Nota 1.

Os tempos do Optativo, & Conjunctivo não differem dos do modo Indicativo. Pelo que ajuntando, & antepondo os adverbios do Optativo, & Conjunctivo aos tempos do Indicativo, faz-se o mesmo sentido, & escusar-se ha muito estudo.

Nota 2.

Por este verbo se haõ de conjugar todos os mais, excepto algũs poucos defectivos.

Infinit.

Cuzola, amar, ou que amava, amei, amára, &c.

Nota.

A todos os verbos serve a particula, cu, não tem mais tempos, nem muda de fórmula; mas accõmoda-se a todos os verbos, já como verbo com seu caso, (v. g. **Ngandala cuzola nzambi**, quero amar a Deos) ja como nominativo, v. g. **Ocuzola nzambi cuaüaba**, o amar a Deos he bonito.

Gerundio em di.

Quiacuzola, de amar.

Gerundio em do.

Nocuzóla, amando.

Gerundio em dum.

Mocuzóla, para amar.

Participio em ans, &c. presente.

Quiazola zola, cousa que ama; & amava.

Particip.

Particip. do preterit.

Quiàzólele, *cousa que amou.*

Participio do futuro.

Quicâzóla, vel quizacuzóla, *cousa que ha de amar.*

Nota.

A particula Qui, he hũa das que se ajuntaõ às terceiras pessoas dos verbos, & assim como nas terceiras pessoas dos verbos pomos a particula, que pede o sustantivo, assim se hade pôr nestes participios a particula, que pede o sustantivo, que os reger, v. g. **Mutuüzola**, pessoa que ama. **Atuazóla**, pessoas que amaõ; **Mutuücazóla**, pessoa que hade amar. **Atu acazóla**, pessoas que haõ de amar.

Do Verbo Negativo.

Tem o verbo negativo a mesma conjugação que o verbo, **Cuzóla**, de que fallamos, ao qual acrescentando esta palavra **Caná**, antes, ou depois do verbo, fica negativo. v. g. **Canangazóla**, não amo. **Canángagiba**, não matei. Porém posta antes, & depois do verbo, nega com efficacia. v. g. **Canángagiba caná**, não matei não.

Tem outras negações com variedade de tempos, & pessoas, singular, & plurar, postas antes do verbo; as particulas pessoas para o singular são: 1. **Quené**. 2. **Cu**. 3. **Ca**. As do plurar são: 1. **Quené**. 2. **Quené**. 3. **Ca**. Estas ser-

vem

vem para o presente de todos os modos, futuros, & imperativos. v. g. **Quénguizóla**, não amo. **Cuzóle**, não ames. **Cazóle**, não ame, &c. Plur. **Quetuzóle**, não amemos. **Quemuzóle**, não ameis. **Cazóle**, não amem elles.

Para todos os preteritos servem no singular as seguintes. Que, No, Na. Plur. Que, Que, Na. v. g. **Quengagiba**, não matei. **Noüzolele**, não amaste, &c.

As vezes serve a particula Ne, para fazer o verbo negativo, & esta he a mais usada entre os Ambundos; tambem se achaõ algũas vezes o Que, & o Ne, juntamente antes do verbo. v. g. **Quenengagiba**, não matei.

Naõ tem esta lingua verbo passivo, donde para dizerem, Deos he amado dos homens, dizem. **Omala azola nzambi**, os homens amaõ a Deos: pondo o verbo na activa. Tambem para dizerem, os homens saõ amados de si, dizem: **Omala arizola**, os homens se amaõ a si. O mesmo he nas mais pessoas, entrepondo sempre a particula Ri.

Do verbo sustantivo.

Usaõ do verbo, **Nguicala**, que significa ser, ou estar. Conjuga-se este como os mais, excepto o preterito, que muda o Ca, em Que, & a particula Ia, em xi, v. g. **Nguicala**, estou. E no preterito faz, **Ngaquexi**. E o 3. preterito faz, **Ngaquexile**.

Dos

Dos verbos imperfeitos.

Compoem-se estes verbos das particulas pessoasas ditas acima. E nem todos guardaõ esta regra, porque variaõ, & só com o uso se podem saber. v. g.

Sing. **Nguiyala**, *sou homem.*

üyala, *tu es homem.*

üiala, *he homem.*

Plur. **Tuyala**, ou **tumayala**, *somos homens.*

Mumayala, *sois homens.*

Mayala, *saõ homens.*

Outro.

Sing. **Nguami**, *eu não quero.*

Nguaye, *tu não queres.*

Nguáo, *elle não quer.*

Plur. **Nguetu**, *nòs não queremos.*

Nguenu, *vòs não quereis.*

Nguao, *elles não querem.*

Estes saõ os verbos imperfeitos, & outros, os quaes mais so aprendem com o uso, por serem anomalos.

Rudimenta.

Em quanto à Rudimenta, tem esta lingua todas as oito partes da oraçaõ, mas muito diminutas respeito da Latina; por isso não trato algũas necessarias, por estarem declaradas na Syntaxe.

Dos Generos.

Naõ tem esta lingua Generos; explicaõ-se

porèm

porèm pelos sexos femenino, ou masculino.
v. g. **Yalla**, macho. **Ngana yaalla**, senhor. **Mu-
hetu**, femea. **Ngana ya muhetu**, senhora, &c.

Dos Preteritos.

Tem os verbos desta lingua geralmente tres preteritos perfeitos; o 1. significa ha pouco tempo; o 2. que ha mais tempo; o 3. que ha muito mais tempo. Porèm tem-se por experiencia que algũas vezes usaõ hum por outro; deve ser pela variedade das terras, & nações.

O primeiro he mais facil, & accõmodado para os principiantes. Este se compoem, acrescentandolhe a letra A, collocada entre a particula pessoal, & o verbo. v. g. **Nguizola**, eu amo. **Ngazõla**, eu amei, **üazola**, tu amaste, &c.

O segundo preterito se fórma mudando a ultima vogal A, do presente do Indicativo, em a letra, ɥ for a penultima syllaba do verbo, v. g. se for E, mudará a ultima em E. v. g. **Nguenda**, eu ando: fará no preterito, **Nguende**, eu andei. Se for I, mudará em I, v. i. g. **Nguigiba**, eu mato. **Ngagibi**, eu matei. Se for O, mudará em O, v. g. **Nguizola**, eu amo. **Ngazolo**, amei. Se for U, mudará em U, v. g. **Nguitunda**, eu sayo. **Ngatundu**, eu sahi, &c.

Tira-se por exceiçaõ quando a penultima vogal do presente for A, porque entã acaba-

rá

rá o preterito em E, v. g. **Nguibanga**, eu faço. **Ngabangue**, eu fiz.

Tiraõ-se tambem por exceiãõ os verbos ɔq tiverem por penultima vogal as letras I, ou U, quando não tem consoante intermedia, que fira a ultima letra A, porque estes perdem a ultima vogal A, & fica a vogal I, ou U, que era primeira, por ultima. v. g..**Nguiria**, preterito, **Ngari**, eu comi. **Nguilua**, eu peleiço. **Ngalu**, eu peleiçi. Os verbos de 4. syllabas não tem 2. preterito, só se acha, **Ngariondo**, pedir, ou rogar.

O 3. preterito se fórma mudando a ultima letra A, (em a qual letra acabaõ todos os verbos) em as letras E, ou I; mudará em E, quando as penultimas vogaes forem A, E, O. Mudará em I, quando as penultimas vogaes forem I, ou U, como parece dos exemplos, & vogaes collocadas por sua ordem. Feita esta mudança, se lhe acrescentará a syllaba le, que he a differença constitutiva, & essencial deste 3. preterito.

A, **Nguyandala**, desejo. **Ngandalele**, desejei ha muito.
E, **Nguyénda**, ando. **Ngaénde**, andei.
I, **Nguigiba**, mato. **Ngagibile**, matei.
O, **Nguizola**, amo. **Ngazolele**, amei.
U, **Nguifua**, morro. **Ngafuile**, morri. **Nguilua**, peleiço. **Ngaluile**, peleiçi.

Tiraõ-se

Tiraõ-se por exceção da letra I, os verbos, que acabaõ em Ya, porque estes perdem a letra ultima A, ficando a letra I, por ultima; à qual se acrescentará a syllaba le, v. g. **Nguiria**, eu como. **Ngarile**, eu comi. **Nguiya**, eu vou. **Ngaile**, eu fui.

A mesma regra de mudança de letras guardaõ os verbos, que acabaõ em Ma, ou em Na; mas com differença, que se lhe acrescentará Ne, em lugar da syllaba, Le. v. g. **Nguituma**, mando. **Ngatumine**, mandei. **Nguichiquina**, creyo. **Ngachiquine**, cri.

Advertencia 1.

Os verbos, cuja vogal penultima for I, ou U, da regra acima, que tiverem hũa das syllabas seguintes, Da, La, Ta, Za, faraõ mudança nas taes syllabas, da maneira seguinte: muda-raõ Da, em Gi, La, em Ri, Ta, em Chi, Za em Gi: cujos exemplos ponho aqui por ordem.

Da, **Nguilunda**, **Ngalungile**, eu guardei.

La, **Nguirila**, eu choro. **Ngaririle**, chorei.

Ta, **Ngufuta**, eu pago. **Ngafuchile**, paguei.

Za, **Nguiyza**, eu venho. **Ngaigile**, eu vim.

Advertencia 2.

Os verbos, que acabaõ em Ga, quando fizerem mudança do A, em E, ou I, faraõ Guè, ou Gui. Assim mesmo os verbos, que acabarem em Ca, quando mudarem a letra A, em E,

ou

ou I, farão Que, ou Qui. Exemplos.

Ga, **Nguibanga**, faço; **Ngabanguele**, eu fiz.

Nguibinga, **Ngabinguile**, eu pedi.

Ca, **Nguibaca**, **Ngabaquele**, poz algũa cousa em lugar, ou assentou.

Nguirica, **Ngairiquile**, eu mostrei.

E assim mesmo nos mais tempos, quando fazem a mesma mudança, como se vê no Imperativo, **Tuirique**, nos amostra.

Os verbos, que na primeira pessoa do Indicativo tiverem ao menos 4. syllabas, sendo vogal U, & acabando o verbo em La, ou Na, mudarão a syllaba La, em I, & acrescentarão a syllaba Le. E os que acabarem em Na, assim mesmo mudarão a syllaba Na, em I, & acrescentarão a syllaba Ne. Exemplo de ambos:

La, **Nguissucula**, eu lavo. **Ngassucuile**, lavei.

Na, **Nguibucana**, eu tropeço. **Ngabucuine**, tropecei.

Advirta-se porèm que estes preteritos saõ sin- copados.

Os verbos de 4. ou mais syllabas, que tiverem a penultima O, & a ultima syllaba La, ou Na, mudarão a letra O, em U, & a syllaba Na, ou La, em I, & acrescentarão a syllaba Le, ou Ne. Exemplo de ambos.

Na, **Nguissamona**, penteyo. **Ngassamuine**, penteey.

La, **Nguissocola**, colho. **Ngassocuile**, colhi.

Prete-

Preterito Plusquam perf.

Firma-se este preterito dobrando a syllaba Le, ou Ne, v. g. **Ngazolele**, eu amei. **Ngazolelele**, já eu entaõ tinha amado. **Ngatumine**, eu mandei. **Ngatuminene**, já eu entaõ tinha mandado.

Dos verbos, a que se acrescenta a syllaba Le, se tiraõ por exceiçaõ aquelles, que tem por penultima a letra vogal I, porque a estes acrescentaõ no preterito plusquam perfeito a syllaba Ri. v. g. **Ngagibile**, eu matei. **Ngagibirile**, já eu entaõ tinha morto.

Dos verbos compostos.

1. Se fórma do preterito perfeito, mudando o ultimo E, em A, & desta sorte se conjuga todo o verbo. v. g. **Ngazolele**, eu amei. **Ngazolela**, eu amo. **Ngatumine**, eu mandei. **Ngatumina**, eu mando. O fim desta composiçaõ he para exagerar a significaçãõ do verbo.

2. Tambem se fórma do preterito perfeito, mudando a syllaba Le, ou Ne, em Ca. v. g. **Nguizoleça**, faço amar, ou sou causa de amar. **Nguachiquinine**, cri. **Nguichiquineçã**, faço crer.

3. He o verbo iterativo, o qual naõ tem mudança em si destes adverbios, **Ringui**, que significa, outra vez, ou **Nginga**, muitas vezes. v. g. **Nguilonga ringui**, ensino outra vez. **Ngamba ginga**, fallo muitas vezes. Tambem

se

se póde usar do adverbio **Luâvùlo**, muitas vezes.

4. O quarto compoem-se metendolhe a syllaba Ri, entre a particula pessoal, & o verbo, referindo-se a significação do verbo sobre a pessoa que o rege. v. g. Nguirizôla, eu me amo. **Nguirigiba**, eu me mato. **Ngarigibile**, eu me matei. **üarigibile**, tu te mataste, &c. & assim nos mais tempos.

5. Quando se quer fazer algũa exaggeração nesta lingua, & algũa perpetua significação do verbo, se forma do preterito plusquam perfeito, acrescentandolhe duas syllabas, Le le, ou Ne ne, & a ultima syllaba hade ser La, ou Na. v. g. **Ngázolelelâ**, amarei sem fim. **Otubiâ tuà cariàpemba tuà calelela**, o fogo do diabo (o inferno) dura para sempre.

6. O sexto composto he muito usado, & necessario. Compoem-se de algũas particulas, das quaes servem hũas para o singular, outras para o plural, collocadas entre as particulas pessoases, & o verbo. Servem de accusativo, dativo, assim como no Portuguez, eu te amei, eu o amei, eu te dei, eu lhe dei, &c.

Para o singular servem as seguintes:

Ngui, Cu, Mu. Ri, ü, I, Qui, Ca, Lu, Tu.

A significação das particulas para as pessoas, he a seguinte: **Ngui**, para a 1. pessoa, **Cu**, para a 2. **Mu**, para a 3. se for racional. As mais ser-

vem

vem para a 3. pessoa, & para tudo o que não he racional, conforme o Nominativo, que reger a 3. pessoa do singular. v. g. **Nzambi ün-guibâ ücubâ, ümubá**, Deos me dá, te dá, & lhe dá. **Omutû, ou ünguigiba, ücugiba, ümugiba**, esta pessoa me mata, te mata, & o mata.

Para o plural servem as seguintes: para a 1. pessoa, Tu, para a 2. Mi, para a 3. A. Advertindo que estas 3. servem para os racionais. E para os que o não são, servem as seguintes: I, Gi, Tu. v. g. **Tu cugiba, tu migiba, tua gibaba**, nós te matamos, nós vos matamos, nós os matamos.

As particulas **Ngui, & Tu**, não servem para as primeiras pessoas, nem do singular, nem do plural, porque não dizem, Nguinguigiba, eu me mato, nem Tu tugiba, nós nos matamos; mas dizem: **Nguirigiba**, eu me mato: **Turigiba**, nós nos matamos; como consta do 4. composto.

Quando se ajuntarem à 1. pessoa do Imperativo, mudará o verbo a ultima letra A, em E. v. g. **Nguigibè**, matame tu. **Nguizole**, amame tu. **Nguissueque**, escondeme tu, &c.

Quando a particula relativa, que serve de accusativo, ou dativo do verbo, se encontrar com outras particulas, ficará immediatamente junto ao verbo, & a segunda acrescentada ficará antes. v. g. **Nguicacugiba**, eu te mata-

rei.

rei. O exemplo está em Ca, particula do futuro, & na particula Cu, junta com o verbo, **Ngiba**, que faz o seu accusativo.

He este composto relativo, porque refere a acção do verbo sobre a mesma, que o rege. v. g. **Omutuou emengamugibile**, esta pessoa eu a matei. Tambem se diz, **Eme ngagibile omutuou**, eu matei a pessoa esta. E este modo he mais facil.

Quando se encontraõ dous relativos, o mais nobre se poem no principio do verbo, & o menos nobre no fim. v. g. **Opungayaye ngacuvutuileyo ringui**, o servo vosso volo tornei a mandar outra vez. O exemplo está na particula cu, que relata ao senhor, & no relativo, yo, que relata ao servo menos nobre; & por isso está posto no fim.

Da composiçaõ dos nomes verbaes.

Os nomes verbaes se compoem dos verbos simples postos na primeira pessoa do Imperativo, onde o verbo está livre de toda a composiçaõ. v. g. **Ngiba**, mata tu, mudando o ultimo A, em I, & acrescentando a syllaba Mu, no principio fica entãõ, **Mugibi**, o matador.

Os verbos, que acabarem em Ca, Da, Ga, La, Ta, mudarãõ as ditas syllabas Ca, em Qui, Da, em Gui, Ga, em Gi, La, em Ri, Ta, em Chi. v. g.

Muçonequi, escrevaõ, do verbo, **Soneca**, escrever.

Mu-

Mulungi, guardador, do verbo, **Lunda**, guardar.

Mulongui, mestre, do verbo, **Longa**, ensinar.

Mucalacari, trabalhador, do verbo, **Calacalà**, trabalhar.

Mubuchi, barbeiro, do verbo, **Buta**, barbear.

Tira-se por exceção, **Ngambi**, orador, do verbo, **Amba**, que significa fallar.

Os nomes, que significão instrumento, se formão dos primeiros compostos, tirando as particulas pessoases, & mudando o ultimo A, em O. v. g. **Nbombela**, carinho, ou lisonja. **Nbombelo**, o instrumento com que se lisonjea, do verbo, **Nbomba**, que significa, lisongear, ou cariciar. No plural fazem em Ma; & o adjectivo, no singul. em Ri, no plural em A.

Dos Diminutivos já fica dito nos Nominativos.

Dos aumentativos.

Os nomes aumentativos se formão pondo-lhes no principio a syllaba Qui, ou no fim o adjectivo Quinêne, que significa cousa grande, especialmente na quantidade. v. g. **Quiyàla**, homem grande corpulento. Porém he necessario advertir, que se puzermos esta syllaba **Que**, em lugar de **Qui**, faz sentido contrario, & significa cousa pouca, & de pouco presti-

mo.

mo. v. g. **Quèyala**, homem para pouco, & quasi naõ homem. E a razaõ disto he; porque a particula, Que, significa, naõ.

Syntaxe.

Nota 1.

Tratamos sómente das regras geraes, que pertencem a todas as linguas, & que se podem accomodar à dos Ambundos, deixando as especiaes da lingua Latina. Porem porei a primeira palavra da regra Latina, & o exemplo da lingua Angolana, declarando o exemplo da mesma lingua, para que se saiba a palavra, que pertence à regra, de que se trata.

Nota 2.

Em lugar destas particulas Portuguezas, o, os, ao, aos, aà, às, usaõ os Ambundos da vogal O, pronunciada quasi guttural, & sem apices, porque nunca serve de vocativo, como no Portuguez, & Latim. v. g. **Neambi ubana omala opembela yâyê**, Deos dá aos homens a sua graça. O exemplo está em **O**, antes de **ma-la**, & em **O**, antes de **pembala**. **O [ginganga]**⁸⁹ **jaüaba**, os Padres saõ bons. O exemplo está em **O**, antes de **Nginganga**.

Regras do Nominativo. Verbum personale, &c.

Todo o verbo pessoal nesta lingua tem seu nominativo claro, ou occulto. v. g. **Eyè üacolo, eme pê ngacolo**, vòs estais bem, eu tambem estou bem. O exemplo está no pronome,

C

Eye,

⁸⁹ No original, < nginganga >.

Eye, & no pronome **Eme**, nominativos claros. Tambem se póde dizer: **Eye ücola, nguicola pè**: onde está o primeiro nominativo **Eye**, claro, & no segundo verbo **nguicola**, occulto.

Prima, & secunda persona, &c.

A primeira, & segunda pessoa poem-se claramente, quando diversas pessoas mostraõ contrarios desejos. v. g. **Eme ngandala culunda o milonga yâ nzambi, eye cuandala cuilunda**, eu guardo os preceitos de Deos, mas tu não queres guardalos. O exemplo está nos dous pronomes, **Eye**, & **Eme**, postos claramente; porque os agentes mostraõ diversos desejos; porque hum quer, & outro não quer.

Aut cum plus significamus, &c.

Tambem se diz nesta lingua mais do que significamos. v. g. **Eye üabeta Fula o cuaba o maxima**, Tu levas ventagem a Francisco na bondade. O exemplo está no pronome **Eye**. As vezes collocaõ o nominativo depois do verbo. v. g. **Momaca aa amba atu ayari**, nesta pratica fallaõ duas pessoas. O exemplo está em **atu ayari**, nominativo do verbo **Amba**, posto.

Outras vezes collocaõ o nominativo depois do verbo, entremetendo outras palavras entre o verbo, & o nominativo, como se vê no Catecismo do Padre Pacomio na Oraçaõ do Padre Nosso. **Quize cotuecâla o quifuchi**

quiaê;

quiaê: venha para onde nõs estamos o teu Reyno. O exemplo está nas palavras, **cotuecâla**, postas entre o verbo **Quize**, & o nominativo, **quifuchi**.

Tambem usãõ do nominativo occultamente. v. g. **Acondequê o rigina riaye**, a gente honre o vosso nome. O exemplo está em **acondeque**, verbo com nominativo occulto.

Verbum infinitum, &c.

Tambem o verbo infinito faz vezes de nominativo. v. g. **O cugiba quimaquiaîba**, o matar he máo. O exemplo está em **ocugiba**, verbo infinito, servindo de nominativo.

Tambem o verbo infinito, que serve de nominativo, póde ter seu accusativo, como se vê neste exemplo: **O cugiba atu ne quiâ oaba**: o matar a gente nõ he bom. O exemplo está em **atu**, accusativo do verbo infinito, **Cugiba**.

Voces copulativae, &c.

Muitos sustantivos juntos fazem ir o verbo ao plural. v. g. **Notubiotu oâtu, oyama, oysassa, neyuma yosso iza cubuâ**, neste fogo as pessoas, os animaes, as arvores, & todas as cousas haõ de acabar. O exemplo está no verbo **iza**, posto no plural por causa dos nominativos continuados, **Atu, &c.**

Nomina adjectiva, &c.

Nesta lingua todos os adjectivos tem hũa fórma só, porque nõ tem variedades de ge-

Cij

neros,

neros, nem casos, como a lingua Latina; mas sómente concordaõ com os sustantivos no numero, como já fica dito nos nominativos. v. g. **Mutu üaoâba**, pessoa boa. **Atu aoâba**, pessoas boas. O exemplo está em **Mutu**, no numero singular, & em **Atu**, no plural.

Para concordar o sustantivo com o adjectivo são necessarias as particulas seguintes. Para o singul . ü, i, ri, qui, ca, cu, lu, tu: para o plur. a, i, gi, tu.

Nota 1.

Algũa vez se poem o sustantivo no singular, & o adjectivo no plural; mas sempre com aquella particula, que pede o sustantivo. v. g. **Pangui giari**, irmão dous.

Nota 2.

Os linguas peritos trocaõ hũas particulas por outras, porque as taes particulas naõ mudaõ o sentido da oraçaõ; porèm nunca já mais poem as particulas do plural no singular, quando querem significar qualquer cousa singular.

Nota 3.

Todos os adjectivos no plural começaõ pela primeira letra vogal, pela qual começa o seu sustantivo no plural, ainda que o tal sustantivo comece por algũa consoante. v. g. **Mala**, homens; o qual começando por M, o seu adjectivo no plural hade começar por A, v. g.

Mala

Mala anene, homens grandes. O exemplo está no A, do Adjectivo **anene**, que começa por A, ainda que o seu sustantivo comece por M, porque basta que a primeira letra vogal seja A.

Nota 4.

Quando os adjectivos, & terceiras pessoas dos verbos se poem na oração neutralmente, & sem sustantivo, que os governe, se lhe acrescentará a syllaba Qui. v. g. **Quiaoaba**, cousa boa. E assim mesmo quando se fazem adverbios, porseha a mesma syllaba Qui. v. g. **Quiaoaba**, bellamente. **Quinène**, grande cousa, ou grandemente sendo adverbio. Porém quando são adverbios, nunca mudaõ a syllaba Qui, & são indeclinaveis.

Relativum qui quae quod, &c.

As particulas, de que já fallamos acima, acrescentandolhe a letra O, servem de relativo. v. g. üo, yô, riò, quiò, cao, cuò, luò, tuò. E assim mesmo as do plur. Ao, yò, gio, tuò. v. g. **Nzambi ngana yâmi, o ituxi yosso ngacalacala, ngarielayo, ngaitaculaxi, ngaitende, yanguibila quinène: ombata ngacussaüile nayo eye ngana yami.** Deos Senhor meu, os peccados todos que faço, arrependome delles, os lancei fóra, os desprezei, os quaes me aborrecem muito, porque offendi com elles a ti Senhor meu.

O exemplo está em yò, relativo dos peccados, depois do verbo **ngariela**. O segundo exẽ-

plo

plo está em **ya**, antes do verbo **nguibila**, também relativo dos peccados. O terceiro exemplo está em **nayo**, depois do verbo **ngacussaüile**, também relativo dos peccados.

O, **y**, relativo entre a particula **nga**, & o verbo **taculaxi**; assim mesmo o, **y**, entre **nga**, & o verbo **tende**; & a particula **ngui**, entre **ya**, & o verbo **ibila**; & a particula **cu**, entre **nga**, & o verbo **saüile**, tem sua declaração no sexto verbo composto, a quem pertencem por accusativos, como se póde ver no dito verbo cõposto.

Nota 1.

Quando estes relativos servem de nominativo perdem a vogal O. v. g. **Tatêtu üecâla comauilo**. Padre nosso, ƞ estás nos Ceos. O exemplo está no **ü**, do verbo **ecâla**, relativo do Pay, avendo de ser, **üô ecâla**. Também se póde perder o O, fazendo sinalefa, por se seguir a vogal E.

Nota 2.

Quando o dito relativo for accusativo, se estiver antes do verbo, & se ouver nominativo claro, se porá entre o nome relato, & o verbo, como se vê no exemplo seguinte. v. g. **Oyüma yosso üatubeyo nzambi yaüabelela omienho yetu**: Todas as cousas, que Deos nos deu, aproveitaraõ a nossas almas. O exemplo está em **yo**, depois do sustantivo **yüma**, concordado com o adjectivo só.

Nota 3.

Quando o relativo estiver em ablativo, se po-

rá

rá imediatamente depois do verbo, anteposta esta syllaba Na, unida ao relativo. v. g. **O mi-longa yacucondeca nayo nzambi inecuim**. Os preceitos, com que se honra a Deos, são dez. O exemplo está no relativo **yo**, com a particula antecedente **Na**, depois do verbo **cucondeca**, que significa honrar.

Os relativos, que servem ao caso ablativo no singular, são os seguintes. **Na üo, nayo, nario, naquio, nacão, nacuo, natuo, naluo**. Plur. **Nao, nayo, nagio, natuo**; dando a cada sustantivo a particula, que pedir o singul. ou plur.

Substantiva continuata, &c.

Os sustantivos continuados leuão o verbo ao plurar, como na lingua Latina. v. g. **Petolo, ne Fula azola nzambi**. Pedro, & Francisco amaõ a Deos.

Interrogatio, & responsio, &c.

Naõ tem os Ambundos casos, & por isso respondem pela mesma pessoa, & proposições, pelas quaes se faz a pergunta. v. g. **Nzambi üazola atu osso?** Deos ama a todos? **üazôla**: ama. O exemplo está na pergunta, & verbo, **üazola**; à qual se responde com o mesmo verbo **üazola**, & pessoa **üâ**.

As pessoas são as mesmas dos verbos, modos, & tempos. As proposições são tres, **Boco, Mo**: as quaes juntas ao adverbio **Ebi**, que significa aonde, servem de pergunta. Com os ver-

bos

bos de quietação significaõ o mesmo que em, & com os verbos de movimento o mesmo que ad. Exemplos. **Ngana üacâla** bebi? Onde está senhor? Rep. **üacala boba**, está aqui. **O mona nzambi üatunda** bebi? o filho de Deos de donde veyo? **üatundu moeulu**, sahio doCeo. A particula **bo**, frequentemente faz sinalefa perdendo a letra O, v. g. **Nboebi**, que dizem, **Nbebi**, & este he mais usado.

Genitivum post nomen, &c.

Para os Ambundos declararem o nome de possessão, v. g. chapeo de Pedro, usaõ das particulas declaradas atraz, acrescentando a letra A, a todas assim do singular, como do plur. v. g. üa, yâ, riâ, quiâ, caâ, luâ, tuâ. Plur. aâ, yâ, gia, tuâ. v. g. **Ngina riâtata**, nome do Pay. **Qigimbuête quiâ**, Santa Cruz, sinal da Santa Cruz. O exemplo está em ria, particula entre os dous nomes sustantivos **ngina**, & **tata**.

Partitivos.

Servem de partitivos as particulas **Bo**, **Mo**, com advertencia que quando no Portuguez dizemos dos, das, de, poremos a particula **Bo**. v. g. **Boyuma yâ yé nguami nequimoxi**. Das vossas cousas naõ quero nem hũa só. **Moyâma yosso onzamba yâ beta ocusuîna**, entre todos os animaes o elefante he mais forçoso. O exemplo está em **bo**, antes do nome **yûma**, & em **mo**, antes do nome **yâma**.

Super-

Superlativa.

Para o superlativo usaõ os Ambundos do verbo **Cubêta**, que significa levar ventagem. v. g. **Petolo übêta Fula o cüygia**. Pedro leva ventagem a Francisco no saber. Tambem usaõ da particula **Quinêne**, que significa muito; & destoutra **quiàfuêle**, ɥ significa muito pouco.

Se ao verbo **Nguibêta**, acrescentarmos o adverbio **quinêne**, fará hum superlativo muito aventajado. v. g. **Petolo übeta quinêne Fula o cugia**. Pedro leva grandissima ventagem a Francisco no saber.

Qualquer nome adjectivo, ou sustantivo, a que no principio ajuntarmos esta syllaba Qui, fica muito aumentado. v. g. **Quiyala**, homem-zarraõ de muitas forças. Pelo contrario, se puzermos a particula **Que**, que significa negaçãõ, fica a cousa muito diminuta. v. g. **Queyâla**, homem muito pequeno, pusilanime, &c. E mais claro ficará se lhe acrescentarmos a syllaba ne. v. g. **Queneyala**; porque saõ duas negações, & nesta lingua duas negações exageraõ o ɥ se nega. E o mesmo he nos adjectivos, & adverbios.

Verba neutra, &c.

Os verbos, que significaõ, auxilio, proveito, &c. querem dativo, o qual se denota com as particulas A, O, I, & outras, que com o uso se aprenderãõ, conforme os nomes, a que se ajuntaõ. v. g. **O mucutu üanzambi üaüabela o mie-**

nho

nho yetu. O Corpo de Deos he proveitoso às nossas almas. O exemplo está em O, particula denotativa do dativo, mienho, por razão do verbo neutro **üabela**, que significa proveito. Advirta-se que o dativo se hade pôr immediatamente depois do verbo.

De constructione verbi activi.

Usaõ os Ambundos do verbo activo com accusativo. v. g. **Nzambi utuba opembela yaè.** Deos nos dá a sua graça. **Nzambi üazola atu osso.** Deos ama a todos. O accusativo hade estar immediato ao verbo activo, excepto, quando na oraçaõ ouver dativo, ou ablativo, & relativo de instrumento; porque estes estaraõ immediatamente depois do verbo, & depois o accusativo. v. g. **Nzambi üandala o miénho yé-tu oyûmaiaüâba.** Deos quer às nossas almas cousas boas. O exemplo está em **miénho**, dativo depois do verbo **üandala**, posto immediatamente; & depois o accusativo **yûma. Rileno oitúxi yénu enu muassaüile náyó nzambi.** Chorai vossos peccados vòs que offendestes com elles a Deos. O exemplo está na palavra **nâyó**, ablativo collocado entre o verbo, & o nome **nzambi**, accusativo.

Tambem servem de accusativos os nomes sustantivos, adjectivos, adverbios, infinitos, & os pronomes **yme, yè**, &c.

Dativos,

Dativos, & accusativos depois dos verbos.

Tem muitas vezes o verbo activo além do accusativo dativo. v. g. **Nbana nzámbi o muxi-ma üaye**, dai a Deos o vosso coração. O exêplo está em **nzambi**, dativo. depois do verbo **nbana**.

Tambem algũas vezes tem os verbos activos dous accusativos. v. g. **Móna nzambi üâtu lónga o mil ónga yaye**. O Filho de Deos ensinounos a sua Ley. O exêplo está em **üatu**, primeiro accusat. & em **milonga** segundo accu..

Verba auferendi.

Os verbos de tirar, attrahir, apartar, alienar, &c. tem além do accusativo ablativo, o qual ablativo se denota com hũa das proposições seguintes, **Co, Bo, Mo**; as quaes valem o mesmo que ex, de, ab, &c. v. g. **Fula üacátula nbomá-cüâmi o mucánda**. Pedro tirou de minhas mãos o papel. O exemplo está em **macüami**, ablativo denotado com a preposição **Bo**, além do accusativo **mucánda**.

Verbum passivum.

Naõ tem os Ambundos (como já dissemos) verbo passivo, mas usãõ do verbo activo.

Propria pagorum.

Nesta lingua usãõ das preposições **Bo, Co, Mo**, em lugar das palavras, porque perguntamos: v. g. onde, de onde, para onde, perque parte. Com advertencia que as mesmas preposições se accõmodaõ à reposta de cada hũa de-

stas

stas perguntas conforme a significação dos verbos: v. g. com os verbos de quietação significação, in. Exemplo. **Fúla üacâla bobata riae.** Pedro está em sua casa. **üabichile mo Luanda,** passou por Loanda. **üatundu conzo,** sahio de casa. **üay cobata,** foi para casa.

Para nesta lingua se explicar a pessoa ɽ vai em companhia de outra, se lhe ajunta a preposição ne, que val o mesmo que cum. v. g. **Eme guia ne Petolo,** eu vou com Pedro.

Esta preposição **mo**, que he o mesmo que in, usaõ della ordinariamente com os verbos infinitos. v. g. **Mo cuzola nzambi tubaca ogiguzu josso.** Em amar a Deos avemos de pór todas as forças. Esta preposição no, tambem val o mesmo, que cum. v. g. **Nga mugiba noma-cuami.** Matei-o com minhas mãos.

Em lugar da preposição sub, usaõ da preposição **mo.** v. g. **Mona nzambi üafuilla moüambelo üa Pontio Pilato.** O Filho de Deos padeceo debaxo da sentença de Poncio Pilato.

Para o ablativo de preço usaõ os Ambundos da mesma preposição **mo.** v. g. **Ngassumbo mubica ümoxi moginbongo macuim ayari.** Comprei hum escravo por vinte & dous dinheiros. O exemplo está em **mo,** preposição posta antes da palavra ginbongo, ɽ he o preço

Os infinitivos de todos os verbos formaõ-se do Imperativo acrescentandolhe a particula

Cu.

Cu. v. g. **Nzola**, ama tu. **Cuzola**, amar.

Dos Gerundios em di, do, dum.

O gerundio em di usa-se a modo de genitivo de possessão. v. g. **Quisua equi quià cutonoca**. Este dia he de folgar. **Milonga ya culunda o übica uâ nzambi**. Palavras de guardar a ley de Deos. Ordinariamente usão da particula **quia**, ou **ya**, & outras, que com o uso se aprenderão, as quaes postas antes do infinitivo, fazem com o mesmo infinitivo gerundio em di.

O gerundio em do, forma-se do infinitivo, pondolhe antes a preposição no. v. g. **Nocuzola**, amando.

O gerundio em dum tambem se fórma do infinitivo, pondolhe antes a particula **mo**, que he o mesmo que ad. v. g. **Nguia mocutonoca**. Vou para folgar. O exemplo está em **mo**, antes do infinitivo **cutonoca**.

Os participios formão-se do imperativo acrescentandolhe antes a particula quia. v. g. **Quiazola**, cousa que ama. E para fazer participio já passado, repete-se o verbo. v. g. **Quiazolazola**, cousa que amava. O mais consta do que já fica dito nas linguagens.

Adverbios.

Alèm dos adverbios ordinarios, todas as terceiras pessoas de ambos os numeros singular, & plurar tomadas neutralmente, & assim mesmo os adjectivos, servem de adverbios. v. g. Quiã-

bote,

bote, bem. **Quiaoaba**, bellamente. Advirta-se que haõde começar pela syllaba qui, indeclinavelmente, como se vè nos adverbios, **quiaoaba**, & **quiambote**.

O adverbio **cuema**, val o mesmo que propter, no Latim, & tambem significa, por causa, ou respeito. v. g. **Nguizemba oituxi cuema rianzambi**. Aborreço os peccados por amor de Deos. **Ngariondo cuema riayê**. Rogovos por vós. Advirta-se, que sempre usaõ deste adverbio com as preposições dos possessivos, principalmente com esta, ria, como se vè neste nome **Rianzambi**.

O adverbio, **Quiavulu**, significa muito, & usaõ delle tambem como os Latinos do adverbio affatim.

Os adverbios **Quiabu**, & **Quiatena**, valem o mesmo que satis. Tambem algũas vezes tem a força de, jam. v. g. **üafu quiabu**, morreo já.

Usaõ os Ambundos do adverbio **Mazau**, do mesmo modo que nõs usamos de pridie. v. g. **O quizua quia mazau**, o dia de hontem.

Para dizerem ante hontem, dizem: **Mazaurinha**. v. g. **Petolo üaquexiboba mazaurinha**. Pedro esteve aqui ante hontem.

O adverbio **Mazaurinhaco**, significa tresantontem. v. g. **Petolo üaquexiboba mazaurinhaco**. Tresantontem este veaqui Pedro.

Quando os Ambundos querem explicar a

conti-

continuação do tempo, usaõ das horas, dias, ou annos com este adverbio **cuchi**, que significa quanto. v. g. **Mivo icuchi yabichile quio üegi-le moxi ei?** Quantos annos passáraõ depois ɥ vieste a esta terra? Resp. **Mivo iyari**, dous annos. *Interjeiçaõ.*

Os pronomes primitivos suprem a interjeiçaõ O. v. g. **Eye mucuâhenda nguicatece.** Oh vòs compassivo favoreceime. O exemplo está em **eye**, que serve de interjeiçaõ.

Esta interjeiçaõ **Mamee**, prolongada a voz no ultimo e, faz admiraçaõ de desastre. **Ayuee**, faz admiraçaõ de magoa. Tambem estas vozes repetidas, **aho, aha, ahe**, geralmente denotaõ reprehensaõ, quando algum fez algũa cousa, em que he culpado.

O adverbio **Ngahim**, significa, de que maneira? de que modo? como he? E usaõ delle, perguntando com admiraçaõ. v. g. **Ongilei ya leba ngahim?** Este caminho como he comprado? *Conjunções.*

Em lugar das conjunções Latinas usaõ os Ambundos desta conjunçaõ **Ne**. v. g. **Mugina riâ Petolo, neria Paulo, neria Manino.** Em nome de Pedro, & de Paulo, & de Manoel. O exemplo está em **ne**, conjunçaõ, ɥ ata todos estes nomes. *Nota.*

Para se explicar nesta lingua a particula ut, para que, usa-se do adverbio **Da**, que significa,

para

para que. v. g. **Nzambi üabanga atu nda aye coülo**, Deos fez os homens, para ɥ vaõ ao Ceo. O exemplo está em **nda**, antes do verbo **aye**.

Ha outros modos de explicar o mesmo sentido, os quaes ponho aqui para maior noticia.

Primeiro modo: usar do gerundio em di. v. g. **Nguiculonga opango ya cuya coeulu**. Eu te ensino o modo, & traça de ir para o Ceo.

Segundo por relativo. v. g. **Nguiculonga quigilo qui moxi ne uyè naquio coeulu**. Eu te ensino hum preceito com o qual vas ao Ceo.

Terceiro, he pór o segundo verbo no Imperativo, como accusativo do primeiro. v. g. **Nguiculonga oübica üanzambi lunda o**. Ensinot e a ley de Deos, guarda-a. O exemplo está em **lunda o**, imperativo do verbo **nguilunda** com o relativo de **übica**.

Quarto modo he, pór o segundo verbo no imperativo. v. g. **Ngacuriondo, nguiloloque**. Peçovos, perdoayme. O exemplo está no imperativo, **nguiloloque**.

FINIS, LAVS DEO.